

MARIA BEATRIZ SANDOVAL FILÁRTIGA ALE

**A SELEÇÃO PARA O TRABALHO E SUA INTERFACE
ESCOLAR: UMA ANÁLISE MARXISTA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Pr^{fa}. Dr.^a Lígia Regina Klein

CURITIBA
2002



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

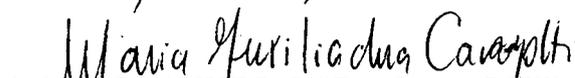
Defesa de Dissertação de **MARIA BEATRIZ SANDOVAL FILÁRTIGA ALE** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR^a LIGIA REGINA KLEIN; DR^a MARIA AUXILIADORA CAVAZOTTI E DR^a ACACIA ZENEIDA KUENZER argüiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: “**A SELEÇÃO PARA O TRABALHO E SUA INTERFACE ESCOLAR: UMA ANÁLISE MARXISTA**”.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores


DR^a LIGIA REGINA KLEIN (Presidente)


DR^a MARIA AUXILIADORA CAVAZOTTI (Membro Titular)


DR^a ACACIA ZENEIDA KUENZER (Membro Titular)

Apreciação

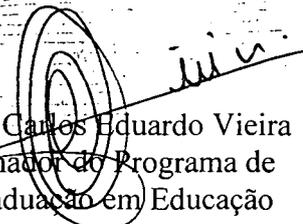
aprovada (20 créditos)

aprovada (20 créditos)

aprovada (20 créditos)



Curitiba, 11 de abril de 2002


Prof. Dr. Carlos Eduardo Vieira
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação

Agradecimentos

Ao meu irmão Hugo, cuja ausência dolorosa é inspiração constante em minha vida.

Aos meus pais, que com muita coragem me libertaram para o mundo!

Ao meu marido Luiz Carlos, por seu apoio e carinho indispensável.

Aos meus filhos Rafael e Anne Lise, por abdicarem, pacientemente, do meu carinho e atenção.

As minhas sobrinhas, Giovana, Fernanda, Amanda e Caroline, cujos sorrisos são como estrelas brilhantes a iluminar o futuro!

Aos meus irmãos, Glória, Francisco e Heitor, pela generosidade com que sempre me brindaram.

À minha cunhada Sandra pela amizade e companheirismo com que sempre me dedicou.

Aos meus amigos e companheiros de luta, Athayde, Cristina, Adriana e Patrícia, com os quais aprendi a conspirar contra a exploração humana!

Aos meus mestres, por me ensinarem, sobretudo o valor do compromisso com o conhecimento!

RESUMO

Este trabalho trata, sob a ótica marxista, do papel seletivo das instituições de formação profissional para a inserção dos sujeitos no mundo do trabalho. Na sua elaboração, analisamos os concursos responsáveis pela seleção de alunos, principalmente nas universidades públicas, os quais, neste trabalho, chamamos de seleção técnica. Procuramos desvendar sua característica e sua função nas instituições, dentro do contexto sócio-econômico brasileiro.

O estudo apresenta discussões sobre alguns aspectos relativos à função do Estado Democrático e sua relação com a seletividade na Escola Contemporânea, que têm orientado o debate entre teóricos que se destacam na literatura sobre o tema Educação e Trabalho, na perspectiva do materialismo histórico. Neste diálogo propomos como foco central das interlocuções, as análises de Karl Marx e seus principais seguidores: Engels e Lênin.

Para analisar a seleção social e sua interface escolar, no cenário contemporâneo da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, tomamos, ainda, como referência, as análises críticas de pesquisadores que tratam da realidade brasileira como dimensão do capitalismo mundial.

Finalmente, apresentamos uma análise sobre o nosso objeto, tendo como base os estudos dos pesquisadores franceses Bordieu e Passeron, sobre a relação entre a estrutura social de classes e o sistema de ensino.

Para a elaboração deste trabalho, atendendo à necessidade de concreção do seu objeto, realizamos uma investigação empírica sobre os processos seletivos utilizados pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná nos cursos Técnico em Informática e Tecnologia em Informática no período compreendido entre os anos de 2000 e 2002.

A conclusão a que chegamos neste trabalho é de que os concursos públicos para ingresso de alunos nas instituições de formação profissional na sociedade atual servem como instrumento objetivo para a seleção social, ao mesmo tempo em que dissimula esta mesma seleção.

Na busca de instrumentos de luta para a transformação social, reafirmar os conceitos marxistas é essencial para a compreensão das formas de relação entre trabalho e educação, como uma das estratégias de superação do atual quadro social. A motivação deste trabalho foi acrescentar contribuições ao debate que se trava acerca dessa relação.

ABSTRACT

This paper, under the Marxist view, deals with the Institution's selective role for insertion of individuals in the working world. While writing it, we analyzed the way that students were selected, mainly entrance exams at the public universities, which we will call technical selection. We tried to unveil its characteristic and its role in the institutions, according to a Brazilian social-economical context.

This paper presents some aspects coarsening the State and the School roles in a Capitalistic society, under which, panel discussions have been held and in which distinguishable theoreticians are taking part in, while debating the theme Education and Work, under the historical materialism. So we have proposed Karl Marx's analyses and his main followers Engels and Lenin as the main core of interlocution.

To analyse the social selection and its scholastic interface, in the contemporary scenario of production re-structures and neoliberal politics, we adopted, as reference, some researchers' critical analyses which deal with Brazilian reality while compared to the dimension of the capitalistic world.

Finally we present an analysis of French researchers such as Bordieu and Passeron, about the relationship between the social structure of classes and the teaching/learning system.

In order to do both write this paper and attend to the realization of a concrete work, we empirically investigated students' selection process which was used by the High School which belongs to the Federal University of Parana in courses such as Data Processing Technology and Informatics Technology from 2000 to 2002.

We came to the conclusion that students' public entrance examinations in Institutions which offer professional formation at present serve as an objective instrument for the social relation; this happens at the same time that this selective feature is dissimulated.

Understanding Marxist precepts is a must so as to understand the relationship between work and education, as one of the strategies to overcome present social situation. This paper started as a kind of motivation to add to the debate which is going on about this relationship goals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – Desempenho da indústria no Brasil.....	73
TABELA 2 – Médias aritméticas dos alunos aprovados no curso de Tecnologia em Informática da Escola Técnica da UFPR.....	142
TABELA 3 – Média aritmética do primeiro e último candidato aprovado por curso no Concurso Vestibular UFPR 2002.....	143
TABELA 4 – Grade curricular do curso de Tecnologia em Informática (2002).....	151
GRÁFICO 1A - Desempenho do emprego no setor industrial.....	72
GRÁFICO 2A - Comportamento do emprego no setor supermercadista.....	75
GRÁFICO 3A - Desemprego no campo.....	75
GRÁFICO 4A - Comportamento do emprego bancário.....	77
GRÁFICO 1 – Qualidades do Trabalhador Flexível.....	95
GRÁFICO 2 – Distribuição de alunos do curso de técnico em informática por atividade laboral	132
GRÁFICO 3 - Distribuição de alunos por dificuldades para acompanhamento de curso....	133
GRÁFICO 4 - Expectativa dos alunos do curso de Técnico em Informática.....	134
GRÁFICO 5 - Distribuição de alunos por sexo.....	137
GRÁFICO 6 – Distribuição de alunos por Estado Civil.....	137
GRÁFICO 7 – Distribuição de alunos por raça.....	137
GRÁFICO 8 – Distribuição de alunos do curso de tecnologia em informática por atividade laboral.....	138
FIGURA 1 – Funil do processo seletivo CEFET-PR.....	112

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	04
SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
1 FUNDAMENTOS DA TEORIA MARXISTA PARA A SELEÇÃO SOCIAL.....	18
1.1 VALOR E PREÇO DA MERCADORIA FORÇA-DE-TRABALHO.....	18
1.1.1 FORMAÇÃO DE VALOR E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO.....	18
1.1.2 O PREÇO DO SALÁRIO E SEUS DETERMINANTES.....	22
1.1.3 SALÁRIO E TECNOLOGIA: BARATEAMENTO E EXCLUSÃO.....	28
1.2 DIVISÃO DO TRABALHO E CLASSIFICAÇÃO: CONDICIONANTES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR.....	32
1.2.1 ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO.....	32
1.4 DETERMINANTES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA SELETIVIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	39
1.5 A PRODUÇÃO MATERIAL DA ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA E OS DETERMINANTES HISTÓRICOS DA SELETIVIDADE NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	45
2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	57
2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DO TRABALHO RÍGIDO AO TRABALHO FLEXÍVEL.....	57
2.2 NEOLIBERALISMO E DESEMPREGO.....	69
2.3 A NOVA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS CONTRADIÇÕES.....	86
2.3.1 A QUALIFICAÇÃO COMO UM CONJUNTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS.....	86
2.3.2 AS BASES DA EDUCAÇÃO FLEXÍVEL: ÊNFASE NAS QUALIFICAÇÕES SUBJETIVAS.....	92
2.3.3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLAR E O TRABALHADOR MULTIFUNCIONAL.....	96
2.3.4 A REFORMA DO ENSINO TÉCNICO E OS NOVOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	106
3 SELEÇÃO TÉCNICA: RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA SOCIAL DE CLASSES E O SISTEMA DE ENSINO.....	115
3.1 CULTURA INSTITUCIONAL E SELEÇÃO.....	115
3.2 DESIGUALDADE ANTE A SELEÇÃO E DESIGUALDADE DE SELEÇÃO.....	121

3.3 A SELETIVIDADE E SEUS ASPECTOS FORMAIS.....	124
3.4 A SELETIVIDADE NA ESCOLA TÉCNICA DA UFPR.....	126
3.4.1 MECANISMOS SELETIVOS NA POSTULAÇÃO DE INGRESSO AO CURSO.....	128
3.4.1.1 O CARÁTER UNIVERSALIZANTE DOS EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO.....	128
3.4.1.2 SOBRE A PREPARAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA O CONCURSO.....	129
3.5 MECANISMOS SELETIVOS AO LONGO DO CURSO.....	131
3.5.1 SOBRE A PERMANÊNCIA E A EVASÃO DO CANDIDATO APROVADO.....	131
3.6 DO TÉCNICO AO TECNÓLOGO: “EVOLUÇÃO” DAS FORMAS DE SELEÇÃO.....	136
3.6.1 VESTIBULAR: UM INCENTIVO À INDÚSTRIA DOS CURSINHOS PREPARATÓRIOS.....	140
3.7 A FUNÇÃO DO TECNÓLOGO.....	145
3.7.1 O TECNÓLOGO “GENERALISTA” E SEU LUGAR NA PRODUÇÃO.....	152
3.7.2 O TECNÓLOGO “FLEXÍVEL” E O PESADELO DA INADAPTABILIDADE.....	154
CONCLUSÕES.....	156
ANEXOS.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178

INTRODUÇÃO

“... Não se pode seguir sempre ao longo da costa,
é preciso fazermos-nos ao mar.”

Galileu. Em “Vida de Galileu” de
Bertolt Brecht

Uma acirrada competição por postos de trabalho instala-se entre os trabalhadores do terceiro milênio, em um momento em que a formação profissional é considerada como ponto essencial e referencial de inclusão social; em consequência, a demanda por cursos de nível superior aumenta progressivamente, ao mesmo tempo em que a população trabalhadora é submetida a uma mais forte seleção.

Para considerarmos tal fenômeno sob a ótica do materialismo histórico dialético, é necessária uma reflexão ampla sobre o mundo do trabalho e os conceitos que norteiam esta perspectiva de leitura, permitindo-nos assim, debruçar-nos, neste estudo, sobre elementos históricos-sociais que permitam emergir, da estrutura da sociedade atual, as origens, o desenvolvimento e a complexidade do fato social.

O capitalismo, desde a sua origem, caminha a passos firmes e cada vez mais vorazes na realização de suas condições essenciais: a exploração do trabalho humano para a produção e reprodução do capital. Embora o seu desenvolvimento não tenha fluído sem obstáculos, haja vista o antagonismo entre as classes sociais que compõem a sociedade contemporânea, os seus representantes têm logrado superar os problemas que porventura ameaçam o sucesso pretendido.

Um exemplo recente de enfrentamento às suas crises foi a vitória econômica e política sobre os países socialistas, a partir de 1985, derrotando e desmobilizando as forças oponentes que mais se destacavam no cenário mundial, como a ex-URSS e a Alemanha Oriental.

Atualmente, perante o fenômeno do desemprego e o cenário econômico de mundialização do capital, os representantes do capitalismo impõem mudanças no gerenciamento do mundo do trabalho. Entre tais reformulações, têm lugar novas políticas públicas de relações trabalhistas e de educação geral e profissional em nível mundial.

No Brasil, as políticas públicas de geração de emprego e renda e educação pautam-se pela mesma orientação: são as políticas neoliberais encampadas pelo governo atual. É preciso destacar, entretanto, que as políticas mundiais produzem um contorno social diferenciado nos países do Terceiro Mundo, haja vista as suas condições de desigualdade econômica frente aos países líderes. Portanto é preciso pensar o Brasil, considerando, ao mesmo tempo, o caráter universal da forma capitalista de produção e os aspectos concretos particulares de sua realidade ~~brasileira~~ onde as condições e possibilidades de trabalho e educação para todos constituem um cenário com graus elevados de exclusão social.

Este cenário é facilmente perceptível no noticiário cotidiano, com a presença constante de matérias que bem expressam os problemas contemporâneos. A título de exemplo, citamos uma matéria veiculada pelo jornal Estado de São Paulo, sobre a concorrência por vagas, e que ilustra o grau de grau de dramaticidade alcançado no Brasil pela falta de emprego:

“Concorrência por vaga começa na madrugada.”

Pelo terceiro dia consecutivo, milhares de desempregados, continuam formando fila na Avenida Marquês de São Vicente, 377, na porta de uma empresa de contratação temporária, a Itapuã, que montou escritório em uma antiga casa noturna. A fila começa durante a madrugada e dobra o quarteirão. A empresa contrata empregados por R\$ 1,26 a hora e os repassa a uma companhia de limpeza urbana que presta serviços a Prefeitura. Mais de 3000 desempregados já entraram na fila desde Sábado. As 350 vagas foram preenchidas no mesmo dia, mas a empresa está aproveitando para fazer o seu cadastro. Os candidatos preenchem a

ficha e fazem os exames médicos, mesmo sabendo que na próxima tentativa terão que fazer fila. (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, MAIO-1998)

A situação de concorrência entre os trabalhadores e o discurso veiculado na mídia de que a qualificação profissional especializada não mais atende às exigências do mercado de trabalho são alguns dos principais motivos que levam a grande massa trabalhadora a buscar na formação ou “reciclagem profissional” a solução para a falta de emprego. As políticas públicas das atuais reformas de ensino têm base neste conceito, ou seja, a “velha-nova” idéia de que somente a educação pode salvar a humanidade. A fim de adequá-la a novas formas de gestão e organização do trabalho, a escola é orientada a produzir o trabalhador flexível, aquele indivíduo que possui as competências necessárias para assumir os emergentes postos de trabalho, que exigem dele um constante aperfeiçoamento profissional que lhe permita estar de prontidão para as necessidades que surgirem no mundo do trabalho.

Na busca pela formação profissional adequada, o trabalhador tem outro desafio pela frente na luta por uma colocação no mercado de trabalho: o de estar preparado para vencer a grande concorrência. O novo trabalho exige a apreensão de novos conhecimentos técnicos-científicos que envolvem a alta tecnologia, o reconhecimento de novas técnicas organizacionais do trabalho, além de novas formas de comportamento psicossocial frente à função que irá desempenhar no posto de trabalho.

Entretanto, o número de vagas oferecidas pelas instituições públicas de formação profissional de nível superior não tem contemplado a grande demanda da população escolar que vem crescendo nas últimas décadas. A dificuldade em ascender para os níveis mais altos de formação profissional tem sido pauta constante das discussões que envolvem a luta dos trabalhadores pela universalização do ensino.

Apesar de toda a celeuma que envolve a qualificação profissional adequada aos novos padrões de trabalho e a preocupação com a extensão do ensino superior à classe trabalhadora, as instituições públicas têm ignorado a função da seleção técnica como instrumento de reprodução. Frente às inúmeras dificuldades estruturais que enfrenta, em decorrência da racionalização de seus fundos, as instituições se mostram impotentes para a viabilização de novas formas de ingresso escolar que atenda a população trabalhadora de forma mais eficaz.

Ignorando toda a problemática que envolve a organização educacional, o desemprego aumenta em proporções tais que não poupa nem os profissionais de formação superior. Cada vez mais, um exército de trabalhadores brasileiros é expulso dos postos de trabalho passando a compor um quadro estatístico estarrecedor: em 1999, o Brasil ocupou o terceiro lugar no mundo em volume de desemprego aberto, representando 5,61% do total do desemprego mundial, apesar de contribuir com 3,12% na PEA¹ global. Em 1986, a colocação do Brasil no ranking mundial do desemprego mundial foi a 13ª, representando 1,68% do desemprego mundial, numa clara demonstração da tendência progressiva de diminuição de postos de trabalho.²

Márcio Pochmann chama de desemprego aberto, o excedente estrutural de mão-de-obra durante o último quartel do século XX, com a precipitação da mundialização das economias. Daí resultam trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem, no entanto, poder desenvolver qualquer atividade laboral.(POCHMANN, 2000)

A pressão exercida pela concorrência no mercado de trabalho impõe aos empregadores a exigência de mais requisitos – para desespero da classe trabalhadora – para seleção de mão-de-obra. A formação profissional é uma das principais exigências, que abrange, entre outras, o

¹ PEA- População Economicamente Ativa

² Fontes: Pesquisa e elaboração própria do autor de “ O desemprego na economia global”, Márcio Pochmann

umentar a força produtiva com subsídio tecnológico, substitui o homem pela máquina, desonerando o dono da produção do custo da mão-de-obra. Desta forma pode-se, finalmente, aplicar as modernas regras da “lean-production”¹ tão em voga atualmente, nas empresas do mundo inteiro.

Se considerarmos que a reestruturação produtiva se constitui em uma nova ofensiva do capital para a continuidade e subsistência do sistema de exploração do trabalho, pode-se estabelecer, com maior clareza, um vínculo entre educação e trabalho que nos permita revelar o caráter político-econômico que envolve as políticas públicas neoliberais.

No âmbito do sistema educacional, as Escolas Técnicas, os CEFETS e os cursos profissionalizantes concomitantes ao ensino de nível médio no Brasil, foram as instituições que sofreram modificações mais expressivas desde a intervenção do Banco Mundial nas políticas educacionais dos países de Terceiro Mundo. O governo brasileiro, através do MEC, reformulou, criou e extinguiu inúmeros cursos profissionalizantes para adequá-lo a “nova” estrutura laboral. Esse “esforço” político do atual governo pode ser explicado se submetida a uma análise mais atenta sobre a origem e o papel do Estado. Segundo os postulados marxistas, desde o Manifesto do Partido Comunista e O 18 Brumário, o Estado é definido como Aparelho (repressor) de Estado², um instrumento de dominação dos representantes do capital sobre os trabalhadores, que sob o disfarce da lei e da democracia pode submeter a classe trabalhadora ao processo de extorsão da mais-valia.

A Escola, segundo Louis Althusser, é o Aparelho ideológico n.º 1 do Estado. Este conceito, porém, não é uma unanimidade entre os marxistas, que lembram o papel fundamental da mídia no exercício da produção do consenso. Todavia, se aplicássemos o mesmo conceito de Poder de Estado à Escola, seria possível, em uma perspectiva de superação de um aparelho meramente reprodutivista, situar o objeto de pesquisa que irá comprovar a nossa tese de que os processos seletivos nas instituições de formação profissionais têm a função de reproduzir uma seleção social preexistente no capitalismo. A relação institucional estabelecida historicamente

¹ Produção enxuta – conceito de produção japonesa (toyotismo) utilizado como modelo de organização da indústria moderna para o saneamento dos lucros. Em um de seus aspectos refere-se à diminuição da utilização de mão-de-obra na produção.

² Louis Althusser define o Estado como Aparelho repressor de Estado. É preciso atentar, porém, que o autor distingue Poder de Estado (conservação ou tomada do poder de Estado) e Aparelho de Estado. Lênin também observou repetidas vezes o fato de que, mesmo após a revolução social de 1917, uma grande parte do Aparelho de Estado permaneceu intacta sob a tomada do Poder de Estado pela aliança do proletariado com o campesinato pobre.

entre a Escola e a sociedade reflete as relações de produção, próprias das relações de exploração capitalista – a hierarquia do trabalho.

A seleção técnica, processo de seleção legal para ingresso da população nas instituições de educação pública de nível superior, serve como principal instrumento que referencia o processo de seleção e classificação de trabalhadores, controlando, regulando e legitimando a incorporação desse trabalhador em um complexo de produção que se estrutura sob um tipo específico de divisão do trabalho organizado de forma piramidal.

Em que pese o grau de “sofisticação” do Estado e os “descaminhos” da Escola na atualidade, fatos que Marx, Engels e Lênin não presenciaram, mas previram de um certo modo, os seus conceitos podem facilmente estender-se aos novos tempos, se compreendermos que o capitalismo não perdeu seu conteúdo, nem abriu mão de suas armas, nem de sua fonte de produção de valor.

Com o objetivo de ampliar o contexto de análise do objeto e de construí-lo extrapolando o seu aspecto fenomenológico, iniciaremos este estudo buscando as mediações entre a seleção social e seus determinantes materiais. Para isso, no primeiro capítulo tomaremos como base para a análise, os fundamentos da teoria marxista que dizem respeito à produção de valor e divisão do trabalho no sistema capitalista, estabelecendo mediações com a função do Estado e com a produção histórica da Escola Contemporânea. Esse referencial teórico nos possibilita compreender o caráter e o funcionamento dos mecanismos que agem em função da seleção e classificação dos indivíduos, tanto no que se refere à distribuição de tarefas no mundo do trabalho, quanto na sua interface na escola.

No segundo capítulo, trataremos da relação entre a atual Reestruturação Produtiva e a Educação Profissional nos seus aspectos político-econômico. Serão expostos dados e pareceres de pesquisadores contemporâneos que demonstrem alguns dos aspectos mais visíveis do cenário do trabalho e da educação dentro da atual etapa do capitalismo no Brasil e no mundo. Serão abordados temas relacionados a: trabalho e educação flexível; neoliberalismo e desemprego; trabalho informal; reformas educacionais; e um resumo sobre o novo conjunto de competências profissionais responsáveis pelo perfil do trabalhador requerido pelo mercado de trabalho. A perspectiva crítica que permeará a nossa análise particular sobre os temas, visa a superação do

conceito revisionista da sociedade capitalista, no esforço de manter a pesquisa sob o rigor do método marxista.

No terceiro capítulo, dissertaremos sobre a função da seleção técnica nas instituições educacionais, sobre o seu caráter formal e a sua relação com a seleção social. Analisaremos o objeto em sua função atual partindo de suas origens, refazendo o seu percurso histórico e demonstrando tendências.

Tratamos, também, neste capítulo, da base empírica sobre a qual realizamos a investigação. Para tanto, apresentaremos a pesquisa sobre o processo seletivo realizado nos cursos de Técnico e Tecnologia em Informática da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Abordaremos os aspectos relacionados às reformas ocorridas sob as novas leis educacionais e seus reflexos no processo seletivo da instituição; às origens sócio-econômicas dos seus alunos como também às questões relativas ao conteúdo dos seus editais de concurso, à “evolução” das suas formas de seleção, ao grau de concorrência, às mudanças curriculares e, à situação de carreira dos futuros tecnólogos frente às novas tarefas que surgem no contexto do trabalho.

A nossa pretensão neste trabalho é o de levantar elementos que contribuam para o debate sobre o conteúdo político, jurídico e ideológico dos processos de seleção de alunos realizados pelas instituições de ensino profissional, principalmente as de nível superior, com o objetivo de motivar a construção de propostas de caráter político-pedagógico que visem a superação das formas de seleção estabelecidas pelo atual sistema educacional.

SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa apresentada tem como objeto o instrumento que a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná utiliza para selecionar seus alunos no curso de Tecnologia em Informática. Neste trabalho, vamos chamá-la de *seleção técnica*, apropriando-nos da terminologia que os pesquisadores Bordieu e Passeron utilizaram para denominar os concursos responsáveis pelo ingresso de alunos nas instituições de formação profissional em nível superior. Procuramos desvendar sua característica e sua função nas instituições dentro do contexto social brasileiro.

Com esse objetivo, analisamos o objeto em quatro níveis distintos. Num primeiro nível, pesquisamos na bibliografia já existente, suas características, seu valor jurídico-político e seus impactos na estrutura educacional e na sociedade brasileira. Num segundo nível, situamos o objeto no contexto histórico da educação profissional no Brasil, apresentando estudos, análises e pesquisas de autores que discutem a relação existente entre seus determinantes econômicos, sua trajetória política, sua configuração atual perante os problemas sociais do país, enfim, sua formação sócio-econômica. Num terceiro nível, mais geral e mais abstrato, procuramos entender a função da seleção técnica, estabelecendo uma relação com o modo de produção capitalista analisado por Marx, como base da formação sócio-econômica existente na organização educacional brasileira. Finalmente, em um quarto nível, pesquisamos empiricamente, a seletividade na Escola Técnica da UFPR através de análises de documentos normativos que estabelecem a forma de ingresso dos alunos, bem como investigamos professores e alunos do curso de Tecnologia sobre os fatores sociais, econômicos e políticos que intervêm na seleção.

Foram entrevistados por meio de questionários (ANEXO 1 e 2), 50 alunos aprovados no curso de Técnico em Informática em nível de 2º Grau (curso em processo de extinção) e mais 36 alunos aprovados no curso de Tecnologia em Informática de nível superior. Procuramos investigar-lhes o perfil social, seus conceitos com relação à natureza do curso e as dificuldades individuais e coletivas enfrentadas para ingresso e permanência no curso.

Ao definir estes passos para a pesquisa, partindo da orientação do método da dialética marxista, buscamos compreender a função da seleção técnica, relacionando-a a determinações mais amplas, apreendendo o objeto como síntese dessas múltiplas determinações. Desse modo, procuramos inserir o objeto da pesquisa na totalidade em que se insere.

Na dialética marxista, qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte do todo. Em cada ação empreendida nos defrontamos, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, as análises e encaminhamentos que visem a superação dos problemas exigem uma certa visão de conjunto. Somente a partir de uma visão do conjunto podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (KONDER, 1999, p. 36).

A seleção técnica ou instrumento formal de inserção da população nas instituições brasileiras de formação profissional reflete um conjunto de relações entre a base material da sociedade e a organização educacional que lhe corresponde. No contexto social contemporâneo do capitalismo, a seletividade no sistema educacional brasileiro, assume um caráter mais dramático em consequência dos altos níveis de exclusão social. Na atual etapa de desenvolvimento do processo produtivo, marcado pela globalização, pelas inovações tecnológicas e pela racionalidade econômica que perpassa o Estado e as instituições educacionais, o processo de seleção social encontra como mecanismo auxiliar das políticas de universalização de educação, a seleção técnica, com base em critérios equitativos.

Para compreender o problema da seletividade promovida no sistema escolar em um conjunto mais amplo de relações e estabelecer mediações, tomamos como categorias básicas de conteúdo, *a mercadoria*, expressão concreta da riqueza produzida na sociedade burguesa e *o trabalho*, a forma pela qual os homens produzem a riqueza. Tais conteúdos explicam a existência de determinadas relações de produção entre os homens, as quais, por sua vez, determinam formas específicas de inserção social. Nesta rede de relações situa-se a Escola contemporânea a qual tende a reproduzir o mesmo modelo de inclusão social. Portanto, a produção histórica da *Escola* contemporânea passa a ser a terceira categoria de conteúdo mais importante a ser incorporada neste trabalho, por refletir, em sua estrutura, as necessidades e condições materiais do capitalismo.

O processo seletivo na educação profissional, como determinação mais simples desta pesquisa, ocorre no contexto da Escola Contemporânea brasileira. Neste âmbito, analisamos também alguns aspectos relacionados às suas condições históricas de oferta e atendimento nesta modalidade de ensino, como mediação para a seletividade produzida no país.

Nesse aspecto, é necessário levar em conta o fenômeno atual da reestruturação produtiva, o qual representa uma das etapas do desenvolvimento do capitalismo e está intimamente ligada às novas tecnologias. O novo modelo econômico adotado graças à produção de instrumentos de trabalho inovadores, indicam uma progressiva diminuição na demanda de trabalho vivo no complexo de produção. Nesse sentido, desenvolvemos a hipótese do afunilamento da estrutura educacional nos níveis superiores de formação profissional, relacionando-o à diminuição da demanda do trabalho vivo, como fenômeno determinado pelo mercado e pelo capital em seu momento crítico e contraditório.

Todavia, a visão do conjunto é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade. O nosso objetivo, ao utilizarmos a lógica dialética, é identificar os espaços de contradição que torne possível a intervenção, no sentido de superar a realidade existente.

A oposição entre a universalização da educação e a seleção técnica é um exemplo da contradição resultante do processo histórico de construção da Escola Contemporânea. A Escola, tal como se apresenta nos dias de hoje é produto da contradição entre os interesses do capital e as reivindicações sociais, que ao mesmo tempo em que reúne interesses opostos, fixa-se em uma totalidade, isto é, em uma ordem social que se apresenta, aparentemente, de forma homogênea. Todavia, a natureza da Escola Contemporânea é fruto da contradição social, da luta de classes e por isso é também espaço de luta para a sua superação.

Nesta perspectiva, a pesquisa traz à tona elementos que servem de indicadores concretos da função que a seleção técnica exerce nas instituições de formação profissional, como também as formas de superá-las. A nossa hipótese é de que este instrumento formal de seleção e classificação da população escolar serve para dissimular a seleção social e, para superá-lo é necessário um combate constante à fonte vital que o sustenta.

Entretanto, “a verdade objetiva enquanto concordância entre pensamento e realidade, não é um problema que se possa resolver teoricamente pelo confronto entre diferentes pensamentos; a verdade só pode ser construída a partir da relação entre pensamento e realidade, dando-lhe caráter prático”.(MARX E ENGELS, 1979) Nesta direção, o objeto da pesquisa é construído através do permanente e sempre crescente movimento do pensamento que vai do abstrato ao concreto pela mediação do empírico. Daí porque realizamos uma investigação na Escola Técnica da UFPR, com o objetivo de dar maior concreticidade ao processo seletivo que ocorre nas instituições de formação profissional.

Ao tomar o dado empírico como ponto inicial da pesquisa e em função das suas necessidades de compreensão, as teorias preexistentes na literatura, toda a questão teórica que envolve o objeto passa a ser provisória apesar de ser o ponto de partida; o conhecimento novo ou a reconstrução teórica resulta da relação dialética entre o velho e o novo, entre o conhecimento já produzido e o objeto de investigação apreendido empiricamente. Pretendemos, desta forma, identificar a *“nova” função que a sociedade concede à seleção técnica* diante das mudanças que ora ocorrem na sociedade, sem nos afastar, porém, da sua natureza própria e sem negar-lhe, também, a possibilidade de superação.

1 FUNDAMENTOS DA TEORIA MARXISTA PARA A SELEÇÃO SOCIAL

1.1 VALOR E PREÇO DA MERCADORIA FORÇA-DE-TRABALHO

Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão. Para esse último processo é reconhecidamente necessário mais do que um bom estômago. Quem diz capacidade de trabalho não abstrai dos meios necessários à sua subsistência. O valor deles é antes expresso no valor dela. Se não é vendida, de nada serve ao trabalhador, ele então a percebe muito mais como uma cruel necessidade natural que a sua capacidade de trabalho tenha exigido determinado quantum de meios de subsistência para sua produção e constantemente exige de novo para a sua reprodução.

Karl Marx

1.1.1 FORMAÇÃO DE VALOR E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

Segundo Marx, para compreender o valor da mercadoria força-de-trabalho deve-se considerar de início duas grandezas distintas: o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho. O primeiro aspecto da mercadoria que determina o valor da força-de-trabalho refere-se ao seu valor de uso; o segundo diz respeito ao seu valor de troca.

Ao contratar um trabalhador, o capitalista tem como objetivo produzir um valor de uso que tenha valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Se a mercadoria é unidade de valor de uso e de valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor.

Considerando que o processo de produção é também processo de formação de valor, temos que: o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo socialmente necessário à sua produção.

"Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho".(MARX, 1983)

Da mesma forma, para se obter o valor do produto que se adquiriu como resultado do processo de trabalho, deve-se calcular inicialmente, o tempo de trabalho materializado nesse produto. Vejamos o exemplo exposto por Marx:

Para a fabricação do fio precisa-se, em primeiro lugar, de sua matéria-prima, por exemplo, 10 libras de algodão. Não é necessário investigar o valor do algodão, pois o capitalista o comprou no mercado pelo seu valor, por exemplo, 10 xelins. No preço do algodão já está representado o trabalho geral social. Suponhamos ainda que a massa de fusos desgastada no processo do algodão, que representa para nós, todos os outros meios de trabalho empregados, tenha um valor de 2 xelins. Se uma massa de ouro de 12 xelins é o produto de 24 horas ou 2 dias de trabalho, segue-se, de início, que no fio estão objetivados 2 dias de trabalho. (MARX, 1983, p.155)

Se a grandeza do valor da mercadoria é dada pela quantidade do tempo de trabalho despendido para a sua produção, é correto afirmar que: mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm, portanto, a mesma grandeza de valor. Não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade. Na medida em que os trabalhadores são fontes de valor para o capitalista, não importa se uns produzem automóveis e outros, sapatos. Todos executam trabalho simples, trabalho social médio.

Até aqui, tratamos da força-de-trabalho apenas como condição para a formação de valor, isto é, analisamos o trabalho como responsável pela produção de uma mercadoria como valor de uso. Entretanto, um produto de utilidade social não define por si próprio, a grandeza do seu valor para o capitalista, isto é, produtos com valores de uso não geram capital por suas características úteis. Apenas, quando estes entram em circulação para serem

comercializados no mercado de consumo, realizar-se-ão como mercadorias, ou seja, como produtos que geram valor.

Como valores de uso, os produtos realizam-se somente no ato final do consumo; os valores, para o capital, se consomem durante o processo de comercialização, no transcurso da troca de mercadorias.

A comercialização é um processo de troca de mercadorias que possuem a mesma grandeza de valor, logo, existe no conteúdo das mercadorias algo comum que permite a sua equiparação: o tempo de trabalho social materializado no produto. Marx menciona em sua obra que os valores expressos das mercadorias não podem referir-se às suas propriedades corpóreas, pois estas qualidades dizem respeito à utilidade do produto. As mercadorias, como valor de uso, são de diferentes qualidades, mas como valor de troca, só podem ser de quantidades diferentes, indiferentes ao seu valor de uso. Uma espécie de mercadoria é tão boa quanto a outra se o seu valor de troca for igual. (MARX, 1983)

Assim, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, segundo as leis que regem o intercâmbio das mercadorias, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode desfazer-se de um, sem desfazer-se do outro, pois ao vendê-lo, disponibiliza ao seu comprador sua própria fonte de valor, que pode ser potencializada conforme a estrutura produtiva disponível pelo possuidor do dinheiro.

Se em uma jornada de um dia de trabalho (x), o valor da força de trabalho equivale a " $x-y$ ", é porque na jornada está objetivado o trabalho necessário para realizar o valor da força de trabalho mais um excedente, uma vez que os meios de subsistência necessários para reproduzir diariamente a força de trabalho custam " $x-y$ ", ou seja, o valor da força de trabalho estaria dispendendo uma jornada inferior àquela efetivamente realizada.

Este valor (relativo) da força de trabalho é pré-fixado pelo mercado e tem base no trabalho passado que a força de trabalho contém. A parte do valor que interessa ao capitalista ao comprar a força de trabalho é o trabalho vivo que ela pode prestar e do mais valor que ela pode reproduzir.

A força de trabalho pode operar durante um dia inteiro e criar o dobro de seu próprio valor de um dia, entretanto, este valor é de propriedade do capitalista, que ao se tornar proprietário da força de trabalho pelo seu valor de troca, pôde, graças à sua “competência” empresarial, aproveitar-se de sua qualidade potencial de valor para aumentar a sua produtividade e obter o seu lucro.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassar este ponto, torna-se processo de valorização. (MARX, 1983, p. 161)

A análise de Marx sobre formação de valor e processo de valorização é a “categoria-base” responsável pela elucidação do modo de produção capitalista que originou a expressão “mais-valia” e que responde pelo conceito de “exploração do trabalho”. Para a fundamentação do objeto de pesquisa deste trabalho, que trata da seleção social no capitalismo, foi fundamental a exposição, pelo menos sumária, da teoria do valor de Marx, no sentido de construir materialmente os determinantes da seletividade. A produção da mais-valia constitui-se no objetivo último do sistema capitalista e justifica as relações de exploração entre uma classe e outra; a seleção na sociedade atual é consequência dessas relações de exploração.

1.1.2 O PREÇO DO SALÁRIO E SEUS DETERMINANTES

Aparentemente, o salário é a soma de dinheiro que o patrão paga por um tempo de trabalho determinado ou pelo fornecimento de um determinado trabalho, concluindo-se portanto, que o patrão compra o trabalho em dinheiro, ou seja, é por dinheiro que os trabalhadores vendem o seu trabalho.

Marx, entretanto, indicou nos seus estudos outra vertente de análise para o preço do salário: o que os trabalhadores vendem ao capitalista, na realidade, é sua força de trabalho. O capitalista compra esta força de trabalho por jornada: um dia, uma semana, um mês, etc. E, tendo-a comprado, utiliza-a fazendo com que o operário trabalhe durante o tempo estipulado. Por essa mesma quantia com a qual o patrão comprou sua força de trabalho, poderia ter comprado uma determinada quantidade de qualquer outra mercadoria.

“A força de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais, nem menos. Mede-se a primeira com o relógio; a segunda com a balança”.(MARX, S/DATA)

Vimos anteriormente que os produtos realizam-se como mercadorias durante o processo de troca. No ato da produção, as mercadorias equivalem ao seu valor de uso, entretanto, no processo de comercialização equivalerá ao seu valor de troca. A diferença em dinheiro obtida entre o preço e o custo da mercadoria é o lucro que possibilitará ao dono da produção o acúmulo de capital.

Da mesma forma, a força de trabalho metamorfoseia-se em mercadoria, ou seja, encontra seu preço em salário, por meio das mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria.

O preço da mercadoria apresenta oscilações temporárias como consequência da concorrência entre os compradores e os vendedores, da relação entre a solicitação e a

disponibilidade, a oferta e a procura. Essa oscilação, no entanto, é sempre compensada, de modo que, no geral, mantém-se o valor.

Se a mesma mercadoria é oferecida por diversos vendedores, quem vende mais barato, mercadorias da mesma qualidade, assegura-se de vender mais, expulsando do mercado os outros vendedores. Os vendedores lutam, portanto, entre si, pelo escoamento das mercadorias, pelo mercado. Cada um quer vender, vender o mais possível, vender, se possível só, com exclusão dos demais vendedores. Eis por que uns vendem mais barato que os outros. Estabelece-se, conseqüentemente, **uma concorrência entre os vendedores que baixa os preços das mercadorias** oferecidas por eles. (MARX & ENGELS, s/data, p.64)

De outro lado, os compradores também concorrem entre si, **elevando os preços** das mercadorias oferecidas. E, finalmente, ocorre uma **concorrência entre os compradores e vendedores**; uns querem comprar o mais barato possível e os outros querem vender o mais caro que possam.

Se a indústria coloca em confronto dois corpos de exércitos – vendedores e compradores – os vencedores da concorrência, obviamente, serão aqueles que conseguem diminuir a tensão entre os concorrentes do mesmo corpo, pois, poderão concorrer no mercado, organizados em blocos de resistência, forçando os preços a subirem ou descerem conforme a sua conveniência.

Outro fator determinante do preço é também o custo da produção, entretanto, isto não é uma ocorrência casual, mas realiza-se de tal forma que os momentos em que o preço dessa mercadoria se eleva acima do custo de sua produção são compensados pelos momentos em que ele desce abaixo do custo de produção, e vice-versa.

Os determinantes do preço pelo custo de produção são iguais aos determinantes do preço pelo tempo de trabalho necessário à produção, pois:

“O custo da produção se compõe, 1º.) de matérias primas e do desgaste das ferramentas, isto é, de produtos industriais, cuja produção custou um certo número de jornadas de trabalho, representando, conseqüentemente, uma determinada quantidade de tempo de trabalho; 2º.) de trabalho imediato, cuja medida é precisamente o tempo” (MARX & ENGELS, S/DATA, p. 67)

Se, como dissemos, o preço do trabalho – o salário – é regulado pelas mesmas leis gerais que regulam as mercadorias em geral, temos que: o salário irá ora subir, ora descer, segundo as relações entre a oferta e a procura, de acordo com a forma que tomará a concorrência entre os compradores da força do trabalho, os capitalistas, e os vendedores da força do trabalho, os trabalhadores. As flutuações do salário correspondem, em geral, às flutuações dos preços das mercadorias. Entretanto, escreve Marx, **“dentro dos limites dessas flutuações, o preço do trabalho será determinado pelo custo da produção, pelo tempo do trabalho necessário para produzir esta mercadoria: a força de trabalho”**.(MARX & ENGELS s/data, p.67)

Resta-nos saber agora, **qual é o custo de produção da própria força de trabalho?** Segundo Marx, **é o custo para conservar o operário como tal e para formar o operário.**

Assim como qualquer outra mercadoria que precisa reproduzir-se para continuar produzindo valor, a força de trabalho deverá reproduzir-se ou manter-se constantemente. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de recursos para sua subsistência, para que possa ter condições de força e saúde para repetir o mesmo processo todo dia.

O preço da força de trabalho é equivalente ao custo das condições básicas de existência do seu possuidor. Este valor deve ser suficiente para suprir sua alimentação, vestimentas, moradia, etc., assim como também, suprir, do ponto de vista moral, os seus hábitos e aspirações de vida como classe do trabalho.

A soma dos meios de subsistência inclui também, as necessidades básicas dos filhos dos trabalhadores, pois estes representam os substitutos que deverão ocupar seu lugar no grande mercado de mercadorias, futuramente. Este investimento específico do capital, garante a perpetuação da classe trabalhadora.

A produção de mercadorias, ao exceder o seu caráter útil e objetivá-lo para a troca, opera com grandezas quantitativas. Este processo exige uma produção em série de exemplares específicos, portanto, para que o trabalhador desenvolva habilidade e destreza para cada ramo de trabalho é necessário que este possua uma determinada formação concorde com sua esfera de atuação. Conforme o caráter da força de trabalho, qualidade originária de situações de relações de produção, **os custos para aprendizagem mínimos** para a força do trabalho comum, **também fazem parte do preço da força de trabalho** pago pelo capitalista. (MARX, 1983) O salário é, pois, equivalente ao tempo socialmente necessário para a produção dos meios de subsistência do trabalhador. Muda, todavia, de acordo com a variação de valor desses meios de subsistência que, como mercadorias comuns, representam o tempo de trabalho exigido para a produção.

É importante ressaltar que o preço da força de trabalho não ultrapassa os limites do valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Isso significa que o preço pago pela mercadoria força-de-trabalho se mantém, na maioria do tempo, abaixo do valor produzido na jornada de trabalho.

O pagamento da mercadoria comum é efetuado no momento da compra, entretanto, a força de trabalho, por natureza própria, funcionando como crédito ao capitalista, pois o trabalhador recebe o salário, somente após o prazo previsto na sua contratação.

Aos olhos e ouvidos da sociedade em geral, a comercialização da força de trabalho ocorre de forma harmônica, com vantagem mútua e em nome do bem comum ou do interesse

geral. Marx, porém, destaca os personagens deste drama, comparando o proprietário da força de trabalho ao boi, que marcha tímido, contrafeito, como alguém que leva sua própria pele para o mercado e que nada tem a esperar a não ser o curtume; enquanto que o capitalista segue satisfeito, cheio de importância e voraz. (MARX, 1983). Qual o segredo que esconde a felicidade do capitalista e estimula o seu apetite, é o que veremos adiante.

Para o capitalista, como afirmamos anteriormente, não há diferença entre o custo de um trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, pois cada um deles sustenta-se na ocasião da troca de mercadorias. O elemento gerador de mais-valia, o que faz o capitalista sorrir, segundo Marx, resulta do excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho. Como processo de formação de valor, o trabalho superior, sempre tem de ser reduzido a trabalho social médio, facilitando desta forma, o cálculo de valor da força de trabalho para o seu comprador, que supõe, por sua vez, que o trabalhador seja qual for a sua função, executa trabalho social médio simples.(MARX, 1983)

Giuseppe Cocco, um pesquisador contemporâneo do trabalho, defende a tese de que por efeito da globalização da economia, da financeirização e da crise do capital, o tempo de trabalho não serve mais como medida da riqueza, como base objetiva do valor, pois, afirma o autor, **“a mais-valia determina-se pela apropriação da força produtiva “geral” do operário como força social.”**(COCCO, 2000, p.119) Segundo Cocco, para existir produtivamente (nos dias de hoje) o trabalhador precisa encaixar-se nas redes de trabalho social.

Discordamos da tese deste autor, pois o que modifica, no desenvolvimento do capitalismo, são **as formas de medir o tempo para extrair valor, não a base de cálculo de valor**. As redes de trabalho social, propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, são compostas por indivíduos que basicamente, continuam, como antes, executando trabalho

individual e coletivo, de onde o capitalista extrai mais-valia. A forma de medir o tempo de trabalho não modifica sua base de cálculo, que continua sendo o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria.

Quando um indivíduo adquire por meio da compra, um determinado produto, torna-se proprietário do objeto. A forma como foi consumido este produto, em nada alterou a base do comércio. O valor pago pelo consumidor continua sendo determinado pelas leis do mercado.

Assim, escreve Marx, é completamente indiferente o que faz o capitalista com o trabalho, ainda que, possa utilizá-lo somente conforme a determinação deste e a disponibilidade do trabalhador se limite a um trabalho determinado e a uma disposição temporalmente determinada desse trabalho.(MARX, 1976, p.224) Parafrazeando Marx, pode-se afirmar que, o pagamento por produtividade, atualmente utilizado pelos donos da produção, (e que muitas vezes faz parte de relações trabalhistas “informais”), causa a impressão de que o trabalhador recebe certa parte no produto, quando na verdade se trata apenas, de outra forma de medir o tempo. Ao invés de afirmar: trabalhas 8 horas, diz-se: recebes tanto por produção, isto é, medimos pela quantidade dos produtos, o tempo de seu trabalho. Isto em nada modifica o tratamento da relação geral.

Se o capitalista adquire a mão-de-obra apenas como reserva, o faz para competir com outro dono de produção, a fim de ocupar uma posição superior a de seu oponente no mercado. O que o trabalhador vende é a sua **disponibilidade de trabalho**. (MARX, 1976, p.225)

Quando o capitalista compra a força de trabalho, estabelece, no contrato, uma jornada de trabalho que compreende os dois períodos: o tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador e o tempo excedente, responsável pela produção do lucro.

Qualquer alteração desta jornada repercutirá diretamente na quantidade do valor produzido. Porém, um alongamento da jornada, esbarra em limites físicos e morais. O trabalhador precisa de tempo para repousar, dormir, alimentar-se e vestir-se etc. e também para suprir suas necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura. Ambas as barreiras são de natureza flexível e permitem variações, por isso podemos encontrar jornadas de trabalho com diferentes durações.(MARX, 1983)

Os estudos de Marx sobre os determinantes do salário revelam que as relações de produção que dinamizam o modo de produção capitalista têm estreita relação com a produção da mercadoria. Ela é a própria materialização da riqueza social da sociedade capitalista. O movimento mercantil que produz o preço da mercadoria é um determinante do preço do salário, isto é, aplica-se à força de trabalho a mesma operação que equaciona o preço da mercadoria. Como a intenção do capitalista, do proprietário dos meios de produção é o da extrair mais-valia, limita o valor do preço do salário de forma a reproduzir, constantemente, as características do vendedor da força de trabalho. Portanto, reproduz as mesmas condições de produção e de consumo do trabalhador que são responsáveis pelas diferenças decorrentes do seu nível de inserção social. O salário, pois, constitui-se em um mediador da seleção social e é responsável pelos critérios equitativos da seletividade.

1.1.3 SALÁRIO E TECNOLOGIA: BARATEAMENTO E EXCLUSÃO

Para que a produção da mais-valia flua sem tropeçar nos limites das diferentes jornadas de trabalho, as condições de produção de trabalho são constantemente modificadas, isto é, tem de se revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o

próprio modo de produção. Desta forma, aumentando a força produtiva do trabalho, encurta-se a parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução do seu valor, tendo como consequência, a redução do valor da força de trabalho.(Marx, 1983)

“Se o fabricante, por meio do aperfeiçoamento da maquinaria, duplica seus produtos (...) só ganha (ao final), se isso lhe capacita vestir mais barato o trabalhador (...) e assim uma parte menor do rendimento total fica com o trabalhador”.(RAMSEY, apud Marx, 1983, p.251)

A análise de Marx nos permite concluir que o valor do salário evolui de forma decrescente ao desenvolvimento da tecnologia aplicada na produção, causando o barateamento da força de trabalho, assim como de qualquer outra mercadoria. Isto garante a reprodução da massa assalariada, o que permite ao capitalista um vasto campo onde pode operar comercialmente, comprando força de trabalho pelo valor de mercado, valor este fixado de acordo com o preço de trabalho social médio.

Aliado a este fato, a aplicação da tecnologia expulsa da produção a mão-de-obra que “excede” desse processo, substituindo o homem pela máquina. Com o aumento do contingente operário, que para efeito de intercâmbio mercantil é oferecido como mercadoria, cria-se no seio dos trabalhadores uma feroz concorrência pelos postos de trabalho assalariado. A concorrência estabelecida entre os trabalhadores decorre, pois, da dispensa gradativa de mão de obra do processo de produção.

Os produtos e processos tecnológicos são artefatos sociais e culturais, que carregam consigo, relações de poder, intenções e interesses diversos (OLIVEIRA, 2000, p.42). Esta concepção engendra um conjunto de idéias que busca revelar novas formas de interação entre os homens e seus instrumentos de trabalho, mas que não implique em desapropriação das condições de sobrevivência, isto é, que as consequências que advém do desenvolvimento

tecnológico não destituam o homem do processo produtivo em nome da racionalidade da economia.

Neste âmbito, constitui-se em um dilema político decidir os rumos que devem nortear o processo de desenvolvimento tecnológico que tende a excluir o homem do trabalho e, em um dilema educacional, no que se refere à formação do trabalhador e o seu domínio sobre a ferramenta.

Seguindo o raciocínio de Marx, pode-se verificar que o sistema capitalista encontra-se atualmente, perante um fenômeno decorrente do seu próprio modo de produção e em face de uma profunda contradição, onde, por um lado, o seu regime de acumulação é totalmente arraigado à subversão dos instrumentos de trabalho, ao desenvolvimento tecnológico e, por outro, é vitalmente dependente do trabalho vivo.

Perante a emergência deste fenômeno, a classe trabalhadora subdivide-se em ocupados e excluídos, dando formato a um novo critério de seleção social - a inserção social da população trabalhadora excluída do processo de produção.

No terreno da empregabilidade, emergem políticas de incentivo ao emprego informal. Nas deliberações sociais, os objetivos pautam-se pelo combate à fome e à pobreza.

No sistema educacional dos países periféricos, as mudanças revelam este momento de contradição, nas políticas que imprimem para o atendimento a esta nova camada da classe trabalhadora, que se baseiam fundamentalmente, em políticas de compensação, materializadas sob a forma de ampliação do ensino primário e oferta de cursos modulares destinados à re-profissionalização.

Por outro lado e em outra corrente, sob a perspectiva de transformação social, alguns ramos da instância educativa mobilizam-se no sentido dar forma a uma política alternativa dentro dos limites da hegemonia dominante, onde o momento da instabilidade econômica

fragiliza o sistema e faz emergir a possibilidade de transformação. Nesta linha de objetivos, constrói parâmetros para uma ação política-pedagógica de cunho revolucionário com a finalidade de intervir favoravelmente junto à classe trabalhadora. Um exemplo ilustrativo desta ação é a luta pela ampliação da oferta de ensino em todos os níveis. É uma forma histórica e legítima de constranger a seletividade no sistema educacional.

1.2 DIVISÃO DO TRABALHO E CLASSIFICAÇÃO: CONDICIONANTES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR

“Tal oficina, (...), oferecia aos olhos a divisão do trabalho em suas múltiplas gradações. A furadeira, o cinzel, o torno tinha cada um seus próprios trabalhadores, classificados hierarquicamente segundo o grau de habilidade”.

Andrew
Ure

1.2.1 ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO.

O modo de produção capitalista realiza-se sob duas condições essenciais e indissociáveis: por meio da dominação do homem, através da exploração do seu trabalho e por meio da divisão do trabalho, de organização e técnicas de produção que reproduzem, invariavelmente, as relações de trabalho hierárquicas próprias das relações de produção capitalistas.

Entretanto, os capitalistas não inventaram a hierarquia nem a organização hierárquica da produção. Nas sociedades pré-capitalistas, a produção industrial era organizada de acordo com uma estrita hierarquia mestre-companheiro-aprendiz, que hoje sobrevive apenas no nosso ensino superior. A hierarquia capitalista e a pré-capitalista diferem em três pontos. Em primeiro lugar, tanto no topo como na base da hierarquia pré-capitalista, encontrava-se um produtor. O mestre-artesão trabalhava com o seu aprendiz, em vez de simplesmente lhe dizer o que devia fazer. Seguidamente, a hierarquia era linear e não piramidal: o aprendiz será um dia companheiro e, possivelmente, mestre. Sob o capitalismo, é raro que um operário se

torne sequer contra-mestre, para não falarmos das possibilidades de se tornar empresário. Finalmente, e isto é talvez o mais importante, o artesão membro de uma corporação não estava separado do mercado por um intermediário. Regra geral, vendia um produto, não o seu trabalho – e assim controlava a um tempo o produto e o processo do trabalho. (MARGLIN in GORZ, 1976, p.43-44)

Tal como a hierarquia, a divisão do trabalho também não nasceu com o capitalismo. A divisão do trabalho, a especialização das tarefas, é uma característica de todas as sociedades complexas e não um traço particular das sociedades industrializadas ou economicamente evoluídas: basta pensar na divisão do trabalho por castas⁵ e na hierarquia social que o acompanha. Tampouco a divisão técnica do trabalho é específica do capitalismo ou da indústria moderna. A produção de tecidos, por exemplo, mesmo no sistema corporativo, estava dividida em tarefas separadas, cada uma das quais era controlada por especialistas. O fato é que a divisão do trabalho do tipo corporativo sucumbiu perante a divisão do trabalho de tipo capitalista: a tarefa do trabalhador tornou-se tão especializada e parcelar que ele não tinha praticamente qualquer produto para vender – e, em consequência, era forçado a entregar-se ao capitalista para combinar o seu trabalho com o trabalho de outros operários, de modo a fazer do todo um produto mercantil. (MARGLIN in GORZ, 1976, p.44)

A divisão capitalista do trabalho, tipificada pelo célebre exemplo da manufatura de alfinetes, analisada por Adam Smith, foi adotada não por causa da sua superioridade tecnológica, mas porque ela garantia ao empresário um papel essencial no processo de produção: o do coordenador que, combinado os esforços separados dos seus operários, obtém uma *mercadoria*.

⁵ Classes sociais em que se divide a população hindu.

Assim, nos meados do século XVI, origina-se a **cooperação** – uma combinação de operários parcelares⁶ – que adquire sua forma clássica na **manufatura**. A origem da manufatura, segundo Marx, é dúplice: de um lado, ela parte da combinação de operários autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as tornam autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico.

Para o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura é essencial atentar para os seguintes pontos: antes de tudo, o processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução artesanal depende da força, da habilidade, da rapidez e da segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base e por isso continua sendo a habilidade manual, a base do processo de produção. Desta forma o trabalhador é contratado para exercer funções parciais e sua força de trabalho é transformada por toda a vida em órgão dessa função parcial.(MARX, 1983)

O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, pois o trabalhador parcial lida com funções exclusivas. Ele cria, com isso, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples. Portanto, o trabalhador detalhista e seu instrumento constituem os elementos simples da manufatura. (MARX, 1983)

⁶ Denominação dada por Marx ao trabalhador que executa a sua vida inteira uma única operação simples, transformando todo o seu corpo em órgão automático unilateral.

As diversas operações que o produtor de uma mercadoria executa sucessivamente e que se confundem no conjunto do seu trabalho exigem, por assim dizer, que ele toque vários instrumentos. Num tem que desenvolver mais habilidade, noutra mais força, num terceiro, mais atenção, etc; ora, o mesmo indivíduo não possui todas essas faculdades isoladas no mesmo grau. Uma vez separadas, isoladas e tornadas independentes as diferentes operações, os operários são divididos, classificados e agrupados de acordo com as faculdades que predominam em cada um deles. Enquanto membro do trabalhador coletivo, o trabalhador parcelar torna-se mesmo tanto mais perfeito quanto mais limitado e incompleto. O hábito de uma função única transforma-o em órgão infalível e espontâneo dessa função, ao mesmo tempo em que o conjunto do mecanismo o força a agir com a regularidade de uma peça de máquina. Sendo as diversas funções do trabalhador coletivo mais ou menos simples ou complexas, inferiores ou elevadas, os seus órgãos, ou seja, as forças de trabalho individuais, serão também mais ou menos simples ou complexas e possuem, portanto valores diferentes. A manufatura cria assim uma **hierarquia das forças de trabalho** à qual corresponde uma escala graduada de salários. Ao lado da gradação hierárquica, estabelece-se uma divisão simples dos trabalhadores em *hábeis* e *inábeis*. (MARX, in GORZ, 1976, p.23)

A manufatura, propriamente dita não só submete o trabalhador às ordens e à disciplina do capital como estabelece ainda uma gradação hierárquica entre os próprios operários. Se, de um modo geral, a cooperação simples quase não afeta o modo de trabalho individual, a manufatura revoluciona-o de alto a baixo e ataca a força de trabalho pela raiz.

“Na manufatura, não é somente o trabalho que é dividido, subdividido e repartido entre diversos indivíduos, é o próprio indivíduo que é fragmentado e metamorfoseado em mola automática de uma operação exclusiva, de modo que se encontra realizada a absurda fábula de Menénio Agripa, que representa um homem como um fragmento do seu próprio corpo”. (MARX in GORZ, 1976, p. 23)

Originariamente, o operário vende a sua força de trabalho ao capital porque lhe faltam os meios materiais de produção. Agora, a sua força de trabalho recusa qualquer serviço sério se não for vendida. Para poder funcionar, precisa daquele ambiente social que só existe na oficina do capitalista.

Neste momento é importante ressaltar que a produção capitalista originou-se historicamente sob a divisão manufatureira, da concentração de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo campo de trabalho para produzir a mesma mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista. As modificações ocorridas no processo de desenvolvimento do sistema produtivo, como por exemplo, a adoção do sistema de fábrica e após o desaparecimento gradativo do chão fabril⁷, não anulam, em hipótese alguma, o seu objetivo principal; pelo contrário, todas as suas manobras se concentram nesse fim – o de extrair mais-valia do trabalhador para o acúmulo de capital. Portanto, se a direção capitalista é por um lado processo social de trabalho para a elaboração de um produto, não é conveniente delegar a segundo plano o fato de que, por outro lado, é um processo de valorização do capital.

Entretanto, o importante neste momento da reflexão é o fato de que os conhecimentos, a inteligência e a vontade desenvolvidos pelos operários no modo de produção capitalista passam a pertencer ao dono da produção. As forças intelectuais da produção desenvolvem-se num só aspecto porque desaparecem em todos os outros. O que os operários parcelares perdem concentra-se em face deles no capital. O conhecimento torna-se um instrumento suscetível de ser separado do trabalho e a de a ele ser oposto. A divisão manufatureira opõe-lhes as forças intelectuais da produção como propriedade de outrém e como poder que os domina. Esta cisão começa a aflorar na cooperação simples, em que, perante o trabalhador isolado, o capitalista representa a unidade e a vontade do trabalhador

⁷ Fenômeno decorrente do processo de descentralização produtiva no “pós-fordismo”.

coletivo; desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador a ponto de o reduzir a uma parcela de si mesmo; consuma-se enfim na grande indústria, que faz da ciência uma força produtiva independente do trabalho e a afeta ao serviço do capital. (MARX in GORZ, 1976, p.24)

Segundo descrição de Adam Smith, a inteligência da maior parte dos homens, forma-se necessariamente pelas suas ocupações ordinárias. Um homem que passa a vida toda a executar um pequeno número de operações simples não tem oportunidade de desenvolver a sua inteligência nem de exercer a sua imaginação. Regra geral torna-se tão ignorante e estúpido quanto é possível a uma criatura humana. A uniformidade da sua vida estacionária corrompe naturalmente a coragem do seu espírito, degrada a atividade do seu corpo e torna-o incapaz de desenvolver a sua força com algum vigor e alguma perseverança em qualquer outra ocupação que não seja aquela para que foi educado. Assim, a sua perícia no ofício é uma qualidade que parece ter sido adquirida à custa das suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. (SMITH apud MARX, 1976)

Desta forma, a fim de evitar a degeneração completa da massa do povo, originada pela divisão do trabalho, recomenda a instrução popular obrigatória embora em doses prudentemente homeopáticas. Seus opositores, porém, representados, sobretudo pelo senador da época do Primeiro Império, o criticavam, polemizando com tais recomendações: o ensino popular contrariava as leis da divisão do trabalho e com ele **“se proscreveria todo o sistema social”**.

Para Garnier a divisão do trabalho entre manual e intelectual, como todas as outras divisões, era um efeito dos progressos passados e uma causa dos progressos futuros. Ao que questiona: – Deveria então o governo agir para contrariar esta divisão do trabalho e retardá-lo na sua marcha natural? Deveria empregar uma porção de rendimento público a procurar

confundir e misturar duas classes de trabalho que tendem de si mesmas a dividir-se?(GARNIER apud MARX, 1983)

Com efeito, não é de toda ilusão crer que a instrução popular é um fator de correlação de forças, pois a educação sempre transcende o labor manual, já que trata, pelo menos pretensamente, do conhecimento científico que o envolve. Entretanto, a sociedade capitalista soube tratar deste assunto com muita eficiência. O sistema educacional como um todo se pautou historicamente pela reprodução da divisão do trabalho, tornando o ensino predominantemente propedêutico. E não poderia ser de outra forma, já que o ensino aparece vinculado ao Estado que, por sua vez, representa os donos da produção.

Os papéis e as “competências” que a divisão de trabalho requer justificam o **caráter seletivo** da escola pública, opressiva e hierarquizante, difundindo valores burgueses e selecionando uma nova burguesia de função (ou “burguesia de Estado”), detentora não mais da propriedade, mas dos poderes de disposição e decisão que estão ligados àquelas. (BETTELHEIM apud GORZ, 1976, p.10)

1.3 DETERMINANTES ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA SELETIVIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.

Ao afirmarmos que a Escola reproduz a divisão do trabalho existente na produção capitalista, afastamos deste conceito qualquer possibilidade de neutralidade na natureza dessa instituição. Para que possamos analisá-la nesta vertente é necessário, em primeiro lugar, estabelecer uma mediação entre economia, política, cultura e escola.

A economia burguesa reflete, segundo os postulados marxistas, as relações de produção que a materializam, formando a base estrutural da sociedade capitalista. Sobre esta estrutura assentam-se as superestruturas que constituem, o Estado democrático, como aparelho político e a Escola, como aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1999) ou aparelho privado de hegemonia (GRAMSCI, 1978).

As relações de produção baseiam-se na exploração da mais-valia, onde os trabalhadores disponibilizam ao capitalista, sua força de trabalho ou seu tempo socialmente necessário para a produção de uma riqueza que não lhe cabe como produtor e sim, a quem comprou essa força de trabalho: o capitalista. A relação de produção entre trabalhadores e capitalistas determina a existência de classes que se antagonizam. Portanto, a sociedade capitalista é constituída por uma classe dominante e uma classe dominada que resulta em luta entre as classes. Este elemento é *o primeiro indicador material da seleção social*, pois determina o nível de inserção social dos sujeitos.

Com o objetivo de harmonizar ou conciliar as classes que se opõem sobrepõe-se o Estado. Portanto, a produção capitalista só pode processar-se socialmente por meio de um instrumento de caráter repressivo, que seja capaz de contornar a luta de classes que ela mesma produz. Esta sentença proferida contra o Estado, por Marx e Engels e após, por Lênin

e Althusser, têm gerado grande impacto nos cidadãos de boa fé que crêem na sua natureza pura. Entretanto, há que se impor a verdade, a despeito da violação moral.

O Estado, diz Engels, ao tirar as conclusões da sua análise histórica, não é, pois um poder imposto do lado de fora à sociedade; não é também a “realidade da idéia moral”, a “imagem e a realidade da razão”, como pretende Hegel. Ele é, antes pelo contrário, um produto da sociedade em um estado determinado do seu desenvolvimento; é o testemunho de que esta sociedade se envolve numa contradição insolúvel com ela própria, tendo-se cindido em contradições inconciliáveis que não pode resolver. Mas a fim de que os antagonistas, as classes com interesses econômicos opostos, não se destruam, a si e à sociedade numa luta estéril, impõe-se a necessidade de um poder que, colocado na aparência acima da sociedade, é chamado a atenuar o conflito, mantendo-o dentro dos limites da “ordem”; e este poder, nascido da sociedade, mas que se situa acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho, é o Estado. (LÊNIN, 1978, p.8)

O poder do Estado é dado pela força pública e pelo direito de perceber impostos, por isso, escreve Engels, os seus funcionários, como órgãos da sociedade, situam-se *acima* dela. É óbvio que Engels está se referindo aos funcionários do Estado responsáveis pela gestão do dinheiro público, ao Estado da classe mais poderosa, a classe que domina economicamente e que, com a ajuda dele, se torna também a classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida. Assim como o Estado antigo e o Estado feudal formavam órgãos de gestão da exploração contra os escravos e contra os servos, também o Estado moderno é o instrumento regulador da exploração do trabalho assalariado pelo capital (LÊNIN, 1978).

Sob o manto do Estado democrático, a riqueza exerce o poder por uma via indireta, todavia mais segura: primeiramente, através da corrupção direta dos funcionários; depois, pelas alianças dos governos como os bancos.

“A onipotência da “riqueza” está mais segura sob a república democrática, por não depender das imperfeições do envoltório político do capitalismo. A república democrática é a melhor forma política possível para o capitalismo (...). (LÊNIN, 1978, p.16)

Nesta perspectiva de análise, o Estado democrático, como síntese oficial da sociedade civil capitalista, é responsável pela *produção dos instrumentos oficiais de seleção social* tornando-as legítimas perante a sociedade, executável juridicamente, já que registra a vontade coletiva.

A cultura como expressão geral das práticas sociais, incorpora as relações sociais próprias do capitalismo, que se assentam sobre a divisão de classes sociais, onde as diferenças decorrentes do nível de inserção dos sujeitos, dos grupos ou estamentos sociais na produção e no consumo determinam um modo de vida, um *habitus*. De modo que em cada cultura nacional existem, ainda que não estejam desenvolvidos, elementos da cultura democrática e socialista, pois em cada nação há uma massa trabalhadora e explorada, cujas condições engendram, inevitavelmente, uma ideologia democrática e socialista. Mas em cada nação existe igualmente uma cultura burguesa e não simplesmente em forma de “elementos”, mas como cultura dominante (LÊNIN, S/DATE, p.30-1).

Portanto, *a seleção social no capitalismo reflete também o “habitus” da cultura burguesa e é determinada por ela, por constituir-se em seu momento histórico, em uma cultura dominante*. Este arbitrário cultural burguês é reproduzido pela Escola em detrimento da cultura operária.

“Numa formação social determinada, o trabalho pedagógico pelo qual se realiza a ação pedagógica dominante que tende a impor aos membros dos grupos ou classes dominados o reconhecimento da legitimidade de cultura dominante, tende a lhes impor do mesmo modo, pela inculcação ou exclusão, o reconhecimento da ilegitimidade de seu arbitrário cultural”.(BORDIEU & PASSERON, 1975, p. 52)

Todo sistema de ensino institucionalizado deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos

meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto-reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação quanto à realização de sua função de reprodução de um *arbitrário cultural* do qual ele não é produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social). (BORDIEU & PASSERON, 1975, p.64)

Nesse sentido, a Escola exerce a função predominante de:

- a) Reproduzir a doutrina do capital – este aspecto se materializa nos conteúdos e métodos de ensino;
- b) A função de reproduzir uma quantidade suficiente de trabalhadores para ocupar os postos de trabalho existentes na produção – este fato se reflete na quantidade e disposição de vagas ofertadas pelas instituições escolares; e
- c) A função de adaptar a formação de cada aluno conforme a disposição hierárquica de funções exigidas pela divisão do trabalho na produção – este aspecto pode ser observado nos métodos de avaliação escolar, onde o grau de conhecimento do aluno é medido conforme sua adaptabilidade ao sistema de ensino.

Conforme a exigência da produção, alguns desses elementos podem sofrer alterações no sentido de ajuste às suas necessidades momentâneas. Todavia, as mudanças aplicadas no sistema educacionais, sejam no conteúdo e método, seja na oferta de vagas ou nos métodos de avaliação, estão, quase sempre, comprometidas com a reprodução das relações sociais de trabalho, a reprodução da ideologia burguesa e a perpetuação das classes sociais.

É importante ressaltar que as determinações não são lineares. Da mesma forma que no Estado, o poder da escola provém da força pública e, como tal, é também palco de

conflitos e correlação de forças. A transformação da sociedade de classes, portanto, pode ocorrer com o auxílio da força pública que delega poder ao Estado e à Escola, desde que não se hasteie a bandeira de luta sob a forma abstrata das idéias, mas se busque revolucionar a base das contradições que emergem dessas instituições – a sociedade real.

Para Frigotto (2000), a crise ético-política não se resolve em si, mas em articulação orgânica com o campo da produção material da existência, ou seja, no âmbito do econômico. Entretanto, afirma o autor, é preciso tomar cuidado para não cair na armadilha do idealismo conservador.

Ao enfrentar estes desafios, devemos considerar, preliminarmente, que nenhuma mudança significativa no projeto político-pedagógico da escola ocorrerá a partir das reformas do Estado burguês, que muito claramente já definiu seu compromisso com o capital; ou elas ocorrem através da ocupação do Estado pela esquerda, ou elas ocorrem pela “ocupação” da escola pelos professores organizados em seus sindicatos; não serão os trabalhos individuais ou os projetos locais, culturalmente restritos, que resolverão o problema, embora elas contenham o germe da revolução; é preciso uma articulação aos movimentos mais amplos de alcance global para sua eficácia. (KUENZER, 2000, p.62)

A autora acima considera positivo o reconhecimento, pela atual reforma de ensino oficial no Brasil, da autonomia da escola na elaboração do seu projeto político-pedagógico a partir das especificidades regionais, da escola e da clientela. Afirma, contudo, que “*é preciso ter claro que esta autonomia não é outorga, mas conquista*”. A escola, ao conquistar sua autonomia política, precisará ainda e com urgência, fazer uma verdadeira revolução no seu conteúdo através de nova articulação entre saberes tácitos e culturais, conhecimento científico e método, o que implica nova concepção de trabalho pedagógico, de professor de aluno, de suas relações e de organização e gestão escolar. (KUENZER, 2000, p. 63)

Estes momentos contraditórios da política educacional brasileira apontado por Kuenzer, considerados sob a teoria da lógica dialética, certamente ficarão situados na história, cada qual com sua parcela de verdade, mas também de erro. O seu conteúdo vivo será elevado a um nível superior, superando as formas anteriores.

“Na superação, o que é superado é abolido, suprimido num certo sentido. Não obstante, em outro sentido, o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a um nível superior. E isso porque ele serviu de etapa para a obtenção de um resultado superior; (...)”.(LEFEBRE, 1979, p.230, grifos do autor)

Neste sentido, é possível repensar a escola não apenas como espaço exclusivo de reprodução das necessidades do capital, mas também, como um espaço onde a força popular produz movimentos que em determinados momentos históricos interferem mais ou menos no seu fluxo contínuo, resultando, tanto em retrocessos, como em progressos na educação da classe trabalhadora.

1.4 A PRODUÇÃO MATERIAL DA ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA E OS DETERMINANTES HISTÓRICOS DA SELETIVIDADE NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Analisar a importância da universalização da educação para os que aspiram pela transformação social, quase sempre remete a um dilema: a universalização *versus* a seletividade, isto é, qual a melhor forma de conduzir uma política educacional sob os princípios da igualdade frente a uma sociedade constituída por classes e que é produto de um sistema de organização produtiva, estruturado sob a divisão do trabalho. Como combater as diferenças entre os homens em um complexo produtivo que se ordena dentro de princípios hierárquicos, ou ainda, de que forma combater a seletividade no sistema educacional, reflexo das relações de produção capitalistas, em uma instância que reproduz de modo predominante a ideologia burguesa: o culto às diferenças.

O processo histórico da produção capitalista que deu origem ao aparecimento da Escola Pública, universal, laica e gratuita pode nos auxiliar no sentido de elucidar fatos que foram determinantes na produção das atuais formas de seleção empreendidas pelo sistema educacional.

Na discussão realizada por Marx em *O CAPITAL* (1988: 423-579) acerca da Revolução Industrial, o autor expõe as conseqüências sociais decorrentes do emprego da maquinaria moderna, que evidenciou, entre outras coisas, a quebra da resistência do trabalhador masculino qualificado frente ao capital. Deveu-se esse fato ao processo de divisão do trabalho imposto pela máquina, que fez culminarem, igualmente, as tendências indissolúveis de objetivação e de simplificação do trabalho. (ALVES, 1995)

Por força da simplificação do trabalho, ocorreu a incorporação maciça de mulheres e criança à produção. A depauperação dos salários pela grande oferta de força de trabalho, os ambientes de trabalho infectos, característicos desses tempos orgiásticos do capital, determinaram não somente a sujeição do trabalhador masculino qualificado, mas também, a emergência de um crítico quadro de miséria material e moral para os trabalhadores. É o que se revela não somente na obra maior de Marx, mas, igualmente, no clássico de Engels, *A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM INGLATERRA* (1975). (IDEM, IDEM)

Frente ao crítico quadro social da época, inicia-se um processo de reação dos trabalhadores, cujas lutas amadureceram paralelamente ao agravamento das disputas internas, travadas entre diferentes frações da burguesia. A Lei Fabril do século XIX em grande parte foi o produto da ascendente luta dos trabalhadores e dos combates internos da burguesia. Contudo, o capital, na fase competitiva do capitalismo, sempre se moveu pela necessidade de reproduzir predominantemente a riqueza social, isto é, pela necessidade de reproduzir o capital. Segundo Alves, essa motivação dá sentido às burlas dos capitalistas na aplicação dos dispositivos da legislação social, que ia sendo produzida em meio às lutas.

Um exemplo da contradição que marca os dispositivos dessa legislação foi o fato de que beneficiou inicialmente as crianças. As denúncias e as pregações de ordem moral contra a exploração desenfreada dessa modalidade de força de trabalho pela indústria, colaboraram na produção de um conjunto de normas que reduzia, progressivamente, a jornada de trabalho infantil e tornava obrigatória a escolarização das crianças trabalhadoras, cujo financiamento ocorria por conta das empresas capitalistas. Entretanto, o capital desemprega trabalhadores quando incorpora tecnologia mais avançada à produção. Como essas conquistas sociais tornavam mais cara essa força de trabalho, determinou, em seguida, a tendência de

decrecente procura de trabalho infantil. Os capitalistas podiam abrir mão da utilização do trabalho infantil, pois o trabalho adulto masculino e feminino mantinha-se desprotegido pela lei. Em relação ao trabalhador adulto, os ganhos do capitalista não se viam cerceados por limitação de jornada de trabalho ou compromisso de financiamento aos estudos, aplicáveis exclusivamente ao caso do trabalhador infantil, como resultado da legislação social inglesa. (IDEM, IBIDEM, p. 8)

Estes fatos históricos revelam que, no capitalismo, o desenvolvimento tecnológico, ao ser incorporado à produção exclui, isto é, libera parte dos trabalhadores empregados nas fábricas onde se dão inovações. Como decorrência da valorização da força do trabalho infantil, no interior desse movimento geral, as crianças credenciaram-se, tendencialmente, como as primeiras vítimas do processo de expulsão de força de trabalho da produção.

“Estava definitivamente superada a época em que filhos de trabalhadores eram sinônimos de crianças de fábrica”. (IDEM, IBIDEM, grifos do autor)

Crianças de fábrica é uma expressão utilizada por F. Horner na Câmara dos Comuns, em 1815, ao discutir um “projeto de lei de proteção à criança”. (Apud Marx, 1988, p.877) Como os pais destas crianças trabalhavam, poderia parecer que estavam criadas as condições materiais para a produção das crianças de rua. As novas condições materiais, ao produzirem tempo livre para essas crianças, realmente poderiam tê-las tornado desocupadas, no entanto, não foi o que ocorreu. Antagonicamente, a escola colocou-se como alternativa para ocupar o tempo livre do jovem trabalhador, então desempregado.

A escola transformou-se ao constituir-se numa instituição social que prometia atender, além dos filhos dos capitalistas, também aos filhos recém-desempregados dos trabalhadores e nesse instante ganhou força a proposta burguesa única, universal e gratuita,

tal como foi formulada no escolanovismo. Mesmo que perseguindo motivações diferentes, as plataformas político-educacionais de trabalhadores e burgueses passavam a convergir para a consecução. Se, anteriormente, a escola já era reivindicada pelos trabalhadores, que aspiravam para seus filhos a alardeada formação humanístico-científica a ela associada, nesse novo estágio o estabelecimento de ensino tornou-se, para o capital não mais algo que roubava parte do tempo do trabalho que poderia ser realizado pela criança. A criança trabalhadora, então desempregada, dispunha de tempo livre para a educação.

A instituição escolar também serviu para atender a demanda de pais trabalhadores, que ausentes do lar, necessitavam de uma instituição que cuidasse dos seus filhos enquanto trabalhavam. Em face da situação de penúria que marcava a existência da classe trabalhadora, as famílias proletárias viam-se impossibilitadas de arcar diretamente com as despesas de educação. Emerge assim, a necessidade de sua publicização, assim como de sua gratuidade.

“(…) no âmbito da sociedade burguesa, a escola deixou de ser uma instituição freqüentada exclusivamente pelos filhos da burguesia, dos gerentes de seus negócios, dos funcionários do Estado, etc. Ao chegar também à classe trabalhadora, a escola tornou-se universal”.(ALVES, 1995, p. 8)

Dentro desse movimento histórico, o dualismo que marcava a escola burguesa produzida no século XVIII e primeira metade do século XIX, através de pedagogos como Pestalozzi, Basedow, e Herbart (PONCE, 1963, p. 132-4), também se encontrava em fase de superação devido ao novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas. As escolas técnicas de caráter profissionalizante herdada do período manufatureiro, como as escolas de artes e ofícios, vinham se tornando obsoletas diante do desenvolvimento tecnológico e da simplificação crescente do trabalho. O processo de trabalho, quanto mais dominado pela

maquinaria moderna, menos dependente tornava-se da habilidade do trabalhador, agora convertido plenamente em força de trabalho.

A força de trabalho, ao ser produzida historicamente, implicou não só a expropriação do trabalhador dos meios de produção, mas, também, de sua qualificação. Somente quando o trabalhador já não dispõe dos meios de produção e de habilidades especiais para realizar um trabalho mediado pela máquina, torna-se força de trabalho. Reduz-se, portanto sua energia vital. (ALVES, 1995, p.9)

Nessa perspectiva, a nova escola burguesa, única, universal e gratuita, centrou-se sobre os conteúdos da escola tradicional, até então freqüentada de forma privilegiada, exclusiva pela burguesia: o *trivium*, o *quadrivium* e as ciências modernas.

A universalização da escola nova burguesa, ao estabelecer a unidade do conteúdo, implicou a própria universalização desse conteúdo. Ela tornou-se escola comum, pois passou a destinar-se tanto para os filhos da burguesia como também para os filhos de trabalhadores. Tornou-se escola única porque superou o dualismo entre a formação profissionalizante, exclusiva das escolas anteriormente dirigidas aos filhos de trabalhadores e a formação humanístico-científica, até então restrita aos filhos dos dirigentes da sociedade. (ALVES, 1995, p. 10)

Quando a escola burguesa chegou aos trabalhadores, o conteúdo da escola tradicional, foi subvertido de tal forma, que a dita formação humanística calcada no *trivium* e no *quadrivium*, assim como a formação científica, fecundada no desenvolvimento das ciências moderna, passou por um processo de desvitalização progressiva até submergir numa mera apologia do capital. Segundo Gilberto Alves, nesse sentido, a escola acompanhou o movimento da decadência ideológica burguesa, já antecipado por Marx no Posfácio da 2ª ed. de O CAPITAL.(ALVES, 1995, p.10)

No Brasil, a escola burguesa dualista nasceu com a manifestação das reformas pombalinas da instrução pública. Vale destacar que a escola jesuítica responsável pela educação no período colonial, ainda é a expressão de uma corrente pedagógica feudal, produzida dentro da Contra-Reforma e, portanto antiburguesa. A expulsão dos jesuítas criou um vácuo escolar, onde se observa a insuficiência de recursos, a escassez de mestres e uma desarticulação do trabalho educativo no país (HAIDAR, 1982).

Dois documentos oficiais foram indicados por Alves como indicadores do processo de esvaziamento dos conteúdos didáticos da escola burguesa ou escola tradicional, como foi denominada pelos precursores do escolanovismo:

- A REFORMA POMBALINA DOS ESTUDOS SECUNDÁRIOS NO BRASIL, elaborada por Antonio Alberto Banha de Andrade, que demonstram a intenção de assentar os planos de estudos, basicamente em obras clássicas; e
- ESTATUTOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA (1978: 45-65), instituição que levou à prática a determinação normativa da Reforma Pombalina. Aos estudos das obras clássicas somavam-se conteúdos das ciências modernas, em especial de física, de química e de história natural. A reapropriação dos clássicos no Seminário de Olinda não representava, portanto, uma volta pura e simples ao passado. A recuperação de uma tendência marcada pela tolerância política na seleção de conteúdos clássicos estava associada à inclusão de ferramentas com as quais a burguesia vinha operando.

Com a vinda da família real, já no início do século XIX, a educação brasileira recebeu um grande impulso no que diz respeito ao ensino superior necessário para a

formação de quadros; mas a educação popular permaneceu relegada a um segundo plano. (AZANHA, 1993, p.71)

Com relação ao ensino médio, exclusivamente propedêutico ao ensino superior, prevaleceram as aulas avulsas acessíveis apenas às classes abastadas. Em 1909, foram criadas 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais. Estas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva mobilizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 1999, p.122)

O acesso aos cursos superiores, nesta época, era conseguido por meio de exames, mas apenas para os concluíssem pelo menos a 5ª série do curso ginasial. A formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho: a ruptura entre execução e concepção, portanto, entre trabalho manual e intelectual.(KUENZER, 1999, p.21)

Os preceitos do escolanovismo vão ganhar corpo, no país, somente após “O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA”, em 1932, com redação de Fernando de Azevedo e assinatura de 25 homens e mulheres da elite intelectual brasileira. O seu conteúdo relaciona-se claramente com os novos rumos da economia e da política

mundial decorrentes das mudanças no complexo da produção capitalista. É o que revela esta passagem do Manifesto:

“(...) Os trabalhos científicos no ramo da educação já nos fazem sentir, em toda a sua força reconstituidora, o axioma de que se póde ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças. (...) Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na quasi totalidade, na estreytez chronica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas a grande reforma...” (AZANHA, 1993, p.72)

Em 1942, a reforma Capanema faz o ajuste entre as propostas pedagógicas então existentes para a formação de intelectuais e trabalhadores e as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho. Para as elites, são criados os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com três anos de duração, sempre destinados a preparar estudantes para o ensino superior.

Através das Leis Orgânicas, a formação profissional destinada aos trabalhadores instrumentais passa também a contar com alternativas em nível médio de 2º ciclo: o agrotécnico, o comercial técnico, o industrial técnico e o normal, que não davam acesso ao ensino superior.

Começa a esboçar-se uma primeira tentativa de articulação entre modalidades científica e clássica e as profissionalizantes, através da qual os alunos destes últimos poderiam prestar exames de adaptação que lhes dariam direitos a participar dos processos de seleção para o ensino superior. (KUENZER, 1999, p.123)

Nesta fase de mudanças, a seletividade no Brasil ainda está visivelmente marcada pelo dualismo. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), reconhece a articulação completa do ensino profissional ao sistema regular do ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos.

A equivalência passa a superar aparentemente o dualismo; embora, continuem a existir diferentes projetos pedagógicos voltados para necessidades bem definidas da divisão do trabalho. A seletividade da população escolar, então, ganha nova representatividade através da lei, dissimulando o dualismo estrutural do sistema educacional. A lei assume em seus mecanismos jurídicos a desigualdade ante a seleção e a desigualdade de seleção.

Na perspectiva de universalização da educação brasileira, o dualismo que marcava a seletividade da população escolar transfigurou-se, inicialmente, dissimulando a sua origem social, escamoteando as diferenças de nível cultural entre os filhos de burgueses e filhos de trabalhadores através da expansão do ensino; ao mesmo tempo, estreitando a seletividade através de processos formais de admissão aos níveis subsequentes de ensino mais complexos. É a forma pela qual, a classe dominante encontra para se perpetuar, produzindo uma ideologia jurídico-política que garanta a reprodução das classes sociais, através de um sistema educacional, agora, universal.

Todavia, não é somente por meio da regulação formal de ingresso à escola que a burguesia reproduz a divisão de classes. A divisão técnica no complexo da produção, com base no operário parcelar requer ainda, a classificação destes trabalhadores de modo a submetê-los a uma autoridade, a uma disposição hierárquica. Esta necessidade produziu, historicamente, o conceito da meritocracia que serve de base aos processos seletivos formais e não formais. O sistema escolar reproduz o conteúdo ideológico da meritocracia ao organizar-se em níveis de ensino, dentro dos quais não se ascende sem esbarrar nos mecanismos e princípios da seletividade. Desta forma, impede-se a progressão da grande maioria da população escolar e mantém-se, no limite da demanda da produção, um restrito número de profissionais de qualificação superior.

A demanda de mão-de-obra da produção, também sofreu alterações após a Revolução Industrial, quando a introdução da máquina passa a requerer, progressivamente maior quantidade de força de trabalho simples. Portanto, a escola nova, a educação universal passa por uma revisão de conteúdos, com o objetivo de adequá-los ao novo formato do complexo produtivo, que implica em um primeiro momento, no esvaziamento do conteúdo clássico da escola tradicional e posteriormente, do conteúdo científico.

A conquista da escola pelo trabalhador, também fruto de suas lutas contra o capital, terminava por revelar uma face inesperada. Os trabalhadores, por certo, reivindicaram a escola, convictos da importância da formação humanístico-científica para seus filhos e da suposição de que o acesso à instituição representava, automaticamente, um caminho aberto para apropriação do saber. O fato é que quando a escola burguesa chegou aos trabalhadores, seus conteúdos sofreram, ao mesmo tempo, um processo de detida assepsia. Assim, foi inviabilizada, por meio deles, a possibilidade de poderem os trabalhadores entender a sociedade em que viviam e o caráter histórico das relações a que se submetiam no trabalho. (ALVES, 1995, p.11)

Apesar da aprovação da obrigatoriedade de ensino, a constatação do Estado Brasileiro nesse momento, é o da impossibilidade de cumprir a lei segundo as formas convencionais, pois não podia abdicar da força produtiva dos trabalhadores. Desenvolve-se, então, com alternativa, os cursos noturnos, onde jovens trabalhadores cansados e sonolentos passam a receber uma formação visivelmente inferior ao já vulgarizado academicismo livresco.

Entretanto, a vulgarização dos conteúdos didáticos não se restringiu nos seus efeitos aos trabalhadores. Os manuais didáticos foram sendo consumidos indistintamente pelos filhos dos trabalhadores, das camadas médias e mesmo pela burguesia. A escola

contemporânea é marcada pela depauperação dos conteúdos. Nem trabalhadores, nem burgueses escapam aos seus efeitos, nem distingue países pobres de países ricos.(ALVES, 1995, p.13)

Do ponto de vista da especificidade da função educativa, por estar destituída de conteúdo, a escola pública universal e gratuita não tem exercido uma função socialmente útil por desenvolver-se no interior de uma tendência de expansão das atividades improdutivas por força da ação reguladora do Estado.

O desenvolvimento tecnológico que libera trabalhadores produtivos ao incorporar-se às máquinas exige, em contrapartida, como forma de aliviar as tensões sociais, que parte expressiva dos contingentes liberados seja absorvida por atividades improdutivas. Essa é a forma de assegurar a existência parasitária de uma parte significativa desses contingentes. A burguesia ávida por lucros não assumiria voluntariamente tal solução. Neste sentido só o Estado pode, de forma competente e eficaz assumi-la e levá-la à prática. Para tanto, necessita de receitas, de impostos. É através dos recursos resultantes da cobrança de impostos que o Estado investe em atividades improdutivas, gerando empregos para os trabalhadores expulsos das atividades produtivas. O capitalista sente-se lesado diante de tal situação, pois se fixa mais sobre a parcela da mais-valia da qual se sente expropriado do que sobre a função reguladora que essas fatias de lucros vão permitir ao Estado cumprir. Movido pela contingência imediata do lucro, o empresário capitalista busca, no limite, sistematicamente, lesar o fisco pela sonegação de impostos, o que revela a sua incompetência no sentido de gerir, diretamente, as contradições da sociedade capitalista na sua etapa contemporânea.(ALVES, 1995, p.15)

As atividades improdutivas são socialmente necessárias, sob o ponto de vista do capital, pois servem para aliviar as tensões sociais produzidas pelo modelo econômico. O

desenvolvimento tecnológico, que libera trabalhadores produtivos, exige como contrapartida que parte expressiva desse contingente seja absorvida por atividades improdutivoas. Segundo Alves, a burguesia, ávida por lucros, não assumiria voluntariamente essa função, motivo pelo qual, somente o Estado poderia assumi-la e levá-la à prática de maneira competente e eficaz. O grosso do funcionalismo público não pode desempenhar uma função socialmente útil nesse contexto; exerce tão somente, atividades de caráter improdutivo que, por não serem socialmente necessárias, têm caráter exclusivamente parasitário.

Quem observa a rede pública de saúde não pode conter a impressão de que ela existe não para cumprir suas específicas funções. Os postos de saúde de bairros periféricos encontram-se (...) sem médicos, sem dentistas, sem enfermeiros, sem psicólogos (...) sem corpo profissional especializado para o atendimento de doentes. Mas lá existe um prédio, escassos equipamentos e, sempre, um burocrata para atender aos que ocorrem necessitando dos serviços do posto de saúde. Este funcionário preenche guias e formulários e, quase sempre dispensa o doente porque o seu caso não pode ser atendido no local, seja pela sua gravidade, seja pela não presença do especialista indicado para o tratamento ou por qualquer motivo.(ALVES, 1995, p.16)

Da mesma forma que o sistema público em geral, que o sistema de saúde, todas as evidências apontam no sentido de que a escola, na perspectiva do capital, não necessita cumprir as suas alardeadas funções específicas. Desprovida de conteúdo, sua expansão é basilar, do ponto de vista material, pois permite o realocamento de trabalhadores produtivos expulsos da produção, por força do desenvolvimento tecnológico, para as camadas intermediárias da sociedade, executoras de atividades improdutivoas. Dada a sua mera existência física, essa escola coloca para o capital, ainda, a possibilidade de que se lhe agreguem outras funções. (ALVES, 1995, p.16)

A análise histórica sobre a produção da Escola Contemporânea tem como objetivo principal, aproximar o leitor da realidade, mas também revelar a possibilidade de aprender

com ela que as crises sociais mais agudas gestam novas formas de relações de produção. Isto quer dizer que no interior do caos capitalista originam-se e desenvolvem-se forças opostas que podem impedir que a humanidade rume em direção a barbárie.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Quantum mutatus ab illo!⁸

Da epopéia de Virgílio.

Eneida.

2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DO TRABALHO RÍGIDO AO TRABALHO FLEXÍVEL

Identificar os mecanismos seletivos no complexo organizacional do trabalho em suas fases desenvolvidas exige uma análise da passagem do trabalho rígido para o novo cenário do trabalho flexível, onde pode observar-se, um “remodelamento” do perfil profissional do trabalhador, em função de uma reorganização do sistema de produção capitalista, que tem como objetivo, desembaraçar-se do contingente de trabalhadores não lucrativos e realocá-los em terreno mais propício para a exploração da mais-valia.

O desenvolvimento tecnológico que culminou com a Revolução Industrial permitiu a elaboração do modo de organização de produção taylorista/fordista. Desenvolvido no início do século XX, nos Estados Unidos, foi implantado nas indústrias como solução que permitia restringir o poder dos operários de ofício nos processos produtivos e nos tempos de fabricação em favor da entrada de operários não especializados nas fábricas. Ao fracionar ainda mais as tarefas e ao separar do trabalho a concepção do trabalho de execução, o taylorismo gerou um processo de

⁸ Que grande mudança!

trabalho particular baseado nos tempos alocados, especialmente adaptados à produção de grandes séries a baixos custos.(CORIAT, in SCHIMITZ,1988)

O modelo taylorista decretou uma ruptura entre a execução e o planejamento do trabalho necessárias nas funções de ofícios. Os operários passaram a ser contratados para executar tarefas simples de repetição. Desta forma reduziram-se drasticamente os custos de manutenção de operários, já que estes podiam receber menor remuneração, compatível com a mão de obra “desqualificada” que ora executavam. Dos cargos mais qualificados restaram apenas os das chefias ou gerentes e assim sucessivamente. Foi a partir desta fase que os critérios de classificação de funções se disseminaram, tornando a seleção de operários uma ação corriqueira dos organizadores do trabalho.

Frederick Taylor, o idealizador do modelo, produz a base dos novos critérios seletivos para os trabalhadores que irão ser utilizados pelas empresas:

“Estabeleço como princípio geral (...) que, em quase todas as artes mecânicas a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada que o operário, ainda mais competente, é incapaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por capacidade mental insuficiente. A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessário melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador (...). Aqueles, na administração, cujo dever é incrementar essa ciência, devem também orientar e auxiliar o operário sob sua chefia e chamar a si maior soma de responsabilidades do que, sob condições comuns, são atribuídas à direção.”(TAYLOR, 1992, p.34)

Outro ponto relevante para a compreensão do modo taylorista de produção diz respeito à necessidade de intensificar o trabalho, eliminando-lhe as lacunas ociosas. O objetivo de intensificação do trabalho é o de aumentar a produtividade. O capitalista descobriu assim, uma nova forma de aumentar o lucro na produção, através de uma mudança de cunho organizacional, que lhe permitiu mais do que um tempo de trabalho controlado por

chefias e gerências, possibilitou-lhe o controle moral e ideológico do tempo de trabalho, ou seja, obteve a disposição espiritual do operário frente à “nova ideologia do trabalho”.

Segundo Taylor, os determinantes da atrofia do lucro provém dos tempos inúteis gastos pelo trabalhador durante a jornada de trabalho. O autor resumiu-o em três motivos.

Primeira – O erro, que vem de época imemorial e quase universal disseminado entre os trabalhadores, de que o maior rendimento do homem e da máquina terá como resultado o desemprego de grande números de operários.

Segunda – O sistema defeituoso da administração, comumente em uso, que força os empregados a fazer cera no trabalho, a fim de melhor proteger seus interesses.

Terceira – Os métodos empíricos ineficientes, geralmente utilizados em todas as empresas, com os quais o operário desperdiça grande parte de seu esforço. Este estudo procura mostrar os lucros enormes que redundam para empresas com a substituição dos métodos empíricos pelos científicos. (TAYLOR, 1992, p.28)

A partir da introdução destes conceitos na produção foi possível ao capitalista operar sob um novo critério de seleção que tinha por base a necessidade de um operário com perfil “dinâmico”, enfim, um trabalhador que não “perdesse tempo”⁹ durante a execução de sua tarefa.

Todos os elementos constitutivos do modo de produção taylorista/fordista apontam para a diminuição do tempo na produção. Coriat o define assim:

A introdução dos comboios e das linhas de montagem por Ford estende essas inovações, favorecendo a passagem a um processo de trabalho baseado nos tempos impostos. Os tempos de trabalho são regulados pelos ritmos imprimidos às esteiras mecânicas. Apoiada sobre os princípios tayloristas e fordistas codificados pelas técnicas de Organização Científica do Trabalho (OCT), a indústria manufatureira vai, nos decênios seguintes, se estruturar sobre um paradigma central que pode ser resumido em poucas palavras: a engenharia produtiva taylorista fordista constrói a eficácia de suas linhas a partir de uma organização em postos parcelados e encadeados, tanto na fabricação quanto na montagem. (CORIAT, in SCHIMITZ, 1988, p.15, grifos do autor)

⁹ Expressão utilizada no Taylorismo para denominar o trabalhador que fazia “cera” na fábrica.

Este modo de organização do trabalho constituiu-se em um paradigma de produção com base no parcelamento, especialização e intensificação do trabalho, até que se tornasse, pelo menos em parte, “contraproducente”. Esta constatação foi feita na medida em que uma grande quantidade de tempos “mortos” e de tempos “improdutivos” eram gastos com *técnicas complexas de balanceamento das cadeias de produção*. (CORIAT In SCHIMITZ, 1988)

Junto ao processo de trabalho taylorista/fordista erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de “compromisso” e de “regulação” que, limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado. O *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social) foi uma forma de sociabilidade fundada no “compromisso” que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. O Estado do Bem-Estar Social foi resultado da própria lógica do desenvolvimento anterior do capitalismo e do equilíbrio relativo na correlação de força entre burguesia e proletariado, que se instaurou ao fim de décadas de lutas. (ANTUNES, 2000)

É importante ressaltar que os benefícios obtidos pelas organizações sindicais em suas negociações pacíficas não significaram, de forma alguma, a superação da exploração dos trabalhadores, pelo contrário, o compromisso fordista deu origem progressivamente à subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, transformando esses organismos em verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital. O modelo taylorista/fordista de produção, em consonância com o *Welfare State* produziu uma forma requintada de apropriação da mais-valia. Neste “assalto”, os operários acumularam

perdas sobre o controle do conhecimento produzido por eles a respeito de cada ofício e também sobre o tempo de fabricação de cada produto, que resultaram em um maior barateamento da força de trabalho.

O apogeu do modelo taylorista/fordista concretizou-se em um contexto marcado por uma economia e mercado específicos. Na metade da década de 60, esse contexto modifica-se profundamente e culmina no início dos anos 70, em uma crise econômica generalizada: tendência decrescente da taxa de lucro; retração do consumo; hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos; maior concentração de capitais devido às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise fiscal do Welfare State; o incremento acentuado das privatizações, tendências às desregulações e à flexibilização do processo produtivo. Brenner faz uma descrição histórica dos acontecimentos econômicos nos países industriais de ponta que caracterizaram a crise do lucro no período pós-guerra:

A partir da segunda metade dos anos 1960, produtores de custos menores (Alemanha e especialmente Japão) expandiram rapidamente sua produção (...) reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de seus rivais. O resultado foi o excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do G-7 como um todo. (...) Foi a grande queda da lucratividade dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e do mundo capitalista adiantado como um todo – e sua incapacidade de recuperação – a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração durante o último quartel do século, (a partir) do colapso da ordem de Bretton Woods entre 1971 e 1973. (...) As baixas taxas de acumulação do capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade: níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento. (BRENNER, apud ANTUNES,2000, p.30 -31)

A explicação marxiana acerca da queda histórica da taxa de lucro representa, segundo GORENDER (1983)¹, inferência lógica da sua teoria de valor, da mais-valia e da composição orgânica do capital. Embora a taxa de lucro seja a relação do lucro com o capital total

(capital constante + capital variável), o próprio lucro só é criado pelo capital variável. Assim, com a mesma taxa de mais-valia, a redução do coeficiente do capital variável no capital total teria forçosamente de importar numa queda de taxa de lucro. A tendência histórica do capitalismo consiste, precisamente, na elevação da composição orgânica, ou seja, na elevação do coeficiente do capital constante no capital global. Tal elevação expressa, de uma parte, o resultado da tendência à valorização e à acumulação, imperativa para o capital; de outra parte, expressa o crescimento da produtividade do trabalho, cujos índices principais são o aumento da massa e do valor dos meios de produção por trabalhador ocupado e a redução do valor por unidade de produto. Ao mesmo tempo, o trabalho vivo por unidade de produto representa a proporção cada vez menor em confronto com o trabalho morto.

Entretanto, a mesma elevação da composição orgânica do capital que conduz à queda da taxa de lucro, também traz consigo efeitos contrários a esta queda, atenuando-a ou até aumentando a taxa de lucro durante certos prazos mais ou menos prolongados. Tais efeitos decorrem do crescimento da produtividade do trabalho e consistem:

- a) no barateamento dos elementos do capital constante – sejam os de capital fixo, sejam os de capital circulante -, o que baixa a composição orgânica do capital e, por conseguinte, eleva a taxa de lucro;
- b) no barateamento dos bens-salário, o que diminui o tempo de trabalho necessário e, com a mesma jornada de trabalho, aumenta o tempo de sobretalho, resultando na criação da mais-valia relativa, no aumento da taxa de mais-valia e, por conseguinte, no aumento da taxa de lucro.

Oriundos da própria lei, estes efeitos dão à queda da taxa de lucro seu caráter tendencial irregular, porém são efeitos limitados em sua contraposição à queda da taxa de

lucro. O barateamento dos elementos do capital constante, além de depender, em alguma medida, da disponibilidade de recursos naturais, conduz ao aumento da acumulação do capital, da qual, por sua vez, procede a nova elevação da composição orgânica, embora cresça mais depressa a massa física dos meios de produção por operário do que o valor neles incorporado. (GORENDER in MARX, 1983)

A lei da queda tendencial da taxa de lucro, princípio desenvolvido por Marx, manifesta o impulso do capital à expansão sem consideração de outros limites que não o da própria valorização, com isto obrigando-o a desenvolver as forças produtivas. Embora tenham diminuído sua taxa, os lucros aumentam na sua massa à medida que avança a acumulação de capital, o que, por sua vez, incrementa ainda mais esta acumulação. Mas a queda da taxa de lucro indica que a direção social da riqueza pelo capital se detém nele próprio e que o regime capitalista de produção não constitui a forma absoluta, porém historicamente transitória, da organização produtiva.

A desvalorização periódica do capital que ocorre em cada crise cíclica, empurra para baixo, durante certo lapso de tempo, a composição orgânica e eleva a taxa de lucro, permitindo, o decurso de novo ciclo econômico. (GORENDER In MARX, 1983)

A situação conjuntural mundial dos anos 70 originou um novo ciclo econômico do capitalismo, onde se inicia um processo intenso de pesquisas e experimentações por parte das empresas em matéria de organização do trabalho e da produção.

A primeira via de pesquisa em automação denominada de **linha de fabricação rígida**, concentrou-se também, sobre uma base especificamente tecnológica, reforçando a linha fordista clássica. A diferença consiste no fato de que no lugar do comboio distribuir as peças aos trabalhadores submetidos a um tempo de fabricação imposto, é feita uma distribuição a uma sucessão de estações de fabricação que eleva a eficiência das linhas de

transferência, pela aplicação de dispositivos de circulação/operação. De onde se conclui que houve uma inovação tecnológica e não uma inovação organizacional. (CORIAT, in SCHIMITZ, 1988)

A inovação organizacional surgiu como reação aos resultados negativos desta experiência, pois aplicada como forma de diminuir a vulnerabilidade à iniciativa humana não permitiu alcançar resultados significativos.

Os esforços concentraram-se dessa vez em pesquisas de natureza organizacional, procurando desenvolver uma nova cultura empresarial que se convencionou chamar de *abordagem sócio-técnica dos fenômenos da organização do trabalho*. Uma de suas principais contribuições foi desenvolver novos paradigmas de organização do trabalho para as grandes e pequenas séries, baseados na produção em ilhas de trabalhadores reunidos em “grupos autônomos” (ou semi-autônomos) de produção. A fábrica de Kalmar, na Suécia, a planta de Termoli da Fiat e, na França, a fábrica Renault-Le Mans são exemplos dessa pesquisa e tendência, na qual a empresa Olivetti está particularmente engajada. (CORIAT In SCHIMITZ, 1988, p.16, grifos do autor)

Esta recente fase de pesquisa em engenharia de produção produziu um legado importante para os idealizadores atuais que buscam tirar partido da utilização produtiva da eletrônica e informática – um novo conceito-chave: **o de uma organização do trabalho não mais em linha, mas em “malha”, utilizando os recursos de trolleys móveis automáticos, em geral comandados pelos próprios trabalhadores, capazes de garantir a alimentação de peças e, uma vez concluídas as tarefas, também a transferência de peças de uma ilha para outra** (CORIAT, In SCHIMITZ, 1988, p.17).

Os princípios novos e “revolucionários” da nova linha de montagem podem ser sistematizados, segundo Coriat, como:

- Produção de “fluxo contínuo” e
- Fracionamento do trabalho, restabelecido sob base e modalidades diferentes de implantação.

São três as características dessa nova linha de montagem:

1 O princípio de uma produção em fluxo contínuo ao longo de uma linha de montagem (e de produção) mantém-se, mas ele incorpora a segmentação em espaços de trabalhos distintos, dotados de seus próprios estoques de peças e ferramentas;

2 Ao invés de cada “ilha” de trabalho corresponder ao princípio de um homem/uma tarefa/um posto, em cada espaço trabalha um pequeno grupo de operários ocupados com uma parte da produção global. O número de produtos a serem fabricados numa jornada de trabalho é fixado pela direção, mesmo que a produção ultrapasse o previsto. Isto significa que o operário possui uma determinada “liberdade” de gestão, porém dentro do contexto de exigências que lhe são impostas. Coriat define este princípio como “autonomia controlada”.

3 Os grupos permanecem ligados a um comboio central que assegura a circulação do produto a ser trabalhado, e aos comboios paralelos, que asseguram o abastecimento de peças e ferramentas a cada grupo. Desta forma são suprimidos os trabalhos excessivamente parcelados e repetitivos.

Do ponto de vista tecnológico, a novidade consiste em que novos meios de trabalho apresentam a particularidade de serem **programáveis**, isto é, de serem capazes de incluir instruções para **séries alternativas e diferentes operações**. Os controladores informatizados dos equipamentos operam segundo as informações que lhes são fornecidos pelos sensores, sendo capazes de ativar automaticamente o programa de operações correspondente à peça a ser produzida. Os diferentes tipos de equipamentos podem ser utilizados combinados ou separadamente no contexto de “arranjos”, onde as relações ou trocas de informações são complexas e hierarquizadas. Conforme explica Coriat, são estes “arranjos” que constituem o coração da atividade de concepção da **engenharia de produção**. (CORIAT, in SCHIMITD, 1988, p.21)

De maneira simplificada, a engenharia produtiva consiste no processo de utilizar e otimizar conjuntamente:

- os recursos disponíveis para **a automação da produção**, visando otimizar a gestão dos complexos do microtempo de operação/circulação;
- **a informatização de tarefas e funções de gestão da produção**; a gestão diz respeito aos intercâmbios de informação entre diferentes meios de trabalho utilizados simultaneamente aos instrumentos de operação necessários à fabricação e não à atividade material de fabricação e transformação da matéria.(CORIAT in SCHIMITD, 1988, p. 24)

As tendências da nova engenharia produtiva relacionam-se pelo menos a dois fenômenos principais:

- o primeiro é relativo ao esgotamento histórico das técnicas tayloristas/fordistas como suporte dos ganhos de produtividade;

- a segunda diz respeito à instabilidade dos mercados e das novas normas de consumo e de concorrência daí resultantes.

Estes dois fenômenos limitam a acumulação em longo prazo e este fato favorece a emergência de dois paradigmas novos em matéria de engenharia produtiva:

- a busca da integração, como novo caminho de ganhos de produtividade;
- a busca de flexibilidade das linhas produtivas, como instrumento de adaptação ao caráter instável, volátil e diferenciado dos mercados.

A partir dos anos 80, as novas técnicas organizacionais do trabalho ganham reforço com a projeção universal do toyotismo, processo resultante do sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 70 e 80, diversas técnicas foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores. A primeira onda foi a dos CCQ's e, quase que em paralelo, a do *Kanban/just-in-time*. Posteriormente, diversos outros elementos foram adicionados, como TQC (*Total Quality Control*), *kaizen*, técnica dos 5S's, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras.(ALVES, 2000)

O toyotismo é analisado por Alves, como sendo a objetivação universal da categoria flexibilidade, tornando-se valor universal para o capital em processo. É uma nova forma de organização social da produção de mercadoria, sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da crise da superprodução, e, por outro, ajusta-se à nova base técnica da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária.

A introdução da nova maquinaria, vinculada à chamada Terceira Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal, os princípios do toyotismo, em que a captura da subjetividade operária é uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da materialidade do capital.

O toyotismo propicia com maior poder ideológico, no campo organizacional, os apelos à administração participativa, salientando o sindicalismo de participação e os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade); reconstituindo, para isso, a linha de montagem e instaurando uma nova forma de gestão da força de trabalho. (WOLF, apud ALVES, 1998)

A idéia do toyotismo é desenvolver dispositivo organizacional no interior do complexo de produção de mercadorias capaz de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso, são importantes uma nova concepção de linha de produção e um novo perfil de operário. Surgem, desse modo, o princípio de linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes.(ALVES, 2000) Ocorre a “desespecialização operária”, com a substituição dos “operários parcelares” por “operários polivalentes”, os profissionais plurioperadores (CORIAT, 1994).

No entanto, a nova qualidade do trabalho vivo não altera a natureza da pirâmide que sustenta a divisão do trabalho. A divisão técnico-social do trabalho na sociedade moderna permanece intocada em seu conteúdo. O que se pode observar é que a nova abordagem sócio-técnica, ao ganhar terreno no mundo do trabalho como conceito ideal para o aumento da produtividade, *tensiona* em grau muito mais elevado a hierarquia das funções entre os trabalhadores, ao contrário do discurso produzido pelo consenso oficial, de que a nova organização do trabalho possibilita uma maior absorção de mão-de-obra na produção. Este processo, ao polarizar as qualificações clássicas, divide as competências em “ilhas” de qualificação que se ordenam em dois extremos: - por um lado, um pequeno grupo de

profissionais superqualificados, instruídos dentro do novo conceito, por outro, uma maioria de trabalhadores desqualificados, subtraídos de seu saber técnico específico e treinados sob a égide do conceito organizacional.

2.2 NEOLIBERALISMO E DESEMPREGO

Analisar o desemprego e as políticas neoliberais do Estado sob a ótica marxista não tem sido uma tarefa fácil para os pesquisadores contemporâneos. A sofisticação do Estado e o fenômeno do desemprego estrutural, decorrente do novo regime de acumulação flexível, das mudanças na organização do trabalho e do alto desenvolvimento tecnológico a serviço do capital, revestem com “roupa nova” a sociedade capitalista, impressionando os mais desavisados e produzindo as mais variadas interpretações. Essa fase, aparentemente áurea, do capital se assemelha ao mendigo que, vestindo fraque, passa por nobre e, por isso, recebe um tratamento diferenciado.

Não é possível negar as mudanças que ocorreram na sociedade em decorrência da exacerbação do sistema capitalista. Entendemos, porém, que para uma análise marxiana da questão há que se demarcar claramente quais os aspectos de origem dos fenômenos produzidos pela sociedade capitalista. É necessário que se analise, anteriormente, sob a lógica do capitalismo, para que possamos diferenciar conseqüências e causas. Nossa intenção não é privilegiar uma ou outra, mas sim apreender o problema do desemprego, nesse contexto de mudança, em sua totalidade, para que possamos desencadear um processo de análise capaz de captar os mecanismos seletivos da sociedade capitalista em seu complexo atual.

Como a finalidade da produção capitalista não é a existência de produtores, mas sim a produção de mais-valia, todo o trabalho que não produz sobre-trabalho é supérfluo e não lhe acrescenta valor. De todo produto bruto que somente reproduz o trabalhador, ou seja, que não reproduz produto líquido (sobreproduto) nenhum é tão supérfluo quanto esse mesmo trabalhador. Assim, os operários que em certa etapa do desenvolvimento da produção eram necessários para produzir produto líquido (mais-valia) tornam-se dispensáveis num estágio mais avançado da produção que já não mais tem necessidade deles. Para o capital somente é necessário o contingente de trabalhadores lucrativos. (MARX, s/data, p.121)

É sob esta lógica que o desemprego crescente, resultante do processo de incremento de mais-valia, vem aumentando a pressão sobre o mercado de trabalho. Inicialmente, como um processo mais ou menos espontâneo. Todavia, as formas da sociedade capitalista superada pelo movimento histórico-dialético, reconfiguram-se por força de novos elementos que surgem no decorrer do processo, dando a impressão que houve mudanças nos fundamentos do modo de produção. Esta nova “roupagem” do sistema capitalista, entretanto, não extingue a sua razão de ser, apenas produz modificações formais em seu modo de existir. Para que continue existindo como tal, ou seja, como produção capitalista, produz, por sua vez, novas necessidades de mudanças no mundo do trabalho.

As análises mais recentes apontam o fenômeno do desemprego como resultado de um ajuste estrutural do sistema capitalista, produzido pelo regime de acumulação flexível, pelas mudanças organizacionais na produção e pela introdução de tecnologias poupadoras de força do trabalho. Alguns pesquisadores, ainda, tratam o desemprego, como fato produzido pelo capital, intencionalmente, com o objetivo de desestabilizar as organizações sindicais e retomar com mais liberdade a exploração da mais-valia.

I – A tecnologia à serviço do novo regime de acumulação flexível como causadora do desemprego estrutural.

A primeira vertente de análise representada, por FORRESTER (1996), HARVEY (1993), ANTUNES (1999) e outros seguidores, a qual trata da utilização das novas tecnologias como suporte do novo regime de acumulação flexível, tem base na teoria marxista da produtividade do trabalho social no sistema capitalista, onde a quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana.

O crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho, mais rápido que o crescimento da população produtiva, expressa-se de maneira inversa, na sociedade capitalista. Nesta, a população trabalhadora aumenta sempre mais rapidamente do que as condições em que o capital pode empregar os acréscimos dessa população para expandir-se. (MARX, 1982)

Ao desenvolver a teoria da produtividade, Marx operou sobre fatos de sua época, onde a situação da mão de obra excedente da produção era vista sob a perspectiva da lei do capital que mantinha a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação. O operário poderia retornar futuramente aos postos de trabalho, em uma operação rodízio. Atualmente, com a introdução da automação e da microeletrônica na indústria, a análise do desemprego é feita sob o plano da exclusão irreversível do operário, agora sobrando, do processo de produção, do fechamento definitivo de postos de trabalho, sem esperanças de reposição.

O aumento da produtividade ocorre cada vez mais com o auxílio da tecnologia, em substituição ao trabalho vivo. São as armas do capital para continuar reproduzindo-se, em

meio ao acirramento das leis de concorrência entre os capitalistas, que os pressiona a investir cada vez mais em tecnologia e cada vez menos em mão-de-obra assalariada, resultando no barateamento dessa mão-de-obra e no desemprego estrutural.

Portanto, o crescimento dos meios de produção e o aumento da produtividade, oposto ao discurso oficial, não são sinônimos de aumento de empregos, como podemos observar na tabela abaixo. O desempenho da indústria no Brasil com relação ao número de pessoal ocupado demonstra que o aumento da produtividade com subsídio tecnológico, alardeado pelo setor como progresso social, não prevê o aumento de utilização de mão-de-obra.

Em 1920, o número de indústrias existente no país era de 13.569 unidades que ocupavam 293.673 trabalhadores; em 1995, o número de instalações industriais saltou para 208.806 e o número de pessoal aumentou apenas para 5.464.436. Os dados demonstram que o número de indústrias teve um acréscimo de 165%, em mais de seis décadas, enquanto que neste mesmo tempo, o número de pessoal ocupado cresceu apenas 15%.(GRÁFICO 1A)

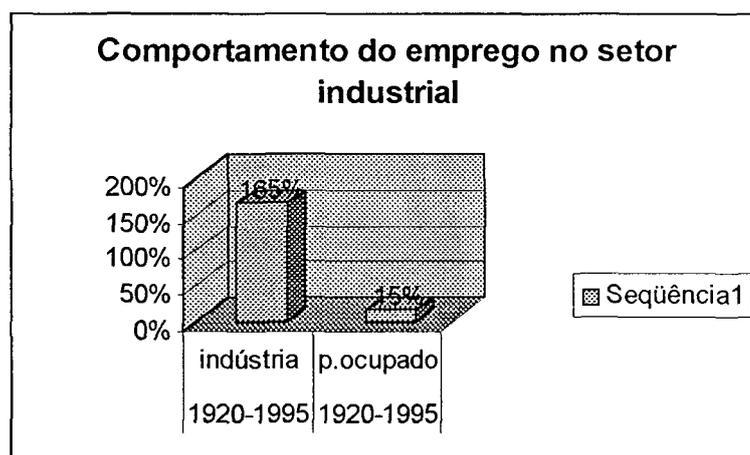


Gráfico 1A

Fonte: Gráfico de elaboração própria a partir de dados do Dieese-1999

Para quem gosta de números, no ano de 1920, cada uma das 13.569 unidades industrial no país ocupava em média, 21,5 trabalhadores; no ano de 1996, praticamente os mesmos números, 22,5 trabalhadores ocuparam cada uma das 211.778 fábricas.

INDÚSTRIA BRASILEIRA

A N O	N.º DE INDÚSTRIAS	PESSOAL OCUPADO
1920	13.569	293.673
1940	49.418	781.185
1950	92.350	1.279.184
1960	110.771	1.799.376
1970	164.793	2.699.969
1980	226.306	5.720.006
1985	207.157	5.608.704
1990	191.315	5.464.436
1995	208.806	4.906.524
1996	211.778	4.751.422

FONTE: 1920-1985-IBGE (CENSO INDUSTRIAL);1990-1996-MINISTÉRIO DO TRABALHO -RAIS

Tabela 1

Segundo fontes de Élide Liedke, o setor petroquímico no Brasil contemporâneo, considerado como um dos setores industriais de maior produtividade, tem como características: **a alta intensidade de capital, a utilização de tecnologia avançada, a necessidade de grandes economias de escala, e a baixa capacidade de gerar empregos.** A “grande vantagem” desse setor seria o de possuir potencial para gerar mais empregos indiretos. (LIEDKE, 1995)

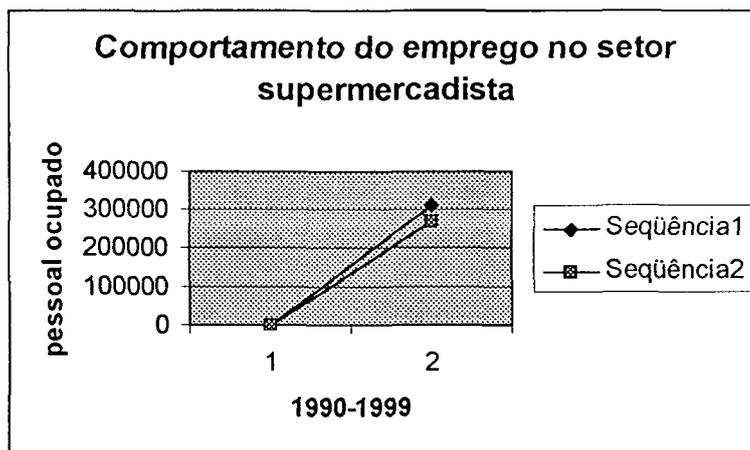
Devemos considerar, pois, que o movimento em frente do setor industrial realiza-se com a exigência cada vez menor do trabalho vivo. Isto significa que o efeito da tecnologia na produção pode se motivos de alegria para os seus donos, ou de progresso social para os

capitalistas, mas de modo algum é motivo de festejos para os trabalhadores. A substituição do trabalho vivo e o aumento populacional ^{em} ~~é~~ meros detalhes para os donos da produção, se isto os possibilita acumular capital. A verdade, como afirma Marx, é que dentro do sistema capitalista todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual, todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor (MARX, 1982, p.748).

Para o trabalhador da indústria, o aumento da produtividade significa degradação, exclusão e acirramento na concorrência por postos de trabalho, gerando um desmantelamento da classe, portanto, do seu retrocesso social do ponto de vista das vantagens adquiridas historicamente pelas organizações dos trabalhadores.

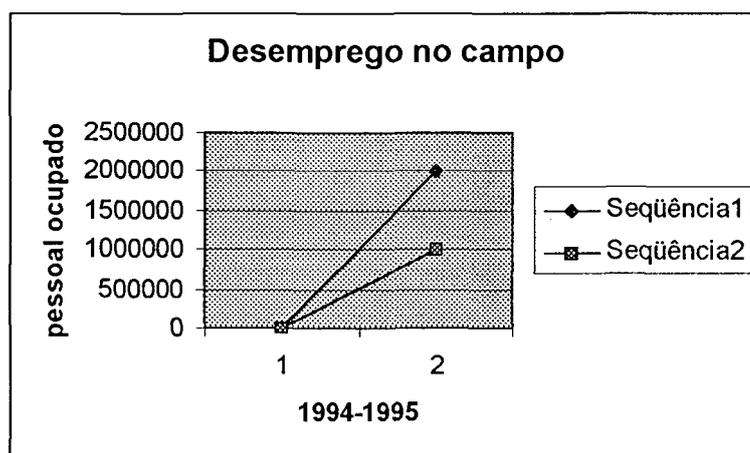
No setor do comércio, as pesquisas do DIEESE indicam que em 1990, as trezentas maiores redes de supermercados empregavam 308 mil pessoas no país. Em 1999, o número de trabalhadores no segmento diminuiu para 267 mil. Ou seja, no período abrangido pelo estudo do DIEESE, houve uma redução de 13,3%, ou 41.064 postos de trabalho eliminados. (GRÁFICO 2A) A partir de 1997 houve crescimento dos postos de trabalho, porém muito aquém dos patamares registrados no início da década.

A redução paulatina dos postos de trabalho no segmento supermercadista nacional vem ocorrendo, mediante um processo intenso de incorporação de novas tecnologias, tanto as de caráter organizacionais quanto às relativas a equipamentos, além, obviamente, da terceirização de alguns serviços e, em alguns casos, a quarteirização. (RELATÓRIO DO DIEESE, 1999)



Fonte: Gráfico de elaboração própria a partir de dados do Dieese-1999
Gráfico 2A

Da mesma forma que nos setores industrial, comércio e serviços bancários, a tecnologia, sob domínio do capital, desempregou no campo. Em 1995, quando introduzida no plantio de algodão, soja, trigo e arroz, desempregaram em apenas um ano, mais de um milhão de trabalhadores. (GRÁFICO 3A)



Fonte: Gráfico de elaboração própria a partir de dados do Dieese-1999
Gráfico 3A

No setor de serviços, foram fechados doze mil postos de trabalho, havendo uma redução de 2,9% com relação ao total de postos existentes no final do ano de 1998. Esse foi

o retrato do comportamento do emprego bancário no Brasil, no primeiro semestre de 1999. Com exceção dos estados de Rondônia e Pará, todas as unidades da federação reduziram o número de trabalhadores nos seus setores financeiros.

Num sentido mais amplo, envolvendo instituições bancárias e não-bancárias, observa-se que está em curso um processo de consolidação no mercado financeiro. Segundo relatório do DIEESE, *grosso modo*, duas são as razões da concentração em curso no setor bancário:

- A primeira razão deriva da iniciativa das próprias empresas, que, por imposição de uma concorrência mais acirrada, têm buscado obter ganhos de escala, ou seja, reduzir o custo unitário médio por operação na administração e na distribuição dos serviços e produtos. Desta busca de maior presença nos diversos mercados decorrem as fusões, aquisições e a formação de associações e parcerias, particularmente com bancos internacionais. Assinale-se que uma ação é comum a todos: a ênfase no controle e redução das despesas administrativas, em especial com pessoal. Em junho de 1999, os bancos empregavam 408.209 bancários. Isto significa que nos últimos cinco anos foram eliminados 238.191 postos de trabalho nessas empresas.(GRÁFICO 4A) Além disto, há um imenso investimento em infra-estrutura de telecomunicações e informática: só em 1998 foram gastos R\$ 2,1 bilhões. Segundo dados da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), o número de equipamentos de auto-atendimento dentro e fora das agências passou de 31.400 em dezembro de 1994 para 89.829 quatro anos depois, e, no mesmo período, o número de usuários de home/office banking passou de 107.600 para 3.100.000 (sendo 500.000 empresas). Isto quer dizer que está sendo

revista a definição de canais de atendimento: em junho deste ano, segundo consta em suas demonstrações contábeis, o Banco Itaú atingiu a marca de 100 milhões de transações em canais de auto-atendimento, equivalentes a 73% do total das transações realizadas pelo banco.

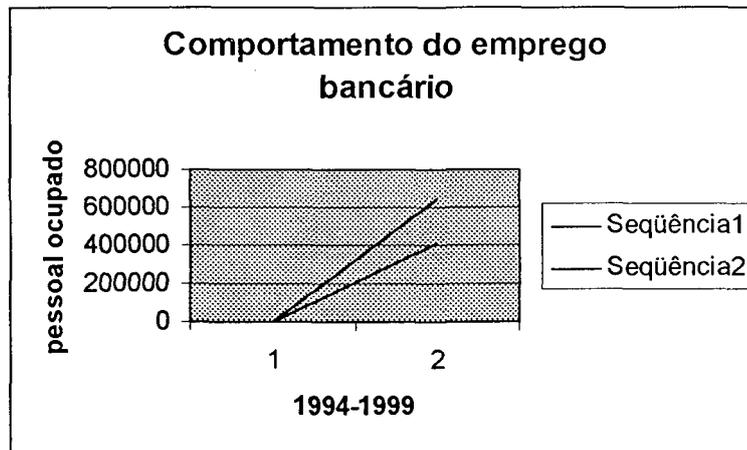


Gráfico 4A - Fonte: Gráfico de elaboração própria a partir de dados do Dieese-1999

- A segunda razão tem caráter institucional: a ação do Estado. Ou seja, a reestruturação dos bancos no Brasil é auxiliada pelas políticas neoliberais empreendidas pelo governo FHC. O analista do DIEESE afirma que “quando se observa o conteúdo das ações das autoridades monetárias após o Plano Real, que em tese seria determinado por este processo de estabilização, percebem-se desdobramentos que vai muito além das questões colocadas pelo Plano Real, expressando a defesa deste novo formato: um setor bancário com um segmento privado nacional mais forte, mais internacionalizado e menos público”.(RELATÓRIO DO DIEESE – 1999)

Consideremos, pois, a primeira razão descrita pelo relator do DIEESE:

Marx já havia comentado, no Manifesto Comunista, que a burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população.(MARX & ENGELS, 1989) O processo de consolidação do mercado financeiro que concentra as riquezas em “poucas mãos” é consequência da exploração da mais-valia, que se por um lado produz o acúmulo do capital, também reproduz, por outro lado, a exclusão dos proletários do processo de produção. No entanto, atingir este estágio de consolidação do mercado financeiro somente foi possível à sociedade capitalista graças ao aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação. Isto significa que a burguesia só pode manter-se com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. Conforme Marx afirma:

“(...) Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes”.(MARX & ENGELS, s/data, p.24)

A história da tecnologia capitalista pode ser interpretada, no conjunto, como a história da desqualificação dos agentes diretos da produção. O processo de desqualificação não é por certo, linear: parece inverter-se parcialmente no início de cada revolução técnica, sugerindo uma nova qualificação Mas, logo após a tendência geral, volta a se impor: as novas qualificações exigidas pelo funcionamento de novas técnicas são outra vez decompostas; as competências profissionais, mais qualificadas, dos operários da produção são subdivididas em subespecializações desprovidas de autonomia e a parte de controle – e,

portanto de poder sobre o processo de produção que comportavam inicialmente, é transferida a não-operários, como uma função separada. A automatização está inteiramente moldada ao processo, nos seus efeitos: acompanhando uma mecanização que desqualifica e parcela as tarefas de produção, ela desqualifica e parcela as próprias tarefas de controle. Depois que a mecanização despoja os operários de qualquer controle, transferindo-os à agentes separados, a automatização, por sua vez, transfere a função de controle à máquina que controla os controladores precedentes. (GORZ, 1996)

Os relatórios do DIEESE comprovam que a partir da introdução da telemática, houve um esvaziamento de mão-de-obra nos Bancos. As mudanças de cunho organizacional no setor são expressivas e indicam outro fator a ser considerado, pois são geradoras de lucros para as empresas. O lucro pode aumentar graças ao emprego econômico das condições de trabalho coletivas, quer, por exemplo, porque se poupa o uso de energia, quer por economias no preço das matérias-primas, por reciclagens nos desperdícios e/ou por racionalização dos custos de administração, etc. (MARX, s/data).

Estes elementos, porém, não podem ser analisados como um acontecimento isolado. Tais mudanças só se tornam possíveis quando ocorre no processo de produção a introdução de novas tecnologias, que permitam maior flexibilização na organização do trabalho, transformando-as em estruturas mais planas, mais ágeis e mais enxutas que possibilitem uma redução de custos e uma diferenciação das empresas frente aos seus concorrentes, através de ações como lançamento de novos produtos, aumento da qualidade, rapidez na entrega e melhoria dos serviços associados ao produto (SALERNO, 1995), assim como novos padrões de relações interfirmas (AMATO NETO, 1995; GITAHY; 1995; RUAS; 1995; PIORE & SABEL, 1984).

A segunda razão:

O comportamento do Estado expresso nas políticas neoliberais, que “facilitam” o processo de reestruturação produtiva se torna compreensível, se abandonarmos a ilusão de um Estado neutro. Marx já havia desmascarado o governo moderno, como sendo um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (MARX, 1989)

Tomemos, pois, o Plano Real, como uma ação política do Estado brasileiro que, dentro dos marcos da reestruturação produtiva, contém os interesses da classe dominante, isto é, a necessidade do sistema capitalista continuar reproduzindo-se como tal. Portanto, as novas formas de encaminhamento político não alteraram o seu conteúdo, que continua sendo a exploração da mais-valia. Desta vez, tendo como parâmetro a expansão global do capitalismo, que exige uma rede mercantil mais extensa para a realização das mercadorias, o Estado neoliberal representa um avanço político para o a sociedade capitalista. É o mundo recriado à imagem e semelhança do Capital. Marx nos ensina que cada etapa da evolução percorrida pela burguesia é acompanhada de um progresso político correspondente e que desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. (MARX, 1989).

II – A RESPOSTA DO CAPITAL AOS SINDICATOS DE TRABALHADORES

Esta segunda vertente de análise tem base nas idéias de POLLERT (1988), GORDON (1988), e SAYER (1989), suas alegações são de que a descoberta da força de trabalho flexível é parte de uma ofensiva ideológica que celebra a complacência e a eventualidade, fazendo-as parecerem inevitáveis.

Para Meneleu Neto, os condicionantes tecnológicos, tidos como inevitáveis e dotados de uma objetividade pura e natural, são produzidos pelo sistema capitalista como tentativa de recuperar o controle do capital sobre o trabalho, supostamente “perdido” no passado keynesiano¹⁰. Assim, conclui que a fragilização dos sindicatos operários passa a se constituir como um requisito para a reestruturação do poder do capital. (MENELEU NETO, 1998)

No nosso entendimento, a reestruturação produtiva é uma manobra político-econômica dos representantes do Capital com o objetivo de retomar os ganhos do Capital, enfraquecidos pelo acirramento da concorrência produzida entre eles no contexto da globalização da economia. É a solução do Capital para uma crise no sistema de acumulação, que ao abalar a produção para esse fim, perturba e desorganiza as associações de trabalhadores do mundo inteiro. Fato este que leva alguns representantes da classe operária a deduzirem que as políticas neoliberais que caminham *pari passu* com a reestruturação produtiva têm como objetivo vingar o capital do “sucesso” alcançado pelos movimentos sindicais nos últimos anos de luta. É óbvio que as mudanças que ora se operam no mundo do trabalho aumentam expressivamente os prejuízos à classe trabalhadora, porém, esta idéia obsessiva de revanche, desloca o pensamento revolucionário para esferas imaginárias, levando a esquecimento o fato de que o Capital é desprovido de emoção. O motor que move

¹⁰ Refere-se à política estatal representado pelo economista Keynes. Trata-se de um conjunto de estratégias administrativas, científicas e poderes estatais para estabilização do capitalismo da época fordista.

a exploração do trabalho não é o sentimento de amor, muito menos de vingança, é a sua gula em acumular riquezas. É neste ponto que os trabalhadores comprometidos com a revolução devem centrar atenção, para não se perderem em devaneios.

Retomemos, então, o fenômeno do desemprego como consequência de uma permanente tentativa de reabilitação dos efeitos de sua própria lei: a concorrência do Capital produzida por suas próprias necessidades de acumulação, sobre a qual dissertamos no primeiro capítulo: teremos como resultado o exército industrial de reserva. Um sobre-excedente de mão-de-obra, que (oportunamente) o capital pode dispor.

a) Emprego precário e Informalidade

É em um contexto de sobre-excedente de mão-de-obra que se desenha o novo cenário do trabalho informal e se desenvolvem as políticas públicas de geração de emprego e renda, isto é, as políticas do Estado neoliberal.

Com o aumento cada vez maior de trabalhadores excluídos do sistema de produção, o Estado, sob poder do Capital, reorganiza-se, aplicando medidas políticas de “sustentabilidade” que, frente ao desemprego estrutural, instituem novas formas jurídicas que se ajustam ao novo sistema de produção flexível.

Maria Cristina Cacciamali resume desta forma, a nova situação institucional da sociedade do trabalho:

A resposta a estes processos societários que mudam e constroem a sociedade contemporânea é dupla: - de um lado, corrosão ou inadequação de práticas e instituições sociais; do outro, sua constituição, adaptação e definição. Este processo de adaptação e redefinição das relações de produção, processos de trabalho, forma de inserção de trabalhadores, relações de trabalho e conteúdo das ocupações, bem como das formas sociais no momento

contemporâneo é denominado na literatura de Processo de Informalidade.(CACCIAMALI, 2000, p. 153)

O processo de informalidade no mercado de trabalho mostra-se por meio de um conjunto de fenômenos, entre os quais destacam-se os seguintes: maiores taxas de desemprego; intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; maior participação das mulheres e adaptação e surgimentos de ocupações que lhe são adequadas; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada; práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; contratos não registrados – verbais acordados à margem das leis trabalhistas; expansão de pequenos estabelecimentos sem limitação da relação capital – trabalho; e; trabalhos por conta própria. (CACCIAMALI, 2000) Enfim, um novo espaço (mais propício) para a produção da mais-valia.

Com o exército industrial de reserva que possui a disposição, os donos da produção possuem maior ingerência nos destinos do movimento operário. O capitalista tem maior poder de negociação no momento de “barganhar” com os sindicatos, os contratos de trabalho, agora, reforçado com a ameaça da exclusão irreversível.

Neste sentido, pode-se afirmar que a fragilização dos sindicatos operários deixa de ser mera consequência dos mecanismos sistêmicos do Capital para tornar-se pressuposto da reestruturação produtiva, como apontam Meneleu Neto e Giovanni Alves.

Outro aspecto desta vertente de análise trata da repressão que, supostamente, começaria a perder a sua racionalidade. As tentativas dos psicossociólogos patronais para “conciliar” os trabalhadores com o mundo do trabalho pela abolição do despotismo de

fábrica¹¹, apareceriam muito mais como uma nova manipulação, do que como uma solução para as contradições de fundo; a explicação na pretensão de fato, de explicar a falta de gosto, a resistência em face do trabalho, unicamente pela falta de interesse às tarefas parcelarizadas, repetitivas, militarizadas. (GORZ, 1996)

Harzberg argumenta desta forma:

Indiferença, indolência e irresponsabilidade, são atitudes corretas diante de um trabalho absurdo. Reconponham e enriqueçam as tarefas; devolvam ao operário o domínio do seu ritmo de trabalho e dentro do limite de seus horários; parem de afastá-lo dos meios de produção e do produto, confiem-lhe uma tarefa inteligente, que compreenda possibilidades de cooperação voluntária, de iniciativa, de responsabilidade, e sua tarefa retomará um sentido e um interesse para ele; seu rendimento aumentará; a proporção de erros e das falhas, a taxa de absenteísmo e de deserções baixarão. (HARZBERG, in GORZ, 1996)

A *moderna* organização do trabalho passa a utilizar-se de outras formas de controle sobre os trabalhadores, externalizados da empresa, como as pressões exercidas pelos próprios clientes, a introjeção da dominação (passa-se a exigir de si mesmo o máximo de produtividade), as leis de mercado, a sofisticação tecnológica, novas sutilezas dos procedimentos administrativos (CCQ, enriquecimento de tarefas), a institucionalização de setores de Relações Humanas destinadas a amortecer os conflitos e obter a adesão dos trabalhadores aos objetivos da produção (SILVA in LIEDKE, 1995)

Segundo os autores desta linha, o modelo japonês de produção (toyotismo) adotado no Brasil e no mundo inteiro, é movido por estas idéias de conciliação do trabalhador com o mundo do trabalho. Elas constituem a base da reestruturação produtiva. Nela estão contidas, não apenas as novas formas de remuneração, como também um novo modo de trabalhar,

¹¹ O economista burguês, segundo Marx, identifica a função de direção e vigilância (na medida em que deriva

onde as recompensas são individualizadas e não coletivas, estimulando a competição e a agressividade individual. (MENELEU NETO in TEIXEIRA & OLIVEIRA, 1998)

Todavia, é importante lembrar que do ponto de vista marxista, a competição e a agressividade individual são elementos comuns à produção capitalista. A competitividade constituiu-se desde a origem do capitalismo no motor das relações sociais do desenvolvimento dos meios de produção.

No que diz respeito à seleção de mão-de-obra em um contexto marcado pelo aparecimento do emprego precário e da informalidade, o que se observa é o imperativo de responder à intensificação do processo de competitividade frente à alta concorrência entre os candidatos por vagas nas empresas. Tal necessidade se traduz na procura massiva dos trabalhadores por uma requalificação profissional, onde estes esperam, além de adequarem-se aos novos moldes do trabalho flexível, aumentar suas possibilidades de concorrência e de empregos com melhor remuneração. Por consequência, temos um aumento nos níveis de seletividade.

da natureza do processo de trabalho cooperativo) com esta função, na medida em que ela representa o caráter capitalista, e conseqüentemente, antagônico desse mesmo processo.

2.3. A NOVA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E SUAS CONTRADIÇÕES

A corrida por uma colocação no mercado de trabalho tem gerado uma procura urgente dos trabalhadores por novas qualificações profissionais que os tornem aptos para exercerem as funções exigidas pela demanda da reestruturação produtiva. Este consenso foi produzido e disseminado pela mídia desde 1991, quando se intensificou a crise na produção que gerou um grau elevado de desemprego mundial.

Juntamente, iniciou-se um processo intenso de reformas educacionais com o objetivo de adequar as escolas de formação profissional aos novos padrões de produção.

2.3.1. – A QUALIFICAÇÃO COMO UM CONJUNTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Embora estejamos tratando de perfis de qualificação, conceituar qualificação não é tarefa fácil, na medida em que este termo pode expressar diferentes preocupações. Neste estudo, concebe-se este fenômeno como uma forma de classificação dos trabalhadores e como resultante da divisão do trabalho na produção capitalista.

Desta forma, optamos por conceituar a qualificação enquanto um **conjunto de competências profissionais**, referindo-nos aos atributos do indivíduo enquanto resultado de suas relações sociais de trabalho, relacionados com os anos de estudo ou com a destreza

aprendidas em empregos anteriores, pelas exigências do próprio posto de trabalho (conhecimentos, destreza e responsabilidades) e principalmente, pela estrutura da organização hierárquica e salarial.

Segundo Carrillo (1994), a qualificação seria um contínuo dessas dimensões, e seria determinado pelas estratégias empresariais de seleção, treinamento, mobilidade e carreira (mercado interno de trabalho) e pelas condições mais gerais derivadas do mercado externo de trabalho.

A qualificação representa um fenômeno histórico e social e é uma maneira de selecionar a força de trabalho, não apenas como uma exigência do processo de produção, mas também como uma exigência do processo mais amplo de acumulação de capital. As qualificações dos trabalhadores foram sendo alteradas no decorrer da história, principalmente desde que o trabalho deixou de ser realizado como um processo artesanal, sendo decomposto em tarefas a serem realizadas por diferentes pessoas.

A qualificação deve ser entendida, então, como uma **construção social**, englobando o aspecto político e cultural do fenômeno. Segundo LEITE e POSTHUMA (1995), para melhor entendimento são importantes considerar os seguintes aspectos:

- (a) a noção de qualificação combina formas variadas de preconceitos sociais que acabam por valorizar determinadas habilidades mais do que outras;
- (b) em função disso, as empresas tendem a reservar os trabalhos mais qualificados a determinados grupos socialmente mais valorizados, e a favorecer a busca da manutenção desses diferenciais pelos indivíduos;

(c) a análise das qualificações deve levar em conta o aspecto comportamental;

(d) a qualificação deve ser investigada a partir da divisão do trabalho entre as empresas, atentando-se ao estudo das cadeias de fornecedores.

Partindo deste conceito, a qualificação pode ser vista como uma forma de **classificação** das pessoas, na medida em que constitui um fator de definição de cargos, salários, benefícios, condições de trabalho, autonomia, redes de interação. Representa uma dimensão da vida mais coletiva, na qual a qualificação fixa parâmetros para a construção de formas de identidade pessoal ou grupal. Assim, os princípios classificatórios *fixam barreiras de acesso e/ou mobilidade profissional (expressas - como regras, ou latentes - nas práticas) que são responsáveis por incluir (ou excluir) indivíduos dos benefícios (materiais ou simbólicos) associados à aquisição de um posto de trabalho.*(CASTRO in LIEDKE, 1995)

A qualificação está relacionada com uma forma de capital social, cujas habilidades e conhecimentos são considerados como um ativo mobilizado nas relações sociais: *neste sentido, pessoas com altos níveis de qualificação auferem maiores rendimentos não apenas por terem qualificação mais elevada, mas pela manutenção dos diferenciais de qualificação existentes entre os indivíduos.* Além disso, como aponta a autora, os ativos de qualificação constituem-se em um critério de recrutamento para posições mais elevadas na hierarquia organizacional. (CASTRO, 1995)

Constitui-se em uma fonte de poder e de status, na medida em que os trabalhadores mais qualificados diferenciam-se dos demais. O saber prático e o saber teórico representam importantes formas de poder. É elemento relevante de luta política.

Da divisão social do trabalho originou-se a divisão entre os saberes que passaram a ser quantificados, ainda que, como coloca GUARESCHI (1992:9), não exista *saber mais ou menos; há saberes diferentes...todo o saber é fundamentalmente uma experiência, e a experiência é pessoal, baseada em milhões de referenciais* .

Desta forma, deve-se levar ainda em consideração que os padrões de qualificação são resultado e processo, a um só tempo. Resultado por expressarem-se em qualidade ou credenciais de quem as possui, sendo, porém socialmente construídos a partir da ideologia subjacente, que define regras de restrição à ocupação, coletivamente produzidas, compartilhadas e barganhadas.(CASTRO in LIEDKE,1995)

Para Lettieri, o fundo dos problemas das classificações reside na organização do trabalho. A qualificação do trabalhador, a sua capacidade profissional não é um elemento estático e objetivo. É antes o resultado instável e provisório, portanto, transformável coletivamente, de uma certa técnica que tenta subtilizar as capacidades gerais que ela exige, à parte, do trabalhador, até mutilar e esterilizar as suas faculdades individuais e coletivas. Neste sentido, afirma que:

“O problema não pode ser reduzido à exigência de uma classificação “eqüitativa”. A tarefa essencial é restituir ao trabalhador a possibilidade de realizar as suas capacidades e de desenvolver através do seu trabalho: isto é, a possibilidade de conhecer, de se apropriar, de transformar o processo de produção, tirando partido das potencialidades do desenvolvimento científico e técnico.”(LETTIERI in GORZ, 1976, p.224)

Antônio Lettieri esclarece o seu ponto de vista sob a ótica da transformação social englobando trabalho e escola, ao afirmar que: não se trata de reabilitar a concepção tradicional de profissão e o seu espírito mais ou menos corporativista; nem de reabilitar a idéia de qualificação profissional que prevaleceu até aqui, mudando-lhe o sentido: isto é,

considerando como elementos da “qualificação” a polivalência crescente dos trabalhadores, a sua capacidade de adaptação à rápida evolução tecnológica, etc. Segundo o autor, essa é uma astúcia que pode ser vantajosa, quando se negocia um acordo de empresa ou de ramo, mas que também comporta o risco de mascarar o fundo do problema: é a transformação da organização do trabalho que os trabalhadores devem impor e não o reconhecimento formal e a retribuição de capacidades “potenciais” que nunca lhes será permitido manifestar. Obter a reclassificação numa classe ou num ramo superior, sem que a natureza do trabalho – a sua parcelarização, a sua monotonia – tenham mudado, é muito simplesmente fazer pagar mais caro o embrutecimento e o esgotamento, iludindo o problema fundamental: o da reconquista de um poder operário sobre a organização do trabalho.(LETTIERI in GORZ,1976, p.224-225)

O definhamento das velhas concepções da profissão e a crise da “organização científica” do trabalho continua Lettieri, mobilizam, desde há vários anos na Europa e há mais de 30 anos (já se passaram mais 30 anos desde o pronunciamento do autor) nos Estados Unidos, psicólogos, sociólogos e economistas ao serviço do capital para descobrir métodos mais eficazes do que os velhos sistemas de Taylor ou de Ford. A recomposição e o enriquecimento das tarefas foram experimentados por grandes empresas como a Philips ou a IBM. Trata-se nesse caso, de técnicas novas de organização de trabalho que não modificam em nada a ideologia do rendimento e da exploração: estão, pelo contrário, ao seu serviço. A “valorização da personalidade do trabalhador” e das suas capacidades tornam-se num meio para atrair mão-de-obra, vinculá-la, opor-se ao absentéismo e prevenir conflitos.

As técnicas de recomposição do trabalho, de autodireção de grupo, de promoção coletiva demonstram um fato importante: freqüentemente, os patrões se libertam mais depressa e mais facilmente de certos preconceitos culturais do que a classe operária;

mostram que as soluções de alternativa podem ser encontradas na atual divisão técnica do trabalho; e mostram também que estas soluções são politicamente ambíguas. Não se trata de as limitar mecanicamente ou de recusar, pelo fato de serem experimentados pelos patrões, o que é uma raridade. Pelo contrário, o que não pode ser esquecido é que as técnicas não são dados objetivos. Se forem geridas pelos patrões, ou pelos seus representantes – os oficiais das “*humans relations*” – serão uma solução patronal; será uma solução operária, se forem geridas coletivamente pela classe trabalhadora em plena consciência da sua significação técnica e política. (LETTIERI in GORZ, 1976)

Entretanto, a qualificação não pode ser analisada como objeto sem história. A formulação segundo a qual na fábrica os indivíduos apenas se degradam pela divisão do trabalho têm levado muitos a condenar a moderna educação, exatamente porque ela deixa de ser tratada historicamente. Os processos produtivos não têm o poder de desqualificar, alienar e de explorar produtivamente os indivíduos. As relações entre os homens que dele se apoderam é que determinam o que eles serão nesta forma de sociedade.

Marx, ao pesquisar as conseqüências do trabalho fabril sobre a vida dos operários, não deixa de lado o movimento da sociedade. Não renuncia a apreender a universalidade que, no século XIX, compele à transformação social, pelo contrário, formula a abstração de que a sociedade, do mesmo modo que cria problemas aos homens, produz, na mesma medida, soluções. (FIOD in AUED, 1999)

Neste sentido, ao mesmo tempo em que a nova educação para o trabalho é instrumento da classe dominante para perpetuar as relações sociais existentes, é também ferramenta que alavanca a sua transformação.

Refletir sobre uma outra qualificação significa pensar, talvez, em como se dará a educação onde o trabalho das máquinas substitui trabalhadores. E, a partir dessa condição

2.3.2 AS BASES DA EDUCAÇÃO FLEXÍVEL: ÊNFASE NAS QUALIFICAÇÕES SUBJETIVAS

Em linhas gerais, as reformas em andamento na educação profissional para o trabalho flexível seguem os mesmos parâmetros que orientam a inovação organizacional do trabalho. Ao retirar, gradativamente, o operário do isolamento técnico, próprio do modo de produção taylorista-fordista e, colocá-lo em situação de equipe, o novo modelo produz a necessidade de um novo quadro de competências que dizem respeito às reações subjetivas do trabalhador, sua capacidade de incorporação de novos conhecimentos, suas formas de relação interpessoal. Em síntese, produz-se no coração do trabalho, um deslocamento das qualificações objetivas do trabalhador para suas qualificações subjetivas.

Todavia, a subjetividade de que tratamos aqui não se relaciona apenas com o conhecimento produzido pelo indivíduo operante em torno de seu objeto de trabalho, mas inclui também, a sua reação moral e psicológica frente ao novo ambiente de trabalho, isto é, abrange o conjunto de atitudes emocionais favoráveis que ele pode apresentar individualmente perante os seus parceiros de equipe.

Um trabalho em equipe considerado eficiente no modo de produção flexível, exige do trabalhador, individualmente, uma postura objetiva que sintonize o grupo em direção ao seu produto final. A responsabilidade do operário, no sistema de produção taylorista/fordista, concentrava-se na finalização do produto parcial. Esta mudança no sistema de produção altera significativamente todo esse conceito, pois a finalização do produto, passa a depender mais da dinâmica que se estabelece na equipe de trabalho, do que das habilidades individuais do operário. Desta forma, o conjunto de trabalhadores que compõem determinada equipe é

considerado “gestor” e executor do produto final da indústria, composição esta, adquirida graças à mediação tecnológica.

A objetividade da equipe depende, portanto, da atitude individual de cada participante, que provém, em sua vez, de suas disposições cognitivas perante as decisões e ações que serão empreendidas pelo grupo. Tais disposições se revelam na prontidão do trabalhador para resolver problemas imprevistos, sejam elas relativas as disciplinas do grupo, como também para superar a falta de mão de obra e de equipamentos na empresa.

O fator estimulador de cada equipe é determinado pelo grau de iniciativa e dinamismo de cada operário. Espera-se dele uma reação espontânea, que dinamize a equipe, concedendo-lhe maior rapidez nas suas ações. Embora, para efeito de controle, seja sempre determinado o tempo limite de produção, a exigência da empresa é o de estar sempre superando o tempo de trabalho anterior. Esta ação mobilizadora é estimulada pela empresa com incentivos e premiações individuais e de equipes.

Outra modificação importante do novo sistema de trabalho flexível é a exigência da comunicação entres os pares da equipe, não apenas com os do mesmo chão fabril, mas com todos os pares que se interligam com a produção, produzindo uma rede de trabalho social dinamizada pela evolução dos meios de comunicação. Este contato garante a transmissão de informações e conhecimentos de um operário para o outro, suprimindo assim as possíveis deficiências individuais, bem como a superação das fronteiras transnacionais das empresas; para esta última, o conhecimento da língua estrangeira é imprescindível. No sistema taylorista/fordista não aparece esta necessidade com tanta regularidade, pois o trabalho executado parcialmente realizava-se no isolamento individual do trabalhador.

Assim, a cooperação, própria da divisão do trabalho na produção intensifica-se nos grupos de trabalho que compõe o todo produtivo da empresa. Esta rede de trabalho social

produz, para além dos benefícios da cooperação, uma energia cinética, propulsora de maior concentração de benefícios para a classe industrial.

Para melhor compreensão elaboramos, a seguir, um organograma que organizam as possíveis qualidades de um trabalhador flexível. (gráfico 1)

QUALIDADES DO TRABALHADOR FLEXÍVEL

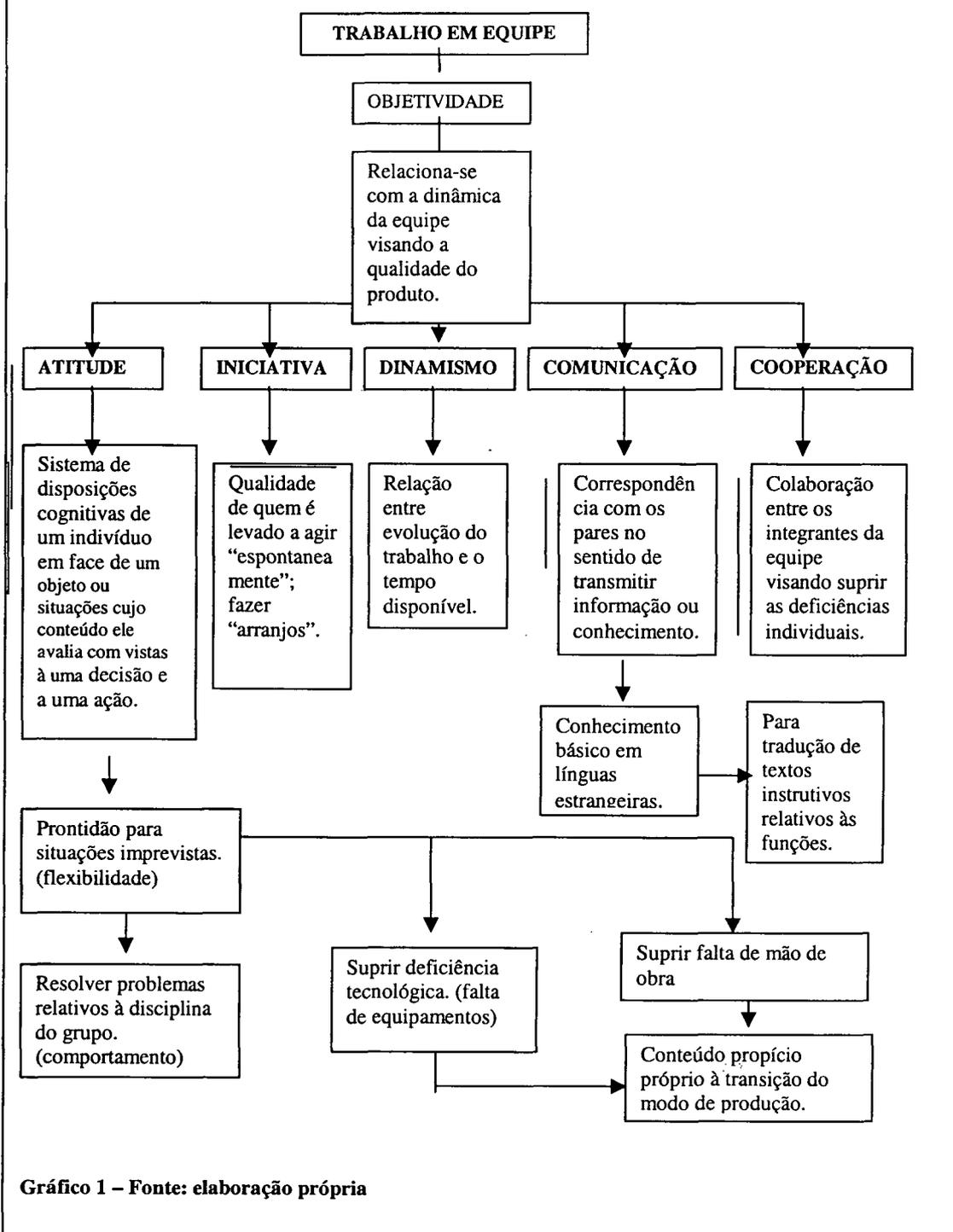


Gráfico 1 – Fonte: elaboração própria

2.3.3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLAR E O TRABALHADOR MULTIFUNCIONAL

O Banco Mundial foi o órgão responsável, por excelência, pela dimensão política e ideológica que permeia a nova formação profissional, visando, entre outros objetivos, o aumento da produtividade para combate à pobreza, principalmente, nos países periféricos.

O Documento do Banco Mundial que trata das reformulações no campo educacional expressa seus objetivos da seguinte forma:

“Os países em desenvolvimento precisam aumentar a produtividade em todo âmbito econômico, se desejam competir com êxito em uma era de intensas mudanças econômicas e tecnológicas. Isto requer não apenas investimento de capital como também uma força de trabalho que possua a flexibilidade necessária a fim de adquirir distintas qualificações para novos trabalhos, à medida que modificam as estruturas das economias e das ocupações”.
(DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL, 1992)

No Brasil, o resultado das eleições presidenciais de 1994 permitiu, através do governo de Fernando Henrique Cardoso, a aplicação das medidas orientadas pelo Banco Mundial, através do projeto “Mãos à obra, Brasil”. No capítulo sobre emprego, em um item destinado à “qualificação da mão-de-obra”, encontra-se expresso que força de trabalho barata e recursos naturais abundantes já não representavam vantagens competitivas no novo modelo produtivo mundial. Os padrões tecnológicos em uso exigiam que os trabalhadores dominassem conhecimentos e habilidades que lhe permitissem integrar-se a ambientes de trabalho em rápida mudança. O problema brasileiro, segundo o projeto, estaria, na falta de mão-de-obra qualificada, preparada para executar tarefas de maior complexidade, ao mesmo tempo em que existiam milhões de desempregados ou subempregados, recebendo salário

muito baixos. Seria justamente a falta de qualificação que impediria a incorporação desse contingente no setor moderno de economia.(CUNHA, 2000)

A proposta, referendando os relatórios do Banco Mundial, consistia em fazer um remanejamento das verbas do Ministério da Educação para o ensino do 2º grau, realocando ou criando fontes adicionais de recursos, em vez de ampliar a rede de escolas técnicas federais, que só atenderiam uma minoria insignificante da população escolar.

Para fazer frente a essa situação, o governo FHC adotaria duas estratégias: a primeira seria em relação à educação básica; a segunda seria a reorganização das políticas de capacitação de mão-de-obra, de forma a permitir melhor adaptação dos trabalhadores às tecnologias modernas. Em virtude da heterogeneidade da força do trabalho, seriam adotados tanto métodos quanto programas destinados a aperfeiçoar e desenvolver a iniciativa e a capacidade gerencial dos pequenos e médios empresários e dos trabalhadores “por conta própria”¹². (CUNHA, 2000)

Teriam prioridade os trabalhadores desempregados e o programa de seguro-desemprego deveria ser articulado com o de capacitação e formação profissional, sempre em parceria com os estados, municípios, empresas privadas e entidades de treinamento e formação da mão-de-obra, como o SENAI, SENAC, Universidades, Escolas Técnicas, etc.

No elenco do programa “Mãos à obra, Brasil”, foram tomadas quatro medidas específicas para os trabalhadores em idade adulta:

- a) desenvolver programa de preparação básica para o trabalho, destinado aos trabalhadores com baixa escolaridade – que não tenham completado a 4ª série do 1º grau;

¹² Expressão utilizada para definir o perfil dos trabalhadores sem vínculo empregatício.

- b) desenvolver programa de qualificação profissional destinado aos trabalhadores que tenham concluído a 4ª série do 1º grau ou com conhecimentos equivalentes, sem perfil profissional definido ou que desejam aprender uma nova ocupação, em consequência de mudanças na oferta de emprego;
- c) desenvolver programa de aperfeiçoamento profissional destinado aos trabalhadores com formação definida que necessitem de atualização ou especialização na mesma família ocupacional;
- d) conceder prioridade a programas de treinamento dos trabalhadores mais atingidos pelo processo de reconversão industrial: indústria de construção nacional, siderurgia, metalurgia, segmentos da indústria de bens de capital, etc.

Segundo Luiz Antônio Cunha, no primeiro momento da aplicação do programa toda a estrutura de formação profissional já existente no Brasil foi mobilizada com o objetivo de auxiliar na concretização dos planos do governo, porém, logo após, iniciou-se um processo de enfrentamento e ameaças ao sistema educacional tradicional. Se por um lado o Ministro do Trabalho buscava interlocução e consenso com dirigentes sindicais de todas as correntes, o Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza, sequer reconhecia como interlocutores legítimos as associações e sindicatos que atuavam na área.

O SENAI sofreu um atentado contra seu estatuto privado. Suas verbas foram reduzidas drasticamente após a retração do valor da folha de pagamento, com a justificativa de que a aprendizagem industrial não mais se tornava eficiente frente ao novo modelo de profissional exigido pelo trabalho. Proliferaram então, em detrimento da aprendizagem do ofício, os cursos rápidos de treinamento, que segundo argumentos dos dirigentes e técnicos do Senai, atendiam melhor a demanda das empresas onde se prioriza a polivalência do

trabalhador - um tipo de operário multifuncional, que se caracteriza por ter um acréscimo de tarefas e funções, de dificuldade levemente superior - tendo seu cargo ampliado - e com um suposto controle maior sobre seu trabalho, embora este controle ainda seja restrito a situações imediatas de trabalho.(CUNHA, 2000)

A proposta do Banco Mundial para as escolas técnicas federais foi a de substituir o ensino técnico pela educação geral, seguida de um rápido treinamento profissional, visando diminuir seus custos em relação as demais escolas públicas do 2º grau. Os consultores do MEC, entretanto, acenaram em outra direção: a solução seria promover um divórcio amigável entre o ensino acadêmico e o profissional, evitando assim que a escola servisse aos alunos apenas como instrumento de preparação para o vestibular, pois não havia sentido em um investimento altíssimo por aluno, se o objetivo deste era a ascensão ao nível superior. As vagas deveriam então, ser mais bem aproveitadas por quem iria diretamente para uma ocupação técnica.

O texto Planejamento Político-Estratégico 1995/1998, datado de maio de 1995 foi a primeira manifestação prática da política educacional de FHC que, segundo estudos de Luiz Antônio Cunha, incorporou as opiniões desses consultores na questão do ensino médio e técnico, redefinindo a estratégia de gestão da rede federal de educação tecnológica para:

- separar, do ponto de vista conceitual e operacional, a parte profissional da parte acadêmica;
- dar maior flexibilidade aos currículos das escolas técnicas de forma a facilitar a adaptação do ensino às mudanças no mercado do trabalho;
- promover a aproximação dos núcleos profissionalizantes das escolas técnicas com o mundo empresarial, aumentando o fluxo de serviços entre empresas e escolas;

- progressivamente, encontrar formas jurídicas apropriadas para o funcionamento autônomo e responsável das escolas técnicas e Cefets e, ao mesmo tempo, estimular parcerias para financiamento e gestão;
- estabelecer mecanismos específicos de avaliação das escolas técnicas para promover a diversificação dos cursos e a integração com o mercado de trabalho.

Através do Decreto n.º 2.208/97, a educação profissional foi configurada como um sistema paralelo ao ensino médio, sendo composta por três níveis:

- o nível básico, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores independentemente da escolarização prévia, em cursos não sujeitos a regulamentação curricular;
- o nível técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional aos alunos matriculados no ensino médio ou dele egressos. Os cursos técnicos terão organização curricular própria, independente do ensino médio. Os currículos das habilitações poderão ser aproveitados em módulos, os quais terão caráter de terminalidade, dando direito a certificados de qualificação profissional específica;
- o nível tecnológico, é destinado aos egressos do ensino médio e técnico, em cursos de nível superior na área tecnológica. Os diplomas correspondentes são de Tecnólogo nas respectivas especialidades.

A portaria n.º 646/97 estabeleceu que as escolas técnicas federais poderiam oferecer no máximo a metade das vagas de 1997 para o ensino médio. Além disso, nos cinco anos seguintes, cada escola deveria aumentar em 50% o número de vagas oferecidas nos cursos técnico e médio.

As escolas técnicas federais deveriam tornar-se, então, centros de referência, ficando com sua expansão limitada quanto ao número de estabelecimentos. Para a implementação dessa reforma, o Ministério de Educação lançou o PROEP, Programa de Expansão da Educação Profissional, em parceria com o Ministério do Trabalho.

O programa visa a readequação de 200 centros de educação profissional, distribuídos da seguinte forma: 70 na esfera federal, 60 na estadual e 70 no “segmento comunitário”. Quanto ao alunado, a meta é de atingir 240 mil vagas nos cursos técnicos; 600 mil concluintes de cursos profissionais básicos. Além disso, o programa estabeleceu como meta atingir o índice de 70% de inserção de egressos dos cursos técnicos no mercado de trabalho.

Para isso, o PROEP conta com 500 milhões de dólares, sendo a metade obtida por empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, um quarto do Fundo do Amparo ao Trabalhador e um quarto do Tesouro Nacional.

Os centros de educação profissional foram definidos com as seguintes características:

- a) determinação da oferta de cursos em função da demanda;
- b) atualização permanente do currículo, de acordo com as características ocupacionais requeridas;
- c) adoção do sistema de estágios supervisionados para estudantes nos locais de trabalho;
- d) treinamento de professores por meio de estágios em empresas;
- e) adoção de sistema de colocação de egressos em empregos;
- f) sistema de acompanhamento de egressos;
- g) integração de representantes do setor privado nas decisões;

- h) integração com mercados através de convênios (parcerias) com empresas e outros empregadores, para efeito de estágios, uso de equipamentos, treinamento de professores, venda ou compra de serviços etc.;
- i) integração com outras instituições de ensino profissional em relação a oferta, capacitação de professores, assistência técnica e outros;
- j) adoção de sistema de contabilidade de custos;
- k) geração de receita própria significativa; e
- l) progressiva autonomia de gestão financeira e de recursos humanos.

As críticas de Cunha às reformas do ensino técnico se referem à argumentação utilizada pelo relatório do Banco Mundial, pelos assessores ministeriais e pelo próprio ministro da Educação para justificar o conceito de escolas técnicas da rede federal como esbanjadora de fundos públicos. Ao que afirma:

“É incrível como os propagandistas dos mecanismos de mercado como solução para os mais variados problemas sociais só conseguem imaginar medidas contenedoras dos fluxos de estudantes. Por que não levar em conta, na formulação das políticas educacionais, as explicações, já disponíveis, que mostram a estreiteza dos mecanismos do mercado, determinados pelo controle monopolista dos profissionais de nível superior (...)?”(CUNHA, 2000, p. 259)

Não se comparam os custos das escolas técnicas federais com as escolas privadas de boa qualidade, não para fazer disto o parâmetro das políticas, mas para mostrar que qualquer ensino de boa qualidade é caro, seja público seja privado, embora neste último o preço supere muito o custo. (CUNHA, 2000)

Como não se pode proibir a entrada do aluno, analisa o autor, foram utilizados mecanismos seletivos, como as cobranças de anuidades, o esvaziamento do conteúdo profissional do currículo do curso técnico até a solução vitoriosa, isto é, a separação entre esse conteúdo e a parte geral, confinada esta no curso médio. A pretensão é de reduzir o número de candidatos à procura de cursos de alta qualidade e delegar aos sobrantes uma profissão técnica de caráter terminal, “rala” e de curta duração.

Se tomarmos como instrumento de análise o custo de produção da força de trabalho desenvolvido por Marx, teremos que o mesmo é o custo necessário para conservar o operário como tal e para formar o operário. Portanto, *quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menor será o custo de produção do operário* e mais baixo será o preço de seu trabalho, seu salário. Nos ramos da indústria onde não se exige quase nenhuma aprendizagem e onde a simples existência material do operário é o bastante, o custo da produção deste se limita quase que unicamente às mercadorias indispensáveis à manutenção de sua vida, à conservação de sua capacidade de trabalho. (MARX & ENGELS, s/data) Assim, a finalidades das reformas na qualificação profissional podem ser consideradas como reflexo do processo de reprodução do sistema capitalista.

Retomando o contexto das reformas educacionais, temos que o objetivo do programa em transformar as escolas técnicas federais em centros de educação profissional estende-se também para as demais escolas públicas. Estas reformas ficam a cargo dos estados ou municípios, que podem ser feitas isoladamente ou em associação com o setor privado, ou meio de entidades privadas sem fins lucrativos, isoladamente ou em associação com o setor público.

Ferretti faz uma análise dos três sistemas estaduais de ensino – Paraná, Minas Gerais e São Paulo, que mais rapidamente se engajaram no programa de reformas na Educação

Profissional. Segundo o autor, o Paraná, na gestão de Jaime Lerner, foi um “*verdadeiro laboratório para criação e experimentação de alternativas para o Ensino Técnico, com base nas perspectivas delineadas por agências internacionais*”. Antecipando-se às políticas nacionais para educação profissional, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, desenvolveu estudos, desde o início da gestão, que culminaram na elaboração do PROEM – Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná. A partir deste programa, com exceção de algumas poucas escolas, determinou-se a não oferta de vagas para o antigo ensino profissionalizante por todo o sistema estadual, a partir de 1997. (FERRETTI, 2000).

A proposta do PROEM consiste em separar o ensino profissional da educação geral, o que coincide com as propostas do banco adotadas pelo governo federal no Decreto 2208/97. De acordo com o documento oficial o fator decisivo na definição do número de vagas a ser ofertado seria a empregabilidade. Foram instalados seis centros: em Curitiba (IPE), Cascavel (Colégio Polivalente), Londrina, Ponta Grossa, Maringá e Guarapuava, por serem tais cidades considerados pólos de desenvolvimento industrial. As vagas seriam distribuídas de acordo com a demanda do mercado.

“(…) O Proem, com sua inflexibilidade, apenas legitimou a “inclusão dos incluídos”, ao mesmo tempo que buscou atender as demandas do mercado contribuindo para a extinção das possibilidades múltiplas anteriormente existentes. Revelou-se, assim, uma opção perversa para os trabalhadores com menores oportunidades de acesso ao ensino médio.”(FERRETTI, 2000, p. 83)

A Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais publicou em 1996, um amplo estudo sobre a distribuição dos cursos profissionalizantes dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e particular no Estado. Foram feitas uma estimativa da população escolar

no período de 1991-2006 e uma análise da adequação entre as características econômicas das superintendências regionais de ensino e oferta de cursos de 2º grau, profissionalizante e não profissionalizante. Este estudo, em certo sentido, já incorporava as perspectivas descortinadas, naquele momento, pela LDB em discussão e pelo Projeto de Lei 1603/96, tratando das possíveis mudanças que a rede estadual de ensino de 2º grau deveria sofrer para promover a maior integração entre educação e produção. (FERRETTI, 2000)

Em São Paulo, as mudanças ocorreram após a publicação do Decreto. Em 1998 já se previam alterações de fundo na oferta de vagas nas escolas técnicas industriais no sentido de adaptar-se às novas exigências legais. De acordo com essa previsão, a oferta de vagas na modalidade Ensino Médio/Técnico cairia verticalmente de 22.032 para 7.223; em compensação, na modalidade Educação Profissional em Nível Técnico, o número de vagas subiria de 6863 para 20 mil; o mesmo processo ocorreria em relação à oferta de vagas para cursos de Educação Profissional Básica, que aumentaria de 32.765 para 35 mil. Isso representaria uma queda de 67% na oferta de vagas para os cursos técnicos regulares, ao mesmo tempo em que um aumento de aproximadamente 193% para os cursos de Qualificação Profissional III e IV e algo em torno de 7% para os cursos de Educação Profissional Básica.

Alguns trabalhadores do Ceeteps – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, criticaram essas mudanças, no que se refere à qualidade dos novos cursos. Os novos currículos privilegiariam mais a parte teórica do que a prática, exigindo do trabalhador um tempo que ele não dispõe para aprofundar seus conhecimentos. Os cursos promovidos pela SERT seriam administrados de forma desorganizada e por professores desqualificados. Assim, esta reformulação convinha mais aos trabalhadores de classe média do que à grande maioria carente de formação profissional. (FERRETTI, 2000)

2.3.4 A REFORMA DO ENSINO TÉCNICO E OS NOVOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A sociedade capitalista incorpora o trabalhador no processo produtivo de acordo com a divisão do trabalho na produção, por meio de uma hierarquia de funções que se pautam pelo grau de dificuldade de cada tarefa. Os processos seletivos de ingresso às instâncias de formação profissional refletem essa realidade à medida que, por meio de critérios equitativos, procedem a classificação e a eliminação dos candidatos. Da mesma forma, os critérios de avaliação instituídos pelo sistema educacional para a progressão dos candidatos aprovados, determinam, em última instância a sua permanência ou exclusão.

É vasta a literatura existente sobre essa função mais geral da escola. Bordieu & Passeron, por exemplo, ao analisarem o método de seleção utilizado nas instituições educacionais francesas, concluíram que para escapar à cilada que arma o sistema escolar ao revelar ao observador apenas uma população de sobreviventes, seria preciso separar desse objeto preconstruído o objeto verdadeiro da pesquisa, isto é, os princípios segundo os quais o sistema escolar seleciona uma população cujas propriedades pertinentes são tanto mais completamente o efeito de sua ação de formação, de orientação e de eliminação quanto mais se eleva no curso. (BORDIEU & PASSERON, 1970, p.113) Segundo os autores, esses princípios seriam o “ethos” social e o capital cultural; a Escola concebida como instituição de reprodução da cultura legítima, determinaria entre outras coisas o modo legítimo de imposição e inculcação da cultura escolar, e de outro lado, as classes sociais, caracterizadas, sob o aspecto da comunicação pedagógica, pelas distâncias desiguais em relação à cultura escolar e pelas disposições diferentes para reconhecê-la e adquiri-la.

A propósito da liberdade do sistema de ensino em fazer com que façam prevalecer suas próprias exigências e suas próprias hierarquias, em detrimento, por exemplo, das exigências mais patentes do sistema econômico, Bordieu e Passeron registram a seguinte indagação:

“(…) não será contrapartida dos serviços ocultos que ele (o sistema escolar) presta a certas classes dissimulando a seleção social sob as aparências da seleção técnica legitimando a reprodução das hierarquias sociais pela transmutação das hierarquias sociais em hierarquias escolares”.(BORDIEU & PASSERON, 1970, p. 163, grifos nossos)

Para Louis Althusser, a Escola é o aparelho ideológico número um do Estado Capitalista e reproduz a divisão social-técnica do trabalho. A divisão social-técnica do trabalho na produção e nas outras esferas, só funciona por meio da ideologia, antes de tudo jurídico moral, mas também acessoriamente religiosa, política, estética e filosófica.(ALTHUSSER, 1999, p. 224)

Nesta interpretação, o sistema escolar reproduz, por um lado o aspecto jurídico da seleção, através de elaboração de instrumentos de seleção equitativos como os exames e testes de avaliação e, por outro, o aspecto moral que a seleção representa para o capitalismo: a valorização do esforço individual e da competitividade.

Ambos os conceitos acima descritos, obedecem a concepções de sociedade com diversos enfoques: Bordieu & Passeron analisam o sistema escolar e, conseqüentemente, a seleção, como resultado do esforço simbólico das relações de força existentes na sociedade capitalista, embora reconheçam que a concepção marxista traz a tona a verdade objetiva dessas relações como relações de força. Já Althusser baseia sua análise a partir das categorias estrutura e superestrutura sociais desenvolvido por Marx, onde a Escola encontra-

se subsumida às necessidades do capital, isto é, diretamente relacionada às relações econômicas.

Neste trabalho, analisamos a seleção, sem minimizar os efeitos da ideologia dominante, porém, entendemos que para combatê-lo, deve-se ultrapassar a instância escolar e compreendê-lo na sua verdade objetiva. A seleção, pois, tem implicações na sua origem material: a divisão do trabalho como materialização das relações de produção capitalistas, que em primeira instância, são relações de exploração do trabalho humano.

As reformas educacionais atuais e os novos critérios de seleção, os quais tratamos neste capítulo, obedecem a uma interpretação marxista sobre os princípios básicos da sociedade capitalista: a relação orgânica entre a sua economia (estrutura) e os seus aparelhos de reprodução social (superestruturas). Se o sistema educacional utiliza atualmente, novas formas de seleção, estas obedecem a critérios que provém de um modelo de organização do trabalho, que se modifica constantemente em função do desenvolvimento tecnológico próprio do sistema capitalista, mas que não fere o seu conteúdo principal: a extração da mais-valia.

As reformas no Ensino Profissional são, pois, ajustes necessários para uma reinserção do trabalhador no processo produtivo que por limite estrutural não mais absorve o contingente anterior, causando a deterioração das formas tradicionais de formação para o trabalho. O que ocorre é uma reclassificação de funções que, no limite da demanda de trabalhadores, diminui o seu núcleo produtivo, ampliando seus espaços periféricos. Seus reflexos na educação são conseqüências dessa expansão periférica que, ao realocar os trabalhadores, restringem o conhecimento destes sobre as funções, com o objetivo de controlar o excedente estrutural em um terreno propício para a extração da mais-valia. Portanto, não se trata de recomposição de dualidade na escola como afirma Cunha, e sim de

uma manobra para a manutenção de sua unidade tal como sempre existiu – em função da divisão do trabalho na produção.

Giovanni Alves analisa a nova precariedade do trabalho assalariado como sendo adequada à lógica da acumulação flexível¹³. Aponta-a como um componente estrutural de um novo complexo de trabalho. Este seria caracterizado por um “centro” produtivo, constituído pelos assalariados em tempo integral, com vínculos permanentes e essenciais, em longo prazo, da organização capitalista.”(ALVES, 2000)

Neste centro produtivo, segundo David Harvey, estariam os trabalhadores que gozam de maior segurança no emprego, de melhores perspectivas de promoção e reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas. Esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. (HARVEY, 1993)

Os trabalhadores localizados à margem do centro produtivo seriam subcontratados como trabalhadores avulsos, mesmo para funções de alto nível. É um grupo periférico formado pelos novos moldes de educação profissional com subsídios públicos, que se caracterizam por uma alta taxa de rotatividade e são constituídos pelos empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados, etc.

“A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.”(HARVEY, 1993)

Todas as formas nas quais se exercem funções pretensamente "técnicas" da divisão do trabalho são o efeito direto e indireto das relações de produção dominantes, afirma Louis

¹³ Harvey denominou de *acumulação flexível* o regime de acumulação atual, que se caracteriza por novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e sobretudo por taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e comercial.

Althusser ao argumentar sobre a divisão, organização e direção do trabalho na sociedade capitalista. Isto quer dizer que o autor compartilha com Marx a idéia de que toda divisão técnica do trabalho é, na realidade, uma divisão social do trabalho.

Vimos anteriormente, que a capacidade da força produzida depende do estágio de desenvolvimento em que se encontram os meios de produção. Os diferentes tipos de instrumentos de trabalho, por sua vez, comandam a definição de postos de trabalho qualificado, inclusive de postos necessários para a organização, coordenação e direção do processo de produção.

Os postos de "trabalho braçal" operário e alguns postos de técnicos e pequenos quadros são ocupados por membros da classe operária, enquanto que os postos de organização um pouco superiores (direção parcial do processo de trabalho) são ocupados por engenheiros e técnicos, quadros médios e superiores; por último, os postos dos próprios capitalistas ou de seus representantes diretos. (ALTHUSSER, 1999)

"A divisão em classes sociais está, portanto, presente na divisão, organização e direção do processo de produção, pela distribuição dos postos em função da classe social (e da correspondente "formação" escolar mais ou menos "curta" ou longa) dos indivíduos que os ocupam." (ALTHUSSER, 1999)

As diferenças de classes existem entre os assalariados, porque o que determina a classe social é a divisão social do trabalho e não a origem da remuneração do trabalhador. Alguns casos de ascensão de postos são exibidos pelos capitalistas como ilusão de "elevação de classe", porém a imensa maioria dos operários é operária por toda a vida.

Os cursos de qualificação profissional ofertado "igualmente" aos operários para equilibrar a distribuição de saberes técnicos não passam de artificios educacionais de conteúdo "ralo", ou ainda, oferecidos em horários extrajornada, quando o operário já se encontra esgotado pelo ritmo do trabalho.

Portanto, a centralização de certos conteúdos e de certas formas de fazer encontra-se nas mãos de engenheiros, quadros e técnicos superiores, que por condições sociais mais propícias, podem permanecer por mais tempo nos bancos da escola.

"(...) na massa de seus efeitos, o monopólio oficial de certos saberes, e a proibição prática dos mesmos "saberes" para os operários, mantém nas relações de uma "divisão do trabalho declarada puramente técnica, a onipotência da divisão social das relações de produção, pela autoridade dos primeiros sobre os segundos. Com efeito, não existe divisão, organização e direção do trabalho, sem relações hierárquicas de autoridade. Ora, a autoridade está sempre do mesmo lado e são sempre os mesmos que a exercem e sempre os mesmos que a suportam, praticamente por toda a vida." (ALTHUSSER, 1999, p.62)

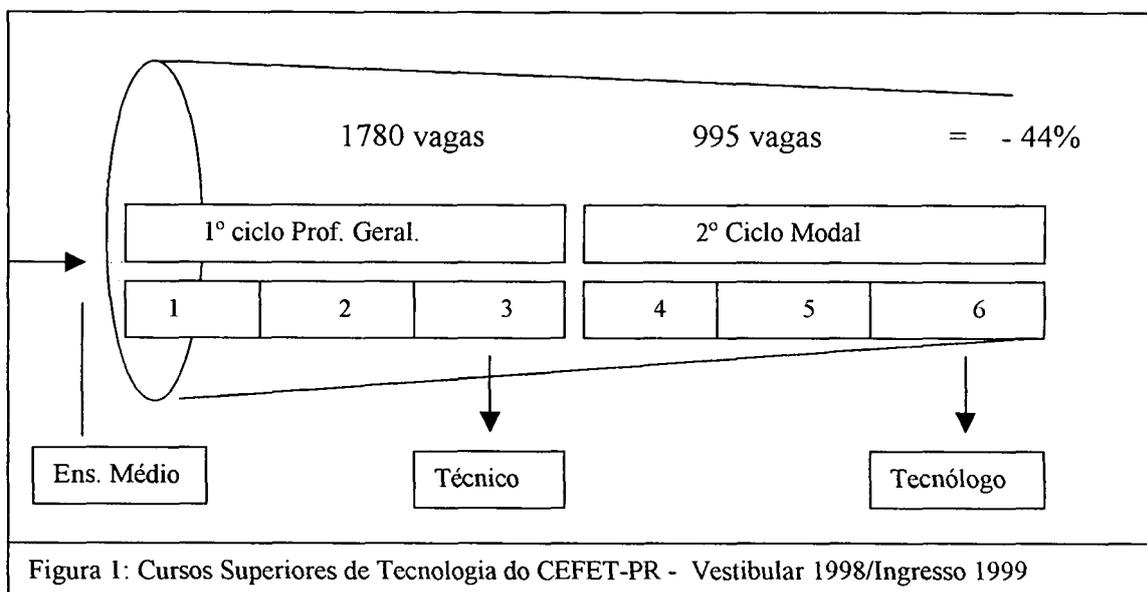
A pesquisa de Luiz Antônio Cunha sobre o monopólio de saberes dos engenheiros no Brasil aponta para uma distorção no sistema educacional, onde a proliferação de escolas técnicas a partir de 1943, (que corresponde à segunda fase de expansão da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira) e a aproximação do nível de conhecimentos entre técnicos industriais e engenheiros, provocou uma reação do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, que através de uma resolução procurou "amarrar" o trabalho dos técnicos aos dos engenheiros e definir suas funções como um resíduo, isto é, aquelas nos quais os engenheiros são indispensáveis, embora sob sua orientação. Em 1968, a Lei n. 5524 de 5 de novembro de 1968, baseando-se no documento da CFEA, regulamentou a profissão de técnico industrial.(CUNHA, 2000) Assim, nesse momento, foi resolvido o problema da "distorção" no sistema de ensino.

No momento atual, as "distorções" a serem corrigidas, frente à reestruturação produtiva são os cursos de longa duração. Os concluintes do curso de engenharia de produção com duração de três anos passam a receber a titulação de *tecnólogos*. Uma clara referência à posição inferior que ocupam na produção, ou seja, uma nova forma de

classificação dos trabalhadores de formação profissional de nível superior. Este curso em sua vez é regulamentado sob a mesma perspectiva de afunilamento, com relação aos cursos técnicos de nível de 2º grau.

O professor do Departamento Acadêmico de Eletrotécnica do Cefet-Paraná, Domingos Leite Lima Filho, ao analisar a experiência de implantação dos Cursos Superiores de Tecnologia, opção que no contexto da reforma foi a privilegiada por aquela instituição, desenhou a figura de um “funil” (ver figura 1) para ilustrar os mecanismos de seleção e classificação de alunos, decorrentes da chamada reorganização do ensino profissional. Os cursos de tecnologia têm 6 semestres letivos e estrutura formada por dois ciclos distintos e verticalizados. A conclusão do primeiro, denominado ciclo profissional geral, correspondendo a três semestres e estágio supervisionado, permitirá a diplomação como Técnico, na modalidade de curso superior seqüencial. O acesso ao segundo ciclo, denominado ciclo modal, se dará mediante seleção específica e a sua conclusão habilita o estudante como graduado em Tecnologia ou Tecnólogo.

Figura 1: Cursos Superiores de Tecnologia do CEFET-PR



Lima Filho comenta que:

É importante notar o caráter restritivo e de “funil” desta estrutura organizacional e curricular. O edital para o exame vestibular de 1998 (ingresso em 1999) ofertava um total de 1780 vagas para o primeiro ciclo e já estabelecia apenas 995 vagas para o segundo. Ou seja, a priori, 44% dos alunos estariam excluídos da conclusão plena do curso! E em várias modalidades, como por exemplo o Curso de Tecnologia em Automação em Acionamentos Industriais (na Unidade de Cornélio Procópio), são oferecidas 60 vagas para o primeiro ciclo e somente 20 para o segundo, ou seja, a exclusão definida a priori atinge o incrível índice inicial de 67%!! (LIMA FILHO, 1999, p.48)

O autor escreve que os critérios de seleção para o segundo ciclo são ainda mais restritivos, pois são selecionados, para esta fase, apenas os alunos que forem classificados por ordem decrescente dos escores obtidos em prova de conhecimentos específicos na área escolhida; pontuação do coeficiente de rendimento nos três períodos do 1º ciclo; realização de estágio no 1º ciclo e; o mais idoso.

Uma das conclusões à que Lima Filho chega é de que o “conceito de competitividade, um dos paradigmas dos novos tempos, aplica-se ao próprio cotidiano da relação escolar”. Afirma que de uma relação de confiança e companheirismo, necessária ao sadio e produtivo ambiente educativo, caminha-se para uma relação de competição, instaurando-se assim a lógica do individualismo – a meritocracia é o critério para a progressão, a competição o seu veículo.(LIMA FILHO, 1999)

Sem duvidar dos dizeres do autor, é necessário fazer alguns esclarecimentos sobre o modo como trata a questão da competitividade, referindo-se a ela como sendo um fenômeno atual produzido pela reestruturação produtiva. Divergimos dessa idéia, pois como já dissemos anteriormente, entendemos a competitividade como motor das relações produtivas burguesas. Desde a sua origem, as relações de produção capitalistas, isto é, as relações

hierárquicas de trabalho, engendram um processo seletivo. Para o capital, é fundamental que a competição se instale em todos os setores da sociedade, pois do ponto de vista moral, os ganhadores sempre merecerão “melhores” colocações. Este processo garante a reprodução do modelo social, que se organiza, igualmente, de forma hierárquica. É importante compreender que sem este conceito moral, a sociedade capitalista perderia um dos elementos principais responsável pela sua dinâmica. Inclusive, o conceito biológico de evolução humana desenvolvida por Darwin é um exemplo da expressão científica produzida pela sociedade capitalista para explicar as leis de seleção natural.

A relação de confiança e companheirismo entre os indivíduos, existente nesta sociedade, tem seu caráter ético baseado no respeito às diferenças e é esta moral que produz um ambiente educativo-produtivo propício ao modo de produção capitalista.

Quando o trabalho é simplificado na mesma medida em que aumenta a divisão no trabalho e em consequência disso, as habilidades particulares do trabalhador perdem o seu valor, ele é transformado em uma força de produção simples. Sua função vai se tornando, gradativamente, acessível à grande massa trabalhadora. É esse um dos fatores que se evidencia no atual momento da reestruturação produtiva, que aliado ao desemprego, aumenta a pressão da concorrência entre os membros da mesma classe operária. Esta concorrência é nutrida pela competitividade entre os pares e a escola o reproduz como tal.

3 SELEÇÃO TÉCNICA: RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA SOCIAL DE CLASSES E O SISTEMA DE ENSINO

“Não acreditariamos no ensino, na educação e na instrução se estas fossem limitadas à escola e separadas da agitada vida”.

Lênin

3.1 CULTURA INSTITUCIONAL E SELEÇÃO

O sistema de exames hierarquizados que consagra uma qualificação específica e que dá acesso a carreiras especializadas surgiu pela primeira vez na Europa Moderna, acompanhando o desenvolvimento industrial e as exigências das organizações burocráticas. Segundo Max Weber, os exames pretendiam fazer com que indivíduos hierarquizados e intercambiáveis correspondessem à hierarquia de postos oferecidos. (WEBER *apud* BORDIEU & PASSERON, 1975).

A legitimação do sistema de exames que assegura a todos a igualdade formal diante de provas idênticas e que garante aos indivíduos dotados de títulos idênticos a igualdade de oportunidades de acesso à profissão se consolida a tempo de satisfazer o ideal pequeno-burguês de equidade formal.

Na Antigüidade só existiam escolas e mestres independentes ou mesmo concorrentes e, portanto, formas individualizadas de avaliação escolar. Entretanto, supõe-se que a concepção de julgamento e de decisão do docente expresse sempre os anseios coletivos inerentes à vida material de sua época. Como sabemos, a presença de autoridade ou hierarquias nas sociedades anteriores eram reproduzidas por ascendência. O que torna o sistema de exame hierarquizado da época moderna singular é o fato de que ele reflete uma

forma social onde a produção de riquezas obedece a uma hierarquia de postos de trabalho organizada de forma piramidal, somente existente na divisão técnica da produção capitalista.

Entretanto, para uma análise que faça emergir todos os elementos que determinam a qualidade técnica de um exame de seleção, devemos considerar que o sistema de trabalho tipicamente burguês produziu, também, a necessidade de um aparelho burocrático que cumprisse a função de reproduzir a hierarquia do trabalho, sem ferir os critérios de equidade que fundamentavam as novas relações sociais. A prática tecnocrática tem origem na criação do Estado burguês e sua legitimidade social se concretiza na forma do Estado Democrático.

Como a Escola Pública se institucionaliza na forma e na dependência do Estado democrático, não é casual que o sistema de ensino contemporâneo organize-se como um aparelho burocrático que adquire as mesmas práticas tecnocráticas do sistema estatal, resultando no sistema de exame hierarquizado.

Em a IDEOLOGIA ALEMÃ, Marx e Engels definem o Estado como a força que sai da sociedade, situando-se acima dela e que dela se afasta cada vez mais. Nesta perspectiva, é pertinente afirmar que o Estado, como aparelho burocrático, para além da sua função fundamental, produz, inegavelmente, uma cultura institucional própria, que por força do seu distanciamento da sociedade desenvolve práticas puramente tecnocráticas.

O sistema escolar como sistema de ensino institucionalizado reflete no seu *habitus* tais práticas e, desenvolve, paralelamente, tantas outras práticas próprias da instituição educacional. Os exames e os critérios de avaliação de provas envolvem não somente as concepções que perpassam o mundo material, embora estas sejam determinantes, mas abrange também um conjunto de regras, normas e práticas culturais produzidas pela própria instituição escolar.

desigualdades sociais definidas. E ainda, definir a cultura das instituições como resultante apenas da cultura dominante.

A instância educacional não se reduz à sua fração dominante. Ela é composta por outra fração de educadores, que no limite da hegemonia dominante, cultiva uma cultura escolar com raízes históricas, a favor da classe trabalhadora. Portanto, o sistema educacional produziu, historicamente, uma cultura multivariada de conceitos, regras e normas de seletividade, que reproduz também os ecos das reivindicações da classe subordinada ao capital.

Tais considerações devem ser relevantes no momento de optar por um estudo sistemático dos mecanismos de eliminação, porém, é importante não perder de vista, que como afirmam Bordieu & Passeron, nada é mais adequado que o exame para inspirar a todos o reconhecimento da legitimidade dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam, já que ele conduz aquele que é eliminado a se identificar com aqueles que malogram, permitindo aos que são eleitos entre um pequeno grupo de elegíveis ver em sua eleição a comprovação de um mérito ou de um “dom” que em qualquer hipótese levaria a que eles fossem preferidos a todos os outros.

3.2 DESIGUALDADE ANTE A SELEÇÃO E DESIGUALDADE DE SELEÇÃO

A seleção técnica além de ignorar as variações da origem social da população escolar dissimula também, o grau de seleção à que esta é submetida. Para satisfazer ao mínimo de exigências escolares em matéria de linguagem, os estudantes das classes populares e médias que ascendem ao nível superior são necessariamente submetidos a uma mais forte seleção, segundo o próprio critério da competência lingüística, onde os examinadores são freqüentemente constrangidos, a diminuir suas exigências em matéria de conhecimento e habilidade para prender-se às exigências da forma (BORDIEU & PASSERON, 1975, p. 82).

Nesta perspectiva de análise, os exames de seleção tem caráter diferencial, tendendo a reduzir, progressivamente e às vezes a anular a desigualdade ante a seleção. Tomemos como exemplo, a evolução do sistema de seleção (vestibular) da Universidade Federal do Paraná: desde 1975, houve várias modificações nos critérios de avaliação das provas, no entanto, o valor zero em redação sempre foi fator de eliminação do candidato, permanecendo a nota desta disciplina, como condição *sine qua non* de aprovação.

A avaliação das provas de redação é feita pelos examinadores com base em critérios que obedecem a uma formalidade da instituição; ou como escreveu Célestin Bouglé: *“Está formalmente entendido que, mesmo para a dissertação de história, que supõe um certo número de conhecimentos de fatos, os examinadores devem apreciar, sobretudo as qualidades de composição e exposição”*.

A compreensão e o manejo da língua constituem o alvo de atenção principal no julgamento dos avaliadores. Além disso, a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas ela fornece, além de um vocabulário mais ou menos rico, um sistema de categorias mais ou menos complexo, de sorte que as aptidões à decifração e à manipulação

de estruturas complexas, quer sejam lógicas ou estéticas, depende em certa medida da complexidade da língua transmitida pela família (BORDIEU & PASSERON, 1975, p.82-3).

A linguagem, como qualquer outro fato humano, está em permanente movimento, obedecendo, única e exclusivamente, às leis sociais. Portanto, a linguagem é um elemento em permanente movimento de criação. Assim, o apego às normas gramaticais que se evidenciaram corretas e indispensáveis num dado momento histórico da língua e da escrita, bem como o apego ao processo de ensino próprio daquele momento, constituem equívoco sério quando aquele momento passa a ser pretérito. Porém, a linguagem é também determinada pela convencionalidade, no que diz respeito ao seu conteúdo – a gramática; não se refere, entretanto, a qualquer gramática, mas apenas àquela que já não mais traduz eficientemente a linguagem enquanto prática social daquele momento histórico. (KLEIN, 1995, p.27-8)

Afirmar, pois, que a linguagem é de certa forma transmitida pela família constitui-se em uma análise que se situa no limite estreito do antagonismo estéril. O nosso percurso neste trabalho é o da tentativa de reconstruir o objeto seleção como síntese de múltiplas determinações. Nesta direção, o capital lingüístico da família é produto de sua condição de classe social, o que determina a existência de famílias mais afastadas da língua escolar. Portanto, de desigualdades ante a seleção. A exigência da forma convencional de redação no processo de seleção das universidades seleciona, necessariamente, uma população de alunos que provém de famílias com maior capital lingüístico, não apenas porque a instituição universitária a produziu como convenção, mas porque é convencionalmente determinada pelas condições de vida material da sociedade.

Todavia, para escapar a uma análise estritamente funcionalista do sistema de ensino, deve-se considerar que, na lógica das transformações sociais, o sistema escolar vai

construindo um modelo diacrônico de carreiras e biografias, de acordo com os diferentes grupos que nele ascendem e seus graus de êxito. Com a evolução da composição do público escolar, vai se instaurando um mal-entendido no sistema tradicional, tendendo, a um dado momento da evolução, a tornar-se intolerável. (BORDIEU & PASSERON, 1975, p. 102)

Desta análise de Bordieu & Passeron, pode-se deduzir, por exemplo, que a realocação dos cursos profissionais de elite, no atual momento das reformas educacionais brasileiras, tem como função corrigir o “mal-entendido” entre universalização do ensino e seleção técnica. Desta forma, as instituições universitárias assentam-se sob uma nova disposição hierárquica com base no status social. Assim, temos os cursos “Engenharia Federal” e os outros, ou “Direito PUC” e os outros etc.

Relevante também é o caso da população que se exclui do processo de seleção para determinadas carreiras. No caso da mulher, esta busca adequar-se a cursos determinados pela cultura escolar, como sendo “mais femininos”. A maioria dos homens, em sua vez, negam-se a seguir carreiras consideradas femininas. A exclusão dos negros também pode ser analisada neste ângulo, extrapolando a sua condição social.

Contudo, este momento aparentemente anárquico do sistema de seleção das instituições educacionais deve ser considerado apenas como fase intermediária do processo de seleção social. A sua real configuração ainda está por se fixar em parâmetros mais definidos. Por enquanto, tratamos de levantar neste capítulo, apenas alguns elementos significativos que indiquem as tendências do sistema universitário no que se refere à utilização de exames de seleção.

3.3 A SELETIVIDADE E SEUS ASPECTOS FORMAIS

Apesar de os processos seletivos terem valor jurídico, a seleção técnica é um mecanismo que garante legitimidade ao processo de exclusão. Vale lembrar, aqui, o caráter ideológico – no sentido de interesse de uma classe em oposição à outra – da superestrutura jurídica, a qual se presta a legitimar, sob o manto da legalidade, as injustiças sociais (KLEIN, 2001).

Os números da Universidade Federal do Paraná comprovam que no vestibular 2002 foram ofertadas 4.264 vagas para uma demanda de 47.179 candidatos. Esta demanda vem crescendo significativamente desde 1971, quando a demanda era de apenas 8.000 candidatos. No ano de 2001 foram criados cinco novos cursos e desmembrados outros três, o que resultou no aumento de apenas 170 vagas.(ANEXO 5) Um número insignificante que demonstra a retração de ofertas para cursos universitários públicos nos último 30 anos.

Neste momento, é oportuno questionar: qual o motivo que leva as instituições de ensino a oferecer um número de vagas inferior à demanda? A resposta oficial sempre vincula a resposta à funcionalidade do sistema, que tem sua precariedade na impossibilidade financeira de aumentar as estruturas educacionais. Aqui reside uma incompatibilidade entre os conceitos que permeiam os processos seletivos e os conceitos que explicam a oferta restrita de vagas. A análise pode ser feita de forma invertida: ora, se as universidades públicas não aumentam o número de vagas em razão da insuficiência de recursos, a causa da não-formação estaria na precariedade do sistema. Entretanto, nos processos seletivos a culpa é transferida ao candidato, como não-merecedor de formação naquela instituição, isto é, o candidato sobrando não possui habilidades, nem competências, nem conhecimentos suficientes para *merecer* o acesso a uma formação superior. Em síntese, há uma oposição

conceitual entre a seleção de candidatos e a oferta de ensino, entre a meritocracia e o direito, todavia, ambos convivem em perfeita harmonia nos aspectos legais da esfera jurídica.

O direito à igualdade na sociedade capitalista não reconhece nenhuma distinção de classe, porque cada indivíduo não é mais que um proprietário como os outros — ainda, que, no caso do trabalhador, sua propriedade se restrinja à sua força de trabalho —; mas, cada vez de forma mais acentuada e perversa, pela necessidade cada vez mais presente de justificar a exclusão social, reconhece como privilégios naturais às aptidões desiguais dos indivíduos e, conseqüentemente, a desigual capacidade de rendimento. *“É, no fundo, portanto, como todo o direito, o direito da desigualdade”.*(MARX, 1975, p.36)

Assim, é perfeitamente coerente com o ideário burguês, já que se trata de incorporar o indivíduo em uma sociedade composta por classes desiguais, a existência de um Direito que relacione, ordenadamente, fatos e conceitos que se opõem entre si, superando as contradições existentes entre eles, até a saturação. Portanto, as regras de seleção aplicadas pelas instituições de ensino, são de fato, legítimas se consideradas no âmbito do Direito formal, embora contenham em sua essência a função de reproduzir as classes sociais existentes.

3.4 A SELETIVIDADE NA ESCOLA TÉCNICA DA UFPR

“A superioridade hierárquica baseia-se na superioridade do saber inútil”.

André Gorz

A história da Escola Técnica da UFPR é ainda mais antiga que a da Universidade mais antiga do Brasil - a UFPR - fundada em 1912 com o nome de Universidade do Paraná, tendo como primeiros cursos: Direito, Odontologia, Engenharia, Farmácia e Medicina. A UFPR funcionou como Faculdades isoladas até 1946 e foi federalizada em 1950, passando a ser uma instituição pública e a oferecer ensino gratuito.

A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná foi criada em 1869 e pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba. Seus fundadores, Gottlieb Mueller e Augusto Gaertner, eram sócios do Verien Deutsche Schule. Até 1914, o estabelecimento chamou-se Escola Alemã, depois Colégio Progresso.

Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sendo autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário decidiu integrá-la à UFPR como órgão suplementar e, a partir de 1986, ela passou a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná. A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da UFPR, o Conselho Universitário alterou a sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a à Pró-

Reitoria de Graduação e em novembro de 1997, por decisão deste mesmo conselho foi classificada como unidade da UFPR.

O curso de técnico em informática que investigamos neste trabalho foi criado em 1991, substituindo o antigo Técnico em Processamento de Dados. Entre as modificações que vêm sendo realizadas pela instituição a partir da reforma geral da educação no país, enfocamos neste estudo, especificamente, as suas regras e critérios de seleção de alunos, bem como a “evolução” de suas formas de ingresso no decorrer do processo de mudanças. Para este fim, analisamos o conteúdo do Guia do Candidato 2000 da escola, que contém formalmente as exigências para ingresso do aluno.

Investigamos por meio de questionários (ANEXO 1 e 2) o perfil social, os conceitos dos alunos com relação à natureza do curso, as dificuldades individuais e coletivas relativas ao ingresso e permanência no curso e as expectativas de 50 alunos aprovados no curso de técnico em informática e de mais 36 alunos do curso de Tecnólogo. Entrevistamos, ainda, professores e coordenadores dos cursos que nos apresentaram seu parecer sobre as formas de seleção e índices de evasão, bem como as justificativas da instituição para as reformas que vêm sendo aplicadas.

As partes deste capítulo apresentam os mecanismos de seleção que encontramos ao longo da pesquisa.

3.4.1 MECANISMOS SELETIVOS NA POSTULAÇÃO DE INGRESSO AO CURSO

3.4.1.1 O CARÁTER UNIVERSALIZANTE DOS EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO

Os avisos oficiais que tratam dos processos seletivos de alunos são publicados na imprensa ou afixados em lugar público, na maioria das vezes, com 40 dias de antecedência. Este procedimento tem base jurídica e garante a todo cidadão o direito de competir por uma vaga nos cursos de formação profissional, mas não, necessariamente, o direito à formação.

Nos editais constam, basicamente: as disposições gerais; os cursos e o número de vagas ofertadas pela instituição; as condições para inscrição, que exige, além dos documentos essenciais, a indispensável taxa de inscrição, que deve ser recolhida em agência bancária; a indicação dos conteúdos das provas que compõem o teste de seleção, e os critérios de classificação e matrícula.

O Guia do Candidato do teste de seleção ano 2000, da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, contém os procedimentos para o concurso, no qual estão explicitadas todas as exigências que tornam o candidato apto para a concorrência à vaga. A Comissão Central do Concurso Vestibular da UFPR é responsável pela elaboração e aplicação das provas, bem como é encarregada de avaliar e classificar o aluno conforme o seu desempenho nas provas.

Os regulamentos expressos nos editais demonstram duas qualidades importantes no processo seletivo: uma que se refere ao direito jurídico e que tem como função assegurar a participação de qualquer candidato, independente de sua classe social. Esta qualidade é uma expressão concreta do seu caráter universalizante e democrático. O outro atributo, como o

mais eficaz mecanismo de pré-seleção, tem um caráter implícito e está contido no grau de exigência dos testes seletivos. A primeira qualidade é generosa – abraça a todos com a mesma nobreza; o segundo atributo é mesquinho, destituído de grandeza, e, na prática, realiza a negação do primeiro. Honrado com a primeira qualidade que lhe delega poder de participação e impotente frente ao segundo atributo que justifica ideologicamente a sua exclusão, o candidato sobranete não tem outra opção a não ser aceitar sua condição de "inferioridade" e submeter-se às normas do processo seletivo.

No parágrafo 6º do art. 7º da parte 3 que trata das Inscrições no Edital 03/99 CCCV (ANEXO 4) que regulamenta o Teste de Seleção – 2000 – da Escola Técnica da UFPR, consta: *“Ao se inscrever, o candidato aceita de forma irrestrita, as condições contidas neste Edital e no Guia do Candidato, que constituem parte das normas que regem o Teste de Seleção”*.

3.4.1.2 SOBRE A PREPARAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA O CONCURSO

Ser aprovado nos Testes de Seleção depende de fatores que não são regulamentados nos editais de concurso. Ao realizarmos uma pesquisa no ano de 2001, entre 50 alunos que frequentavam o curso de Técnico em Informática na Escola Técnica da UFPR, nos últimos 3 anos, obtivemos os seguintes resultados: 100% dos alunos se prepararam para o concurso, estudando os conteúdos exigidos para as provas, sendo que 44% destes investiram em cursinhos preparatórios de instituições privadas. Vale destacar que o custo total dos cursos preparatórios varia de R\$ 162,00 a R\$ 1.400,00, dependendo do seu tempo de duração.

A escolaridade exigida no processo de seleção para a habilitação de Técnico em Informática era o 1º. Grau completo, no entanto, 66% dos alunos entrevistados cursavam o ensino médio regular; 26% já o haviam concluído e 8% deles já cursavam o ensino superior. O aluno somente poderia receber certificação do curso técnico, se junto com ele houvesse concluído o ensino médio.

Nas disposições gerais, parágrafo 1º., Parte 1 do edital do concurso consta que: *“As provas de seleção para os candidatos dos cursos que exijam o 2º. Grau completo (cursos técnicos pós-médio) versarão sobre conhecimentos que não excedam este nível de ensino. As provas para os demais candidatos exigirão conhecimentos que não excedam o nível de 1º. Grau. Para todos os candidatos, as questões serão elaboradas com predominância da capacidade de raciocínio, do pensamento crítico e da análise, sobre conteúdo que envolva simples memorização”*.

Entretanto, na parte 3 do Guia do Candidato (ANEXO 3), os modelos de questões das provas apresentados para os cursos que exigem 1º. Grau indica um conteúdo que não faz parte da prática pedagógica das escolas públicas nesse nível de ensino. Questões que tratam dos conceitos de mecânica, características hereditárias complexas e elementos químicos, e ainda, matemática, geometria, redação, língua portuguesa, história e geografia, compõem a estrutura dos testes de seleção da Escola Técnica da UFPR.

3.5 MECANISMOS SELETIVOS AO LONGO DO CURSO

A aprovação não imuniza o aluno do mecanismo seletivo da instituição, pois o processo se estende durante o curso em uma segunda etapa ainda mais agressiva que a primeira.

O grau de dificuldades enfrentado pelos alunos ao longo do curso revela a perversidade dos mecanismos de seleção da instituição que “regurgita” o excedente discente até que o afinilamento da pirâmide hierárquica se ajuste às necessidades do sistema escolar que é reflexo do sistema de funções no mundo trabalho.

3.5.1 SOBRE A PERMANÊNCIA E A EVASÃO DO CANDIDATO APROVADO

Apenas 2% dos alunos entrevistados disseram que trabalham com vínculo empregatício e 24% cumprem estágios em empresas privadas ou públicas; dos que estagiam, 75% são remunerados e, destes, 60% ganham até 2 salários mínimos; 20% de 3 a 4 s.m. e 20% acima de 5 s.m.; dos que recebem remuneração, 45% participam na renda familiar. O restante dos alunos, isto é, 88% do total de 50 alunos são dependentes da família para o sustento do curso, que fica em torno de R\$ 200,00, para despesas com alimentação, transporte e material escolar.

Distribuição de alunos por atividade laboral (%)

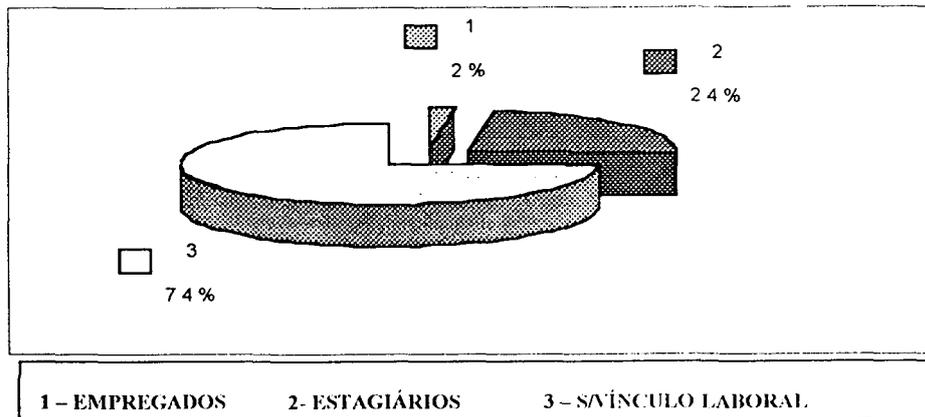


Gráfico 2 - Fonte própria: Alunos do Curso de Técnico em Informática/Ano 2001

Os dados coletados indicam que 34% dos alunos tem dificuldade para continuar o curso, porque estudam em dois períodos (ensino médio e curso técnico) e não conseguem administrar o tempo que gastam com deslocamento entre uma escola e outra; 62% dos alunos apresentam dificuldades para acompanhar o conteúdo; destes, 33%, por falta de tempo para as atividades extra-classe; 32% por falta de computador e 15%, por terem dificuldades em acompanhar a matéria dada.

A estatística da Escola Técnica da UFPR para o curso de Técnico em Informática no ano 2001 apresentou dados significativos de evasão, que ultrapassaram os 30% dos alunos. Acrescente-se que se observou uma tendência de crescimento desse índice.

A instituição explica os altos índices de evasão com base nas justificativas dos idealizadores da reforma de ensino profissional: o formato do curso não atende à demanda do mercado de trabalho e pressiona o aluno a buscar formação profissional de nível superior; este fato seria determinante no momento em que o aluno decide-se por abandonar o curso de formação técnica secundária para buscar vagas nas universidades

Distribuição de alunos por dificuldades para acompanhamento do curso (%)

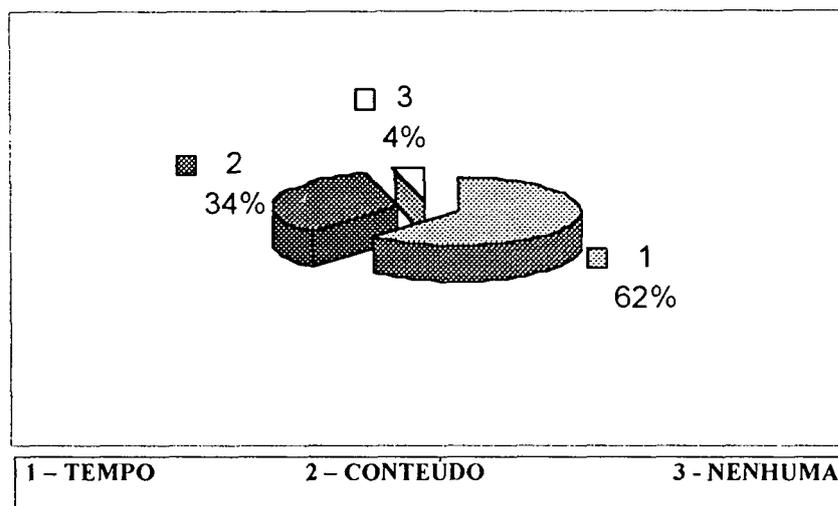


Gráfico 3 – Fonte própria: alunos do curso de Técnico em Informática da Escola Técnica da UFPR – Ano 2000

O resultado da pesquisa sobre a expectativa dos alunos do curso de Técnico em Informática aponta, de fato, para a preocupação crescente do aluno com a formação de nível superior, o que explica a pressão que ele sofre com o mercado de trabalho restrito aos supertécnicos e não a prioridade do curso superior em detrimento do emprego. Como demonstra a tabela 2, abaixo, dos alunos que ingressaram em 1999, com previsão de conclusão em 2001, 34% esperavam conseguir emprego após a conclusão e 33% pretendiam conseguir emprego para manter um curso superior que lhe atribuísse mais qualidades para concorrer no mercado de trabalho, totalizando 67% do total de alunos com expectativa de conseguir emprego. Apenas 17% dos alunos preocupavam-se *apenas em ingressar* nos cursos superiores.

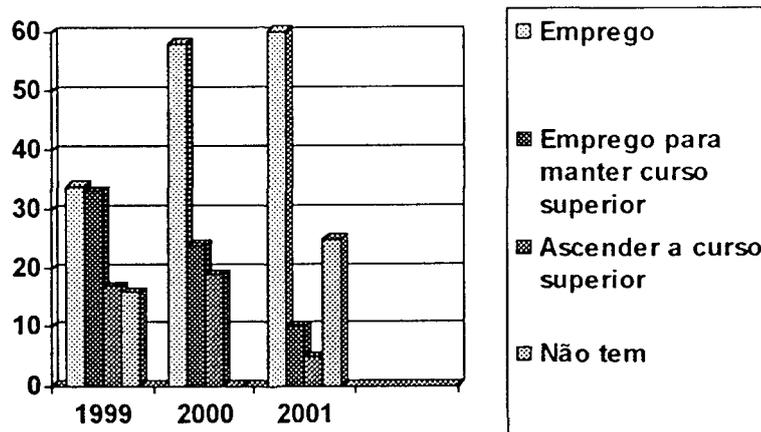


Gráfico 4 (fonte própria): alunos do curso de Técnico em Informática - UFPR

Esta imagem de inutilidade ou ineficácia resultou no fim do curso de Técnico em Informática na Escola Técnica da UFPR, pelo menos no que se refere à oferta de vagas. A instituição ofertava vagas, também para a mesma modalidade do curso, porém em nível pós-médio. Ambos os cursos foram extintos, este último em 2001 sob a justificativa de pouca demanda e alto índice de evasão. Foi criado, em seu lugar, o curso de Tecnologia em Informática com o formato de um curso em nível superior com duração de 3 anos.

Contudo, a pouca demanda do curso e a evasão não justifica o fim do curso nessa modalidade, pois o grau de dificuldade que os alunos apresentam para o acompanhamento do curso não se restringe às necessidades exigidas pelo mercado de trabalho.

Bordieu & Passeron explicam a evasão como forma de auto-eliminação do aluno do sistema escolar; ao sentir-se impossibilitado de responder às exigências do curso que freqüente abandona-o por falta de êxito. São os mecanismos de eliminação adiada, conforme análise dos autores, que transmudam uma desigualdade social em uma desigualdade propriamente escolar, isto é, numa desigualdade de “nível” ou de êxito que oculta e consagra escolarmente uma desigualdade das oportunidades de acesso aos graus mais elevados do ensino (BORDIEU & PASSERON, 1970, p.168).

Quando se trata de explicar que a fração da população escolar que se elimina antes ou durante o curso se distribui por acaso entre as diferentes classes sociais, fica-se condenado a uma explicação através de características que permanecem individuais, tais como falta de motivação, vocação, etc.

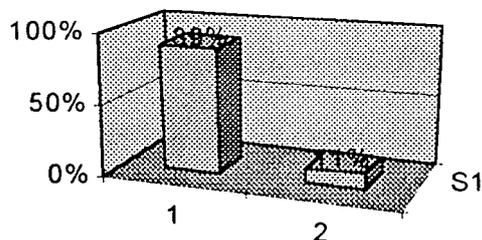
3.6 DO TÉCNICO AO TECNÓLOGO: “EVOLUÇÃO” DAS FORMAS DE SELEÇÃO

Com a criação do curso em nível superior de tecnologia em informática, o processo seletivo dos tecnólogos da Escola Técnica da UFPR passa a ser o mesmo vestibular destinado aos candidatos da universidade – um mecanismo de seleção bem mais criterioso, no que se refere ao grau de seleção da população universitária, do que o Teste de Seleção aplicado para ingresso aos cursos profissionalizantes em nível fundamental e “pós-médio”, e que vem “evoluindo” na sua forma conforme demonstra tabela de evolução elaborada pela UFPR. (ANEXO 3).

A turma de alunos de tecnologia em informática de 2001, selecionada em 2000 para o período noturno é predominantemente masculina (89%), solteira (72%) e branca (96%). (Gráficos 5, 6 e 7)

Estes dados demonstram que a ação dos mecanismos seletivos da instituição, apesar de, aparentemente, materializarem-se sob a justa forma da lei em processos seletivos que garantam a igual oportunidade para todos, elimina da competição a maioria escandalosa de negros e de mulheres, reproduzindo o “*habitus*” – a cultura dominante, extrapolando a condição de classe dos candidatos.

Distribuição de alunos por sexo

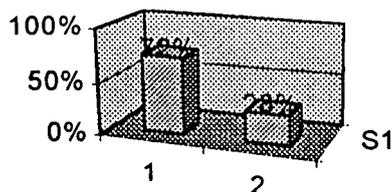


1 - MASCULINO

2 - FEMININO

Gráfico 5 – Fonte própria: alunos do curso de Tecnologia em Informática da Escola Técnica da UFPR – Ano 2002

Distribuição de alunos por Estado Civil

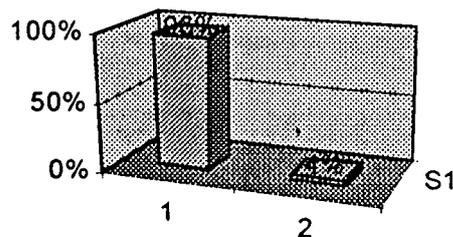


1 - SOLTEIROS

2 - CASADOS

Gráfico 6 – Fonte própria: idem gráfico 5

Distribuição de alunos por raça



1 - BRANCA

2 - NEGRA

Gráfico 7 – Fonte própria: idem gráfico 6

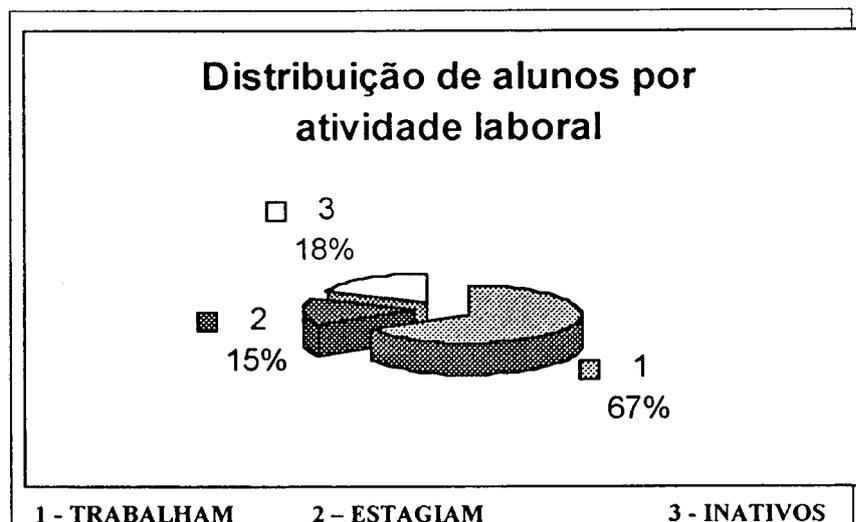


Gráfico 8 – Fonte própria: idem gráfico 7

Sobre a condição sócio-econômica, os resultados demonstraram que 67% dos alunos aprovados já trabalham na área da informática e 15% estagiam com remuneração. (Gráfico 8)

Dos que trabalham, 58% recebem acima de 5 salários mínimos, 30% entre 3 e 4 s.m. e 12%, de 1 a 2 s.m.. A maioria destes alunos visa o cumprimento das determinações do mercado de trabalho, que dão prioridade de vagas aos candidatos que possuem curso técnico de nível superior. Estes indicadores denunciam o afunilamento da seletividade no mundo do trabalho contemporâneo, que por força da necessidade de enxugamento dos quadros de funcionários nas empresas, privilegiam os candidatos com maior grau de instrução. A concorrência cada vez maior por vagas nas universidades representa cada vez menos, a necessidade de ascensão a um posto de trabalho e cada vez mais, a permanência nele. É cada vez mais comum que as empresas empregadoras exijam dos seus funcionários a diplomação em nível superior, sob pena de ser substituído por profissionais mais graduados. Esta exigência tem a ver com as novidades do trabalho flexível e com o *status* que o quadro de pessoal graduado confere às empresas, em um momento em que a aplicação de técnicas

inovadora de gestão define o seu perfil, otimizando a comercialização dos produtos e aumentando seu poder de competição no mercado.

Na guerra pela continuidade no posto de trabalho, o trabalhador procura agregar conhecimentos extras que o diferenciem de seu concorrente, como demonstram os índices levantados entre os alunos do curso em questão: 39% dos alunos estudam línguas estrangeiras fora da disciplina obrigatória; em primeiro lugar aparece a língua inglesa, seguida do alemão, francês e italiano. Qualquer vantagem sobre o suposto adversário é válida para tornar o candidato mais apreciado no mercado de trabalho. São as armas do trabalhador para a batalha da sobrevivência.

3.6.1 VESTIBULAR: UM INCENTIVO À INDÚSTRIA DOS CURSINHOS PREPARATÓRIOS

Apesar do índice animador, levantado nesta pesquisa, de 80% de aprovação de alunos provenientes de escolas públicas no vestibular do curso de tecnologia em informática, a grande maioria desses alunos investiu em cursinhos preparatórios. Os indicadores da pesquisa demonstram que 50% dos aprovados gastaram, em sua preparação para o vestibular, um valor situado entre R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00; e outros 12%, entre R\$ 300,00 a R\$ 600,00.

A grande preocupação dos alunos é com a concorrência por vagas, portanto pesa-lhes nos ombros a necessidade de aquisição cada vez maior de conhecimento suficiente para superar o concorrente nas provas. Tais conhecimentos relacionam-se com o conteúdo e com a forma estabelecida pela instituição que seleciona, portanto, expressam a autoridade do saber de seu quadro de especialistas. A elaboração das provas, pois, tem parâmetros definidos de conteúdos e formas de avaliação que não se contrapõem ao nível cultural alcançado pela instituição. Ao definir seus critérios de avaliação, a autoridade da instituição pré-define o perfil da população universitária que irá selecionar, extrapolando o valor de universalidade que é atribuído aos concursos.

Os candidatos têm consciência de suas diferenças culturais. O que a maioria deles desconhece é a verdadeira origem dessas diferenças. Estabelece-se, também, uma confusão entre as oportunidades iguais de acesso possibilitadas pela seleção técnica e as oportunidades desiguais de êxito que dependem anteriormente da seleção social. Deste modo, atribuem suas fragilidades e êxitos a diferenças individuais de caráter biológico ou psicológico ou às instituições responsáveis pela sua formação anterior.

Nesta perspectiva, os candidatos são motivados a procurar “cursinhos preparatórios” como possibilidade concreta de concorrerem objetivamente por uma vaga, a fim de superarem suas deficiências culturais. Esta idéia de insuficiência produz ainda, o senso comum de que o conteúdo curricular das escolas públicas, aliado ao despreparo dos professores é precário, portanto insuficiente para a concorrência. Como consequência imediata ocorre uma proliferação das “indústrias” de cursinhos preparatórios ofertados por instituições privadas.

Não pretendemos neste trabalho discutir com profundidade a precariedade do ensino público e nem o despreparo de seus professores, pois entendemos que esse campo é objeto de inúmeras análises controversas. Por enquanto é suficiente afirmar que, para o delineamento do objeto deste estudo nos basta indicá-lo como fator de origem que propulsiona a produção da mercadoria-educação, um objeto de consumo resultante, entre outros fatores, do sucateamento da máquina pública.

Como o número de alunos reprovados no vestibular é escandalosamente superior ao número de aprovados, desenvolve-se no seio da sociedade discente uma sub-cultura que expressa uma nova forma de distinguir as diferenças individuais entre um candidato e outro. Os aprovados seriam reconhecidos e valorizados no mercado de trabalho como vencedores de grandes concorrências. Este novo conceito foi comentado por alguns alunos da Escola Técnica da UFPR, ao afirmarem que conseguiram colocação no mercado de trabalho somente pelo motivo de terem sido aprovados no vestibular para o curso de tecnologia em informática.

Há ainda outro fator a ser considerado, a apologia escancarada aos primeiros colocados, tem servido para impulsionar a indústria dos cursinhos pré-vestibulares, não

somente como meio de conseguir sucesso nos concursos vestibulares, mas também como forma de distinguir-se no mercado de trabalho dos demais aprovados.

Um último item ainda vale ser citado: a publicação oficial das médias aritméticas alcançadas pelos candidatos aprovados não indica apenas o primeiro e o último colocado no curso de inscrição, mas também a classificação geral do concurso. Observemos as médias aritméticas dos alunos aprovados no curso de Tecnologia em Informática da Escola Técnica da UFPR:

MÉDIA ARITMÉTICA DO PRIMEIRO E ÚLTIMO APROVADO POR CURSO NO CONCURSO VESTIBULAR 2002

	ESCOLA TÉCNICA		Primeiro	Último	Primeiro	Último
	CURSO					
69	TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA - N		6.122	4.273	1614	9993
70	TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA - T		7.081	3.531	299	16878

Fonte: site da Comissão Central do Concurso Vestibular da UFPR – Ano 2002

Tabela 2

O n.º 1 do curso no período noturno é o n.º 1.614 na classificação geral, enquanto que o último colocado é o n.º 9.993. O n.º 1 do curso no período vespertino é n.º 299 na classificação geral, enquanto que o último colocado é o n.º 16.878. A diferença entre a primeira e a última média é de mais ou menos 3.5 pontos, no entanto a diferença da primeira para a última colocação é de 16.579. Observem que a classificação dos últimos colocados excede em mais ou menos 11.000 o total de vagas ofertadas pela instituição, o que significa que a colocação do candidato não está ligada ao total geral de vagas, mas sim ao total de vagas do curso específico. Ora, qual o objetivo, então, da publicação da classificação geral, senão para organizar hierarquicamente os candidatos aprovados?

Ao cruzarmos os dados do curso de Tecnologia em Informática com os dados de cursos afins, observamos que o primeiro colocado em T.I.-vespertino situa-se 398 colocações após o primeiro colocado em Engenharia Elétrica e 284 colocações após o primeiro colocado do curso de Bacharel em Ciência da Computação; estes números são referentes aos cursos diurnos; em comparação com o curso noturno de T.I. a diferença aumenta acima de mil colocações.

Estes números sugerem claramente que cursos da mesma área situam-se em posições diferenciadas no que se refere ao prestígio da profissão na instituição de formação e servem como referência às empresas para inserção destes profissionais na estrutura de funções do complexo produtivo.

MÉDIA ARITMÉTICA DO PRIMEIRO E ÚLTIMO APROVADO POR CURSO NO CONCURSO VESTIBULAR 2002 CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

ÁREA: TECNOLÓGICA				
CURSO	Primeiro	Último	Primeiro	Último
03 ENG. ELÉTRICA	8.433	6.062	1	1740
04 ENG. MECÂNICA	7.628	5.541	54	3157
08 BACH.C. COMPUTAÇÃO	7.379	5.043	115	5131
ESCOLA TÉCNICA				
69 TEC. EM INFORMAT.-N	6.122	4273	1614	9993
70 TEC. EM INFORMAT.-T	7.081	3581	399	16878

Fonte: site da Comissão Central do Concurso Vestibular da UFPR – Ano 2002

Tabela 3

Do ponto de vista da reprodução da ideologia burguesa, a instituição realiza, através da seleção técnica, por um lado, a função de premiar os “melhores” e por outro, a função de

justificar, sob o manto da lei, a exclusão dos indivíduos “inferiores” na hierarquia do conhecimento. Desta forma, o sistema de ensino preenche melhor sua função conservadora, se é verdade, como afirmam Bordieu & Passeron, que ela deva mascarar oportunidades de acesso em oportunidades de êxito.(BORDIEU & PASSERON, 1970, p. 168).

3.7 A FUNÇÃO DO TECNÓLOGO

A extinção dos cursos de nível médio e pós-médio e a criação do curso de Tecnologia em Informática podem ser compreendidas com maior clareza, analisando-se as necessidades do chamado “*centro produtivo*”: um número restrito de “super-técnicos” observada a hierarquia de funções no processo de produção.

Na justificativa elaborada pela coordenação pedagógica da Escola Técnica da UFPR consta que a opção, feita pela instituição, de oferecer vagas para o curso acima referido se deve à necessidade de formar técnicos com conhecimentos mais abrangentes ou *profissionais generalistas* adequados ao perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho. Com este fim, o currículo do curso deveria tornar-se *suficientemente flexível* de forma a ajustar-se automaticamente às mudanças imposta pela sociedade que, em função da globalização, vive em constante processo de mudanças.

Segundo documentos do curso, as características fundamentais a serem desenvolvidas neste profissional seriam: habilidade para manipulação de sistemas de informações; capacidade para estruturar as informações de forma adequada ao processamento automatizado; domínio de critérios para seleção de software e hardware adequado às necessidades empresariais/industriais e administrativas; manter-se atualizado em relação à tecnologia que utiliza e com o estado da arte; capacidade para trabalhar em equipes e de liderança de grupos de trabalho; possuir espírito empreendedor, que o leve a propor soluções para problemas existentes e a buscar novas oportunidades de crescimento profissional; ter domínio da língua inglesa para leitura técnica na área; possuir conhecimento das legislações das questões referentes à sua área de atuação; capacidade para utilização de técnicas para modelagem e especificação dos problemas do mundo real; projetar e executar

soluções para resolver problemas de processamento de dados em empresas, utilizando os melhores recursos de tecnologia de informação disponíveis no momento da solução, de forma eficiente e econômica; habilidade para administrar redes locais e/ou equipamentos multiusuários, com especificação de perfis diferenciados; capacidade para especificar regras ou normas de segurança, tanto para o compartilhamento seguro das informações como para sua integridade e recuperação.

Conforme Decreto-Lei 5.692 e Parecer 2.467/73 do Conselho Federal de Educação, a função do extinto Técnico em Informática era de:

- orientar e executar as tarefas específicas de processamento de dados;
- colaborar no preparo de manuais de serviço;
- elaborar minutas informativas, pareceres e exposição de motivos na área de programação;

Com o objetivo de:

- dar conhecimentos básicos para as operações de microcomputadores;
- desenvolver lógica de programação, requisito essencial para um bom programador de computadores;
- fornecer ao aluno conhecimentos básicos de forma que possa atuar em qualquer ambiente independente do equipamento ou dos programas utilizados;
- proporcionar ao aluno condições para relacionamento com sociedade atual, simulando, através de atividades desenvolvidas em laboratório, o ambiente de trabalho que deverá encontrar no ambiente profissional.

As modificações feitas pela coordenação pedagógica para a elaboração de um novo perfil de técnico são basicamente de carácter organizacional, invocando as leis de inovação na produção impostas pelo toyotismo. São as novas formas de organização e gerenciamento que têm como objetivo a produção enxuta e como metodologia, uma integração maior dos pares que executam o trabalho. Trata-se da necessidade de atitudes mais flexíveis do técnico, que, como dissemos no Capítulo 3, são relativas à sua capacidade de realizar intercâmbios de informação entre diferentes meios de trabalho, como também à sua condição psicossocial, à sua prontidão para a nova realidade do mundo do trabalho.

Se analisarmos as diferenças entre o perfil do tecnólogo e do técnico em informática, veremos que o primeiro passa a concentrar em sua função além das qualidades específicas do técnico, qualidades que se relacionam à gestão – ao ato de administrar, embora esta última qualidade não signifique, a concepção do trabalho a ser executado, a criação mental do produto a ser fabricado. Estes aspectos sugerem que não houve mudanças na natureza do conteúdo, mas seu aprofundamento, agora apresentado de forma mais complexa e abrangente.

A função de técnico exigia um conhecimento que abrangesse *orientação e execução de tarefas específicas de processamento de dados*. A função de Tecnólogo requer *habilidade para manipulação de sistemas de informações e capacidade para estruturar as informações de forma adequada ao processamento automatizado*. Ora, a habilidade e a capacidade do profissional dependem do domínio de conhecimentos específicos, neste caso, os que envolvem a tarefa de processamento de dados, mesmo que de forma adequada ao processamento automatizado. O automatismo uniu execução e gestão, transmutando-se na própria execução. A gestão, nesta nova síntese, é uma nova forma de execução. A diferença entre a função do Técnico e a função do Tecnólogo é resultado da fusão entre a execução e a

gestão propiciada pela automatização. A qualificação do Tecnólogo abrange por um lado, o conhecimento específico da engenharia clássica, pois esta não perdeu suas funções técnicas, e por outro, o conhecimento geral que envolve a troca de informações, foco central das inovações no âmbito da produção.

A qualificação do Tecnólogo, sem dúvida, alterou-se no sentido de que a sua função assume uma nova dimensão, onde a gestão e a execução anteriormente cingidas, homogeneizam-se em um novo conteúdo. Entretanto, parte do conhecimento científico que envolve a concepção da função permanece sob o domínio da máquina e sob o controle e resguardo da propriedade privada dos bens de produção. O papel do Tecnólogo, apesar da aparente liberdade de decisão, limita-se, em última instância, à elaboração de “arranjos”, para emprestar a expressão de Coriat, nos quais encontram-se em jogo tipos diversificados de equipamentos e troca de informações, levando em conta que as operações são feitas dentro de um contexto determinado pela organização da produção, que obedecem a normas e regras complexas, estruturadas sob relações inegavelmente hierárquicas.

A mudança mais significativa no currículo do Tecnólogo ainda consiste no aumento do tempo de duração do curso, que passou de 2 para 3 anos, o que, de fato, implica maior possibilidade de o aluno apreender o conteúdo, como já dissemos acima, mais complexo, portanto mais abrangente. No entanto, é importante registrar que das 24 disciplinas distribuídas no período de 3 anos, 12 disciplinas tratam subjetiva ou objetivamente de oferecer suporte para a tecnologia da informação.

50 % dos entrevistados afirmaram que a flexibilidade de que trata a nova organização do trabalho diz respeito ao aumento das funções do técnico, no sentido de diminuir o quantitativo de pessoal contratado pela empresa. Na verdade, não é de todo senso comum, se analisarmos que as características da flexibilidade no plano tecnológico e econômico

relacionam-se diretamente à demanda dos mercados e às novas modalidades de concorrência que estão interligadas às novas exigências da acumulação do capital, tais como a redução de estoque e de gastos com pessoal e equipamentos.

A ampliação da grade curricular do curso em questão (TABELA 3), de fato demonstra que houve uma inclusão de conteúdos que se referem aos conceitos científicos que dão base à tecnologia da informática. Todavia, isto não significa uma novidade nos cursos de nível superior. A ciência é fundamentalmente flexível, pois trata do conhecimento em constante desenvolvimento e evolução; esta característica, portanto não é uma qualidade inusitada ou exterior à ciência. A base científica é responsável por uma das qualificações considerada essencial na politecnicidade: a concepção do trabalho.

A disciplina “*Psicologia das Relações Humanas*” do curso de Tecnólogo, constante na grade curricular abaixo, tem basicamente, o mesmo objetivo exigido anteriormente pela função de técnico, onde “*a capacidade para trabalhar em equipes e de liderança de grupos de trabalho*” era requisito obrigatório no curso. A disciplina referida, inovada dentro dos conceitos organizacionais, apresenta-se agora, sob um viés psicologizante que tem como fim, segundo Alves, a captura da subjetividade do aluno-trabalhador, ou seja, a cooperação e a solidariedade do indivíduo por força de um “controle afetivo”.

É importante lembrar neste momento que é comum entre os professores, comentários sobre a dificuldade de adaptação dos alunos aos novos princípios de integração social, onde as atitudes favoráveis dos alunos com relação aos colegas de classe são medidas e avaliadas tendo como referência o perfil psicológico padrão do profissional exigido no mercado de trabalho.

Na maioria das vezes, o aluno com dificuldades em adaptar-se é penalizado pelos professores com baixos conceitos que reduzem a sua média escolar. Na prática, o aluno

penalizado diminui suas possibilidades de concorrência ao disputar um emprego, pois é classificado com baixo desempenho escolar por comportamento inadequado e não goza do privilégio da indicação pela instituição de ensino.

A eliminação de um candidato ao emprego vem sendo feita, atualmente, com o auxílio desse novo “quesito” – a inadaptabilidade do indivíduo à função, não por incapacidade técnica, mas por apresentar “dificuldades” de comunicação e comportamento afetivo impróprio a organização da equipe de trabalho. É uma das formas mais perversas de seleção para o trabalho já apresentado pela sociedade capitalista, pois o candidato excluído passa a ver-se também, como um “desajustado emocional”, não bastasse o fardo da “incompetência” para a execução de sua função.

Se utilizássemos uma expressão da psicologia, diríamos que o sistema capitalista é impelido atualmente a uma ação que objetiva reduzir uma tensão interna, por isso apresenta essa anomalia. As suas “pulsões” satisfazem-se por meio de objetos estranhos às suas relações de produção, pelo menos até que estes mesmos objetos alheios se tornem peculiares. O seu comportamento pervertido passa despercebido ao indivíduo, que o vê como algo definitivo em sua vida, como uma força maior contra a qual não tem outra saída, a não ser acatá-la e admitir sua “culpa”. Neste caso, a remissão concede ao indivíduo “fracassado”, um certo alívio momentâneo.

A escola ao reproduzir esta faceta do Capital, enfraquece, significativamente, sua capacidade latente de produzir uma ciência desenvolvida por todos.

TABELA 4

Grade Curricular do Curso de Tecnologia em informática – ET - UFPR

	Sigla	Nome da Disciplina
1º ANO	TI002	Filosofia e Ética Profissional
	TI003	Fundamentos de Sistemas Operacionais
	TI004	Inglês Técnico I
	TI005	Introdução ao Processamento de Dados
	TI006	Linguagem de Programação I
	TI007	Matemática I
	TI008	Instituições de Direito Público e Privado
	TI009	Redação Técnica e Comercial
	TI010	Tecnologias de Informação I
	2º ANO	TI011
TI012		Noções de Administração e Economia
TI013		Estatística
TI014		Inglês Técnico II
TI015		Inteligência Aplicada I
TI016		Linguagem de Programação II
TI017		Metodologias de Análise e Projeto de Sistemas
TI018		Psicologia das Relações Humanas
TI019		Redes de Computadores I
TI020		Gerência de Projetos
3º ANO	TI021	Auditoria de Sistemas
	TI022	Banco de Dados II
	TI023	Engenharia de Software I
	TI024	Projetos
OPTATIVAS	TI050	Aplicações Hipermídia
	TI051	Computação Gráfica
	TI052	Engenharia de Software II
	TI053	Desenvolvimento em Ambiente WEB
	TI054	Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto
	TI055	Hardware de Microinformática
	TI057	Informática na Educação
	TI058	Inteligência Aplicada II
	TI059	Matemática II
	TI060	Metodologia Científica
	TI061	Pesquisa Operacional
	TI062	Qualidade Total
	TI063	Realidade Virtual
	TI064	Redes de Computadores II
TI065	Técnicas e Aplicações para tratamento de Imagens	
TI066	Tecnologias de Informação II	

Observações:

- Todas as disciplinas optativas têm duração semestral;
- Os alunos deverão eleger, obrigatoriamente, 06 (seis) disciplinas dentre as optativas para cumprir a carga horária necessária para o complemento do curso.

3.7.1. O TECNÓLOGO “GENERALISTA” E SEU LUGAR NA PRODUÇÃO

A polêmica entre os futuros tecnólogos gira em torno da posição hierárquica que ocuparão no cenário produtivo após a conclusão do curso. Um dos alunos da Escola Técnica da UFPR, com 18 anos de idade, revelou em entrevista que a profissão de Tecnólogo, segundo o dicionário, é o de especialista em tecnologia. A palavra *generalista* expressaria inferioridade com relação ao especialista. Na verdade, uma é oposta a outra. A palavra *generalista* significa aquele que tem conhecimentos gerais, não especializados.

Outros entrevistados também discordaram do cunho *generalista* do curso, pois, o importante para um Tecnólogo seria os conhecimentos técnicos específicos. Apesar da maioria dos alunos entrevistados terem afirmado que concordam com o novo formato do curso que teoricamente atribui à formação profissional qualidade flexível para o mercado de trabalho, todos demonstraram preocupação com a falta de conhecimentos teóricos e práticos suficientes para exercer a profissão, assim como a necessidade de uma formação especializada após a conclusão da graduação.

Ao tomarmos ao pé da letra, a expressão “profissionais *generalistas*” utilizada pela instituição, nos conduziria a um significado similar ao dos alunos entrevistados. Porém, a palavra *generalista* faz parte da construção de uma nova linguagem adequada a um

simbolismo cultural também em processo de desenvolvimento e que por força das mudanças na organização da produção ganharam novos significados. A expressão “profissionais generalistas” resume o duplo aspecto da função do Tecnólogo, que por um lado mantém a lógica da especialidade, por outro abrange os conhecimentos relativos à nova dinâmica do trabalho social em rede, onde a tecnologia da informação é base de sustentação.

Os alunos também comentaram que os tecnólogos, apesar de possuírem a mesma capacidade que os engenheiros para exercer funções na área da informática, sofrem algum preconceito por parte das empresas devido ao menor tempo de duração do curso que é de 3 anos, frente aos 5 anos de duração do curso de engenharia em computação. Este fato contribuiria para que os Tecnólogos recebessem salários inferiores aos engenheiros no mercado de trabalho.

A grade do curso de Tecnologia em Informática prevê, para o final do curso, a obrigatoriedade de 6 disciplinas como complemento de carga horária que serão responsáveis pelo conjunto de habilitações específicas do Tecnólogo. Tal habilitação, porém, não o torna especialista, apenas indica um prolongamento dos conhecimentos adquiridos nessas áreas de estudo da informática. Motivo pelo qual, a maioria dos alunos entrevistados respondeu que pretendem buscar especialização em algum ramo específico da profissão.

O que se pode observar com os resultados apresentados é que os futuros Tecnólogos não estão totalmente alijados da realidade que envolve a sua profissão, apesar do ufanismo em torno do curso rápido e moderno. Provavelmente, este grau de consciência lhes é dado pela experiência prática da função, pois 67% dos alunos que ingressaram no curso em 2001 já trabalham e outros 13% estagiam em alguma função ligada ao curso. Na prática da profissão, o aluno-trabalhador percebe com um pouco mais de clareza os mecanismos seletivos que cerceiam as carreiras profissionais.

Contudo, a pesquisa também demonstrou que a consciência adquirida pelos alunos não supera o corporativismo classista. Eles não se identificam como classe proletária, apesar de o serem, pois vendem igualmente a sua disponibilidade de trabalho ao capitalista; os futuros tecnólogos sofrem do mesmo mal atribuído aos profissionais de elite – o embotamento da consciência de classe, pois ao serem privilegiados na pirâmide do trabalho confundem-se ilusoriamente com seus próprios exploradores.

O trabalhador de elite, ao apartar-se de sua classe, segrega também a sua consciência, alienando-se do processo de luta pela transformação social. Vencer as barreiras seletivas depende da extinção de um sistema que se estrutura sob a égide da exploração e divisão do trabalho e não sob o preconceito às profissões como são alardeados pelos guardiões da moral.

3.7.2 O TECNÓLOGO “FLEXÍVEL” E O PESADELO DA INADAPTABILIDADE.

Enquadrar-se no perfil de trabalhador flexível exigido pelas empresas é a maior preocupação de 50% dos alunos entrevistados. Uma das principais qualidades atribuídas ao trabalhador flexível, além da sua disposição para mudanças tecnológicas rápidas, é a sua adaptabilidade ao trabalho em equipe. Isto requer do indivíduo, além da sólida base de educação geral aliada à formação específica, uma distribuição generosa de afetividade entre os colegas de trabalho e chefias. Este trabalhador deve ser capaz de relacionar-se com os outros em um clima de paz e tolerância, de tal forma que diminua a tensão decorrente da intensificação do trabalho e não acarrete prejuízos ao desenvolvimento das tarefas, mas contribua para a melhoria da dinâmica da equipe.

Esta adaptabilidade parece bem mais penosa para os profissionais técnicos, pois a sua tarefa foi sendo desenvolvida ao longo do curso da história da produção, no isolamento da função, em um confronto íntimo e confidencial do técnico com a máquina. A reestruturação produtiva promove a quebra deste tipo de relação, propondo a “socialização” destes conhecimentos; como consequência vai gerando gradativamente a banalização da profissão técnica.

Por detrás da aparentemente inofensiva psicologia das relações humanas é que pode se observar a real intenção do Capital, que tem por finalidade a “*captura da subjetividade do trabalhador*”, como afirma o sociólogo Giovanni Alves.

A pesquisa operacional, a *industrial dynamics*, a “ciência” das relações humanas, a praxiologia, as técnicas de organização, a planificação, etc. não só empregam uma grande quantidade de técnicos especializados, com conhecimentos nessas áreas, mas fazem praticamente da gestão uma nova profissão. (IL MANIFESTO, in GORZ, 1996)

Deste modo, tão importante quanto a disposição do Capital em introduzir novos padrões técnico-organizacionais no campo da produção, é a disposição política-ideológica dos trabalhadores assalariados em consentirem – e colaborarem – com a nova lógica do complexo de reestruturação produtiva, renunciando a seu horizonte classista de controle de produção. (ALVES, 2000)

Com o propósito de harmonizar trabalhador e trabalho nos moldes da exploração capitalista é que se idealizam, por meio das “ciências” das relações humanas, os perfis de trabalhador adequados a exercer as novas funções do mundo do trabalho. Portanto, a não adaptabilidade à função não se trata de um desvio em si do comportamento psicossocial do indivíduo, mas de sua inadequação aos novos padrões profissionais exigidos pela organização do trabalho. É a “nova-velha” rejeição ao trabalhador voluntarioso.

CONCLUSÕES

“Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar”.

Karl Marx

A categoria seleção, objeto deste estudo, sintetiza um conjunto de relações entre a seleção social no capitalismo e a seleção técnica responsável pela estrutura da população escolar que lhe corresponde. O nosso objetivo foi o de demonstrar a forma pela qual a Escola Contemporânea procede na função de uma instituição que tende a reproduzir e a perpetuar as classes sociais existentes.

Procuramos refletir sobre os desafios que estão postos para a educação profissional no Brasil e no mundo, onde o momento crítico do capital nos obriga a enfrentar o dilema da universalização versus seletividade.

Realizamos o estudo destes problemas sob o olhar do materialismo-histórico-dialético de Marx, com a finalidade de trazer elementos que contribuam a este debate.

Elencamos oito pontos que resumem o argumento central e a discussão deste trabalho:

1. A seletividade como princípio norteador de distribuição de riquezas é produto da sociedade de classes. Ela sugere que a diferença social entre os homens é da

natureza humana, portanto baseia-se em medidas eqüitativas. Neste aspecto o conceito marxista se opõe frontalmente: um homem é igual ao outro à medida que sua qualidade potencial de trabalho possui valor imensurável.

2. A seleção social no capitalismo é fruto de uma sociedade de classes e é determinada por um tipo característico de divisão do trabalho; esta divisão inicia-se com a separação entre o campo e a cidade e culmina com a divisão no complexo da produção industrial;
3. A divisão do trabalho na produção capitalista originou o operário parcelar e a estrutura hierárquica de funções do tipo piramidal, produzindo a necessidade de uma forma específica de seleção e classificação de trabalhadores;
4. O Estado, o Direito, a Cultura e a Escola, são determinadas por essas relações de produção e as reproduzem impondo o mesmo modelo social. Apesar dessa máxima, tais instâncias refletem também, a luta entre as classes sociais que se opõem entre si, determinando possibilidades de superação do modelo social imposto pelo capitalismo;
5. A interdependência histórica entre a Escola Contemporânea e as relações de produção produziram um modelo de sistema educacional que reflete a hierarquia de funções própria do complexo de produção. Este fenômeno pode ser observado concretamente analisando-se a função da seleção técnica nas instituições de ensino de nível superior;
6. O vínculo entre Escola e Estado determina políticas públicas de educação que refletem as necessidades do sistema capitalista;
7. As necessidades produzidas pelo modelo econômico do sistema capitalista variam conforme se desenvolvem os instrumentos tecnológicos e de acordo com os

fenômenos decorrentes de seu próprio caráter contraditório. Tais necessidades produzem, em sua vez, mudanças na divisão do trabalho e com isso, novas formas de seleção e classificação de trabalhadores;

8. O capitalismo, no Brasil e no mundo, encontra-se atualmente, em face de uma reconstrução de relações de trabalho e de políticas públicas; decorrente dessa realidade, a instância jurídica sofre um processo de desregulamentação e o sistema escolar passa por um processo de reconstrução de valores e objetivos que dizem respeito a novas qualificações atribuídas ao trabalhador e a novas formas de inserção da população escolar. Neste processo complexo, a seletividade se agudiza assumindo uma forma mais perversa e se constitui num dilema para os que lutam por uma universalização da educação.

Dadas essas considerações, enumeramos as seguintes conclusões:

- Atualmente, a sociedade capitalista, devido à crise na acumulação, se caracteriza por sua incapacidade cada vez maior de absorver uma quantidade do contingente da mão-de-obra. Com o aumento do desemprego estrutural em nível mundial, as políticas neoliberais assumem, como necessidade, a expansão do sistema de educação escolar. Pretende-se, desta forma, implementar políticas públicas educacionais que sejam mais eficazes no aumento da produtividade mundial e, segundo seus representantes, gerar mais empregos para a população. Entretanto, as análises sobre o conteúdo das reformas educacionais, demonstram que tais mudanças visam, muito mais, um reajuste político-econômico, no sentido de

adequar a Escola à nova realidade do desemprego e do emprego precário, do que propriamente, melhorar a condição social do trabalhador.

- No sistema educacional brasileiro, esse fato se traduz na retração da oferta de cursos técnicos de nível superior e na expansão de cursos profissionalizantes de curta duração, no sucateamento das instituições públicas, nos baixos salários dos professores, assim como no conteúdo da educação flexível que, sob o pretexto de proporcionar ao indivíduo a possibilidade da multifuncionalidade, o despersonaliza, promovendo a banalização de suas competências para o mundo do trabalho.
- Neste contexto, a concorrência mais acirrada ocorre nas escolas de formação da elite trabalhadora, onde a luta por uma educação mais qualificada para a obtenção de melhores postos de trabalho se estabelece por vias meritocráticas. Portanto, se o vencedor da concorrência é aquele que mais acumular qualidades e méritos, por mais opressivos que sejam, a luta do candidato se concentrará no aumento do seu poder de concorrência.
- Os alunos-trabalhadores, perante a situação de concorrência, secundarizam a discussão sobre a importância da educação escolar na formação humana e, em um futuro a perder de vista, a necessidade de uma postura crítica frente ao sistema de ensino instituído pelo Estado.

- A maior preocupação do meio educacional concentra-se, atualmente, em rever as qualificações, o conjunto de competências que formam o perfil adequado a ser requerido pelo mercado de trabalho, para que sejam reproduzidas em âmbito escolar. Este conjunto de competências reúne qualidades do “trabalho abstrato” em um momento em que o complexo de produção capitalista reestrutura-se com o auxílio de novas tecnologias. Neste contexto de mudanças, a recomposição do saber e do agir tornou-se a linha mestra da nova educação. Cocco denomina de “imaterial” o trabalho intelectual, afetivo, tecno-científico, próprio dos processos de trabalho que fazem parte dos novos conceitos de organização da produção. Segundo análise do autor, é no trabalho imaterial que se encontram as novas práticas e teorias gerenciais; nelas, observa duas dinâmicas específicas: por um lado, expressam, no nível da empresa, a dimensão subjetiva do trabalho no “pós-fordismo” como ciclo de valorização; por outro lado, as próprias características fundamentais de organização técnica tornam-se imediatamente, organização política do trabalho.(COCCO, 2000, p.111)
- No contexto da reestruturação produtiva, a mão de obra operária passa a ser mais valorizada por suas qualidades subjetivas – pela capacidade independente de intervenção do trabalhador, sua imaginação, sua criatividade, bem como sua flexibilidade. Como reflexo deste novo interesse da produção, a qualificação profissional, enquanto conjunto de competências, reconfigura-se no sistema de ensino tradicional, como políticas educacionais de ajuste ao mercado de trabalho.

- Vista sob outro ângulo, é impossível colocar corretamente o problema das qualificações e da seletividade sem atacar a divisão do trabalho; como também, é impossível atacar a divisão do trabalho sem atacar a propriedade privada e a conseqüente divisão social do trabalho. A evolução tecnológica promove atualmente uma nova síntese entre concepção e execução do trabalho, apesar disso, a propriedade privada dos meios de produção continuam produzindo a necessidade de uma composição hierárquica no complexo de produção. O fato de que o processo de reestruturação produtiva desvia o interesse do capital para a dimensão subjetiva do trabalho, não altera a forma tradicional das relações de produção, que continuam sendo relações hierárquicas de trabalho. A produção mediada pela tecnologia produz também e, cada vez mais, a necessidade de força de trabalho simples. Portanto, a grande maioria da população trabalhadora é submetida a uma formação profissional simplificada, fazendo reaparecer antigas características da Escola dual, isto é, escolas de formação profissional de elite e escolas de formação profissional secundária, dirigidas àquela parcela de população excluída do centro produtivo, onde a cisão entre a concepção e execução continua evidente. Em outras palavras, a raiz do problema da seleção social reside na divisão do trabalho, em que a hierarquia de funções determina a comparação entre um trabalhador e outro e a ruptura entre trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução determinam a formação de um trabalhador parcial. Enquanto a hierarquia persistir, a seletividade na escola será a base da sua política de universalização de ensino e; enquanto a cisão entre trabalho manual e intelectual permanecer, a formação do indivíduo, nas mãos da escola, será precária.

Entendemos com Marx, que um ensino eficiente do ponto de vista de uma pedagogia socialista, ou seja, um ensino que não se restrinja à mera reprodução da divisão do trabalho e de todas as mazelas na formação do trabalhador, deve-se pautar pela unificação da intelectualidade, dos fundamentos científicos de todos os processos de produção e os aspectos práticos de todos os ofícios, os manejos dos instrumentos de trabalho. Marx discursou na *Instruções* (1866) desta forma:

Por ensino entendemos três coisas:

Primeira: ensino intelectual;

Segunda: educação física, dada nas escolas e através de exercícios militares;

Terceira: adestramento tecnológico, que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e que, ao mesmo tempo, introduza a criança e o adolescente no uso prático e na capacidade de manejar instrumentos elementares de todos os ofícios.

Com a divisão das crianças e dos adolescentes dos 9 aos 17 anos em três classes deveria estar vinculado um programa gradual e progressivo de ensino intelectual, físico e tecnológico...

A união do trabalho produtivo remunerado, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevarão a classe operária acima das classes superiores e médias. (MARX, apud MANACORDA, 2000, p.26-27, grifos nossos)

Manacorda aponta no seu livro “MARX E A PEDAGOGIA MODERNA”, um dado essencial da definição de ensino elaborada por Marx: *o ensino tecnológico não absorve nem substitui a formação intelectual*. De fato, a intelectualidade, sinônimo de reflexão e atividade espiritual, desenvolve o pensamento crítico do indivíduo, condição necessária para os processos de luta pela transformação social. Todavia, neste momento, é necessário esclarecer que embora presente, de certa forma, o exercício da reflexão no ensino capitalista, este não ultrapassa os limites da doutrina burguesa. Certamente, não é a esta forma de intelectualidade que Marx se referia em sua obra: entendemos que seja no sentido de desenvolver a capacidade da própria inteligência sem imposição de limites.

O outro aspecto citado por Marx diz respeito à união da concepção e execução do trabalho. Trata-se dos aspectos teóricos e práticos que envolvem determinado ofício – da dimensão subjetiva e objetiva da função. Estes aspectos do ofício, na sociedade atual, são vistos pelo aluno apenas no ensino de nível superior, quando este vence, é claro, a concorrência por vagas nas universidades ou escolas técnicas.

Supondo que o ensino de nível superior, reúna concepção e execução do trabalho, através de teorias e práticas aplicadas pela instituição, ainda assim não se romperá a barreira da hierarquia no trabalho. A seleção desses profissionais no mercado de trabalho deverá ser feita sob novos sub-critérios de classificação: “melhor” desempenho escolar, “melhor” instituição de ensino, “perfil adequado”, mais experiência, “mais flexível”, “mais equilibrado socialmente”, “mais apresentável” etc., isto tudo sem considerar a condição de raça, gênero, idade, estado civil, prole, etc. do candidato.

Uma ação transformadora do sistema de ensino tradicional como exigência imediata do socialismo somente pode ser construído pela transformação da razão social em poder político. (MARX, apud MANACORDA, 2000, p.26) Para Marx, era claro o limite da ação revolucionária restrita ao espaço escolar, quando afirmou que não se poderia atingir os objetivos imediatos do socialismo, com outro método que não fosse mediante leis impostas com a força do Estado.

Uma das exigências imediatas para a construção do socialismo pode ser o ataque contra a hierarquia no trabalho, que segundo Gorz, deve ser prolongado pelo ataque contra o sistema escolar que a reproduz. Inversamente, o ataque contra a escola repressiva e seletiva só terá plena eficácia se for prolongado pelo ataque contra a hierarquia e o sistema de classificação na produção. (GORZ, 1976, p. 276)

Face às contradições crescentes no complexo de produção e à crise da escola, o capitalismo hesita entre duas vias aparentemente contraditórias, porém de fato, complementares: o reformismo e a repressão. Para Lettieri, a repressão e o reformismo têm um único fim: separar as forças sociais explosivas, separar os locais de produção da escola. Deste modo, separa-se, sobretudo, o momento da cultura do da produção. A sua unidade não existe senão para uma elite detentora do poder econômico e político. (LETTIERI, in GORZ, 1976, p. 236)

Portanto, a luta dos trabalhadores para pôr fim à seleção que os escraviza, os classifica de acordo com o padrão de qualificação próprio à exploração do trabalho e os exclui da condição de sobrevivência humana como elemento anti-social, não deve consistir em propostas sectárias ou corporativistas que se destinam apenas a modificar as aparências, sem tocar o fundo da questão. A resposta a esse sistema opressor e seletivo deve partir da unificação da classe operária, do mundo da produção e da cultura, da escola e da fábrica, dos estudantes e dos trabalhadores, de modo a combatê-lo na sua viga mestra – a propriedade privada dos meios de produção.

Questionário de pesquisa para alunos do curso de Tecnologia em Informática

- A.1. Nome da Instituição:.....
- A.2. Curso:.....
- A.3. Ano de ingresso:..... A.4. Ano de conclusão:.....
- A.5. Forma de Ingresso: () teste seletivo () currículo () ordem de procura () outros.
- A.6. Idade:..... A.7. Sexo:.....
- A.8. Estado Civil: () solteiro () casado () outros
- A.9. Possui dependentes?..... A.9.1. Quantos?..... A.9.2. Trabalha?.....
- A.9.3. Estagia?..... A.9.4. Na mesma área do curso?..... A.9.5. em caso negativo, em que área?.....
- A.10. Possui renda própria? () sim () não
- A.10.1. Média de Renda () 1 a 2 s.m. () 3 a 4s.m. () acima de 5 s.m.
- A.10.2. Participa da renda familiar? () sim () não.
- A.10.3. Qual é a fração da sua participação?.....
- A.11. Quem custeia o Curso? () aluno () família () bolsista () outros.
- A.11.1. Valor total?..... A.11.2. Valor parcial?.....
- A.12. Qual o motivo que o levou a optar pelo curso? () incentivo da família
() mercado de trabalho () aperfeiçoamento () exigência da empresa em que trabalha
() outros.
- A.13. Cursou o 2º Grau em () Instituição Pública () Instituição Privada
- A.13.1. Como se preparou para a seleção de ingresso no curso? () estudou sozinho
() com o apoio de alguém () fez curso preparatório
- A.13.2. Em caso de curso preparatório, qual foi o curso? Em qual instituição de ensino?.....
- A.13.3. Qual foi o custo total do curso preparatório?.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA-PR

Curso: Mestrado em Educação

Pesquisadora: Maria Beatriz Sandoval Filártiga Ale

A.13.4. Qual foi a contribuição do curso preparatório para a sua aprovação? () pouco
() razoável () muito

A.13.5. Cursou ou cursa línguas fora da disciplina obrigatória?.....A.15.5. Qual língua?.....
() genérico () técnico instrumental

A.14. Qual a sua avaliação da disciplina Psicologia das Relações Humanas?

() muito importante () pouco importante () desnecessário

Explique o motivo:.....

A. 15. Qual foi a sua maior preocupação ao participar do teste seletivo?

() falta de domínio do conteúdo () concorrência por vaga () nervosismo

A.16. Qual a sua maior preocupação durante o curso?

() falta de tempo () dificuldades para compreender alguma matéria ()
) relacionamento com professores () relacionamento com os colegas ()
).....

A. 17. Você concorda que a profissão de Tecnólogo deva ser de cunho generalista? Em que sentido?

A. 18. Na sua opinião, porque as empresas exigem atualmente um perfil profissional flexível do técnico? () mudanças tecnológicas () não há mais necessidade do conhecimento técnico específico () aumentar as funções do técnico para enxugar o quadro de funcionários da empresa () é apenas uma imitação dos países do 1º mundo e não condizem com a realidade brasileira. ().....

A.19. Qual a sua expectativa maior após a conclusão do curso?.....

A. 20. Qual a sua maior preocupação após a conclusão do curso? () não se encaixar no perfil exigido pelas empresas () falta de prática da profissão () falta de mais conhecimentos teóricos () ficar desempregado, pois não há emprego suficiente.
().....

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
COMISSÃO CENTRAL DO CONCURSO VESTIBULAR
EVOLUÇÃO DO CONCURSO VESTIBULAR DA UFPR (1971-2001)

<p>De 1971 até 1983 Número de candidatos: 8.000 - 18.000</p>	<p>Tipo de prova objetiva: Múltipla escolha, com 5 alternativas (a, b, c, d, e), das quais apenas uma era correta. Prova com 17 a 25 questões. Prova de redação: com apenas um tema. Teste de Habilidade Específica, desde 1977.</p>
<p>De 1984 até 1989 Número de candidatos: 18.000 - 24.000</p>	<p>Tipo de prova objetiva: Alternativas Múltiplas (Somatório 01, 02, 04, 08, 16, 32, 64), com até 7 (sete) alternativas, das quais uma ou todas poderiam ser corretas. Prova com 10 a 15 questões. Só havia pontuação integral. Prova de redação: com apenas um tema. Manutenção do Teste de Habilidade Específica.</p>
<p>Em 1990 Número de candidatos: 24.000</p>	<p>Tipo de prova objetiva: Alternativas múltiplas (falso ou verdadeiro), com até 10 alternativas, com penalidades que resultavam em valores negativos de desempenho. Prova com 15 questões. Prova discursiva: com 10 questões. Prova de redação: com apenas um tema. Manutenção do Teste de Habilidade Específica. Decreto 99490 de 30/08/90 o vestibular deixou de ser unificado - autonomia às instituições de ensino superior para realizar os seus concursos vestibulares, nos termos da lei, de seus estatutos e regimentos.</p>
<p>De 1991 até 1995 Número de candidatos: 29.000 - 43.000</p>	<p>Tipo de prova objetiva: Alternativas Múltiplas (Somatório), com até 7 alternativas, das quais uma ou todas poderiam ser corretas. Prova com 10 questões podendo existir questões do tipo aberta (exigem cálculos para uma única resposta com valores de 0 a 99). Foi introduzido o acerto parcial, onde admitia-se a não inclusão de apenas uma alternativa correta (n-1). Candidatos eliminados por zerar em pares de disciplinas (biologia e química, física e matemática, história e geografia, português e LEM). A nota ZERO em redação sempre foi fator eliminatório. Prova de redação: com apenas um tema. Prova discursiva: com 10 questões. Manutenção do Teste de Habilidade Específica.</p>
<p>De 1996 até 1999 Número de candidatos: 43.000 - 47.738</p>	<p>Tipo de prova objetiva: Alternativas Múltiplas (Somatório), com até 7 alternativas, das quais uma ou todas poderiam ser corretas. Prova com 10 questões. A nota ZERO em redação ou em qualquer uma das provas objetivas passou a ser fator eliminatório. Em 1997, o acerto parcial passou a ser mais abrangente (de duas até todas as alternativas corretas). Prova de redação: com 5 questões (português vale o dobro) Prova discursiva: foi substituída pela redação. Eliminação paulatina do Teste de Habilidade Específica.</p>
<p>Em 2000 e 2001 Número de candidatos: 49.057 - 47.179</p>	<p>Tipo de prova objetiva: Alternativas Múltiplas (Somatório), com até 7 alternativas, das quais uma ou todas poderiam ser corretas. Prova com até 10 questões. Prova de Redação com até 5 questões. Redução do número de dias de provas, de 4 para 3 dias. Inclusão do resultado da prova objetiva do ENEM Linha de corte calculada pela média aritméticas das notas de todos os candidatos presentes em cada uma das 8 provas objetivas. Eliminação do escore padronizado, desempenho pela média aritmética das nove provas. Disponibilização dos desempenhos completos e analíticos na Internet, com acesso individualizado por senha. Em 2000 foi aprovada pelo CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a descentralização da aplicação das provas do Concurso Vestibular 2001, para sete cidades do Paraná (além de Curitiba) - Cascavel, Londrina, Maringá, Palotina, Pato Branco e Ponta Grossa, e uma cidade do Estado de Santa Catarina - Joinville. As cidades foram escolhidas em função da análise da demanda de candidatos inscritos em concursos vestibulares anteriores oriundos dessas cidades.</p>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ALVES, Gilberto. **Quatro Teses Sobre a Produção Material da Escola Pública Contemporânea**. Intermeio – Revista do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, v. 1, n.2, 1995.

ALVES, Giovani. **Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. São Paulo: Práxis, 1999.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2000.

_____. **Nova Ofensiva do Capital**. In TEIXEIRA, Francisco J.S. (org.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 1998.

AMATO NETO, João. **Reestruturação Industrial, Terceirização e Redes de subcontratação**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, nº. 2, p. 33-42. Mar. /abr. 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

AZANHA, José Mário Pires. **Políticas e Planos de Educação no Brasil: Alguns pontos para reflexão**. São Paulo, Cad. Pesq. nº. 85. p. 70-78, maio 1993.

BOLETIN DIEESE – Maio e Junho de 1999.

_____ - Julho e Agosto de 1999.

_____ - Novembro e Dezembro de 1999.

BORDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.,1970.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e Processo de Informalidade.**
Revista Economia e Sociedade, nº. 14, junho 2000, p. 153-174.

CARRILLO, Jorge V. **Flexibilidad y Calificación en la nueva encrucijada industrial.**
In: GITAHY, Leda (org.). Reestructuración productiva, trabajo y educación en América latina. Campinas: Unicamp, 1994.

CASTRO, Nadya Araújo. **Qualificação, qualidades e classificações.** Revista Educação & Sociedade, nº. 45, agosto de 1993.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: Produção e Direitos na Era da Globalização.** São Paulo: Cortez, 2000.

CORIAT, Benjamin. **Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção.** In SCHIMITZ, Hubert; CARVALHO, Rui de Quadros. Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional. São Paulo: Hucitec, 1988.

CUNHA, Luiz Antonio Cunha. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL. **Educación Técnica y Formación Profesional.** Mayo de 1995.

FERRETTI, Celso João. **Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico.** São Paulo: Revista Educação & Sociedade. Cedes: Abril/2000.

FIOD, Edna G. Maciel. **Politecnia: A educação do molusco que vira homem.** In: AUED, Bernadete W. (org.) Educação para o (des) emprego. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1996.

GITAHY, Leda (org.). **Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina.** Campinas: Unicamp, 1994.

GORENDER, Jacob. **Prefácio de O Capital.** In: MARX, Karl. O Capital: Crítica da

- Economia Política: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Abril Cultural, Livro 1, vol. 1, n. 1983.
- GORZ, Andre. **Técnico, Técnicas e Luta de Classes**. In GORZ, André (org.). *Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. Porto – Portugal: Publicações Escorpião, 1976.
- _____. **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUARESCHI, Pedrinho. **A categoria excluído. Psicologia, ciência e profissão**, ano 12, n.3-4, 1992.
- Haidar, M. L. Mariotto. **A Instrução Popular no Brasil, antes da República**. In: BREJON, M. *Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º Graus*. São Paulo: Pioneira, 14ª edição, 1982.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IL MANIFESTO. **Divisão do Trabalho na Empresa e Técnica do Poder**. In GORZ, André (org.). *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 1996.
- KLEIN, Lígia. **Contribuições à Discussão sobre o Ensino do Direito**. Revista Promover. Universidade Tuiuti do Paraná. Agosto/1999.
- _____. **Uma Concepção de Linguagem Sob o Paradigma da História**. Intermeio Revista do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, v.1, n.1, 1995.
- KUENZER, Acácia Z. **Educação Cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia**. In FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. Petrópolis: 4ª edição, 2000.
- _____. **A Reforma do Ensino Técnico no Brasil e suas conseqüências**.

- In FERRETTI, Celso J. **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: 1ª edição, 1999.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: 2ª reimpressão, maio/1999.
- LEFEBRE, Henry. **Lógica Formal/Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Anne C. **Reestruturação Produtiva e Qualificação: reflexões iniciais.** Campinas, julho de 1995. (datilo)
- LENINE. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Hucitec, 2ª edição, 1978.
- LÊNIN. **Cultura e Revolução Cultural.** Coleção Perspectivas do Homem: Série Ciência Política, v. 50. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LETTIERE, Antônio. **A Fábrica e a Escola.** In GORZ, André. **Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista.** Porto – Portugal: Publicações Escorpião, 1976.
- LIEDKE, Elida R. **Notas acerca do processo de qualificação e de formação profissional no contexto de inovação tecnológica.** Porto Alegre, julho/1995 (datilo)
- LIMA, Domingos Leite Filho. **Formação de Tecnólogos: Lições da Experiência, Tendências Atuais e Perspectivas.** Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, vol. 25, set/dez, 1999.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez: 3ª edição, 2000.
- MARGLIN, Stephen. **Origens e Funções do Parcelamento de Tarefas.** In GORZ, André. **Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista.** Porto – Portugal: Publicações Escorpião, 1976.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Portugal: Presença, 4ª edição, vol. 1, 1980.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. In Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega Ltda, vol. 1, s/data.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. In Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega Ltda, vol. 1, s/data.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Abril Cultural, Livro 1, vol. 1, 1983.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Difusão Editorial, Livro 1, vol. 2, 1982.

_____. **O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo; Editora Mores, Cap. VI Inédito, s/data.

_____. **Da Manufatura à Fábrica Automática**. In GORZ, André. Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista. Porto – Portugal: Publicações Escorpião, 1976.

_____. **Programa de Gotha**. Coimbra: Centelha, 2ª edição, 1975.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 1977.

MENELEU NETO, José. **Desemprego e Luta de Classes**. In TEIXEIRA, Francisco J.S. (org.). Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 1998.

OLIVEIRA, Maria Rita N.S. **Mudanças no mundo do trabalho: Acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica**. São Paulo: Revista Educação & Sociedade. Cedes: Abril/2000.

POCHMANN, Márcio. **O Desemprego na Economia Global: dimensão, hierarquia e evolução no último quartel do século XX**. Campinas: CESIT – UNICAMP,

janeiro/2000.

PONCE, Anibal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Fulgor, 1963.

RUAS, Roberto. **Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho**. In: GITAHY, Leda (org.). Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina. Campinas: Unicamp, 1994.

SALERNO, Mario. **Organização do trabalho e da produção: flexibilidade e terceirização**. III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1993.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 8ª edição, 1990.

TEIXEIRA, Francisco J. S. **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA & OLIVEIRA. Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. São Paulo: Cortez, 2ª edição, 1998.

TEIXEIRA, Francisco Lima. **Difusão da tecnologia de base microeletrônica na indústria de processo contínuo**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, vol. 32, n. 5, nov/dez-1992.